



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Março de 2022

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2022 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUARTA AVALIAÇÃO DO ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSAS PELO NÃO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto da quarta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, pedidos de dispensa pelo não cumprimento de critérios de desempenho, modificação de critérios de desempenho e avaliação das garantias de financiamento, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa** que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração e resume as opiniões do Conselho expressas durante a sua consideração, em 30 de março de 2022, do relatório do corpo técnico sobre os temas relacionados com a consulta ao abrigo do Artigo IV e o acordo com o FMI.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 30 de março de 2022, após as discussões concluídas em 18 de fevereiro de 2022 com as autoridades de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 14 de março de 2022, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador** para São Tomé e Príncipe.
- **Documento sobre Temas Seleccionados.**

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, DC



Conselho de Administração do FMI conclui a quarta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e a consulta de 2022 com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- *A estabilidade macroeconómica foi mantida e o desempenho do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) tem sido estável, embora a pandemia tenha atrasado algumas reformas estruturais.*
- *O apoio internacional extraordinário e a ação imediata das autoridades estão a ajudar a enfrentar os impactos sanitários e socioeconómicos da pandemia de Covid-19. Contudo, as perspetivas estão a ser ensombradas pelo impacto da guerra na Ucrânia, que poderá deixar a economia sob pressão.*
- *Por decisão do Conselho de Administração do FMI, foi autorizado um desembolso imediato de cerca de 2,70 milhões de USD para São Tomé e Príncipe, destinado a ajudar a satisfazer as necessidades de financiamento do país e apoiar as despesas sociais e a recuperação pós-pandémica.*

Washington, DC. Em 30 de março de 2022, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta de 2022 ao abrigo do Artigo IV¹ com São Tomé e Príncipe e a quarta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de 1,90 milhões de DSE (cerca de 2,70 milhões de USD²), o que eleva os desembolsos totais a São Tomé e Príncipe ao abrigo do acordo ECF para 10,99 milhões de DSE (cerca 15,15 milhões de USD).

Ao concluir a quarta avaliação, o Conselho de Administração também aprovou o pedido das autoridades de dispensa do cumprimento do critério de desempenho relativos às reservas internacionais líquidas para o final de junho de 2021 devido a desembolsos externos inferiores aos previstos e do critério de desempenho contínuo sobre a não acumulação de atrasados externos.

O acordo ECF com São Tomé e Príncipe, com duração de 40 meses, foi aprovado a 2 de outubro de 2019 no montante de 13,32 milhões de DSE (cerca de 18,15 milhões de USD, ou 90% da quota do país) (cf. [Comunicado de Imprensa n.º 19/363](#)). O objetivo do programa é dar apoio ao programa de reformas económicas do governo a fim de restaurar a estabilidade

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

² Os montantes em USD foram calculados com base na taxa de câmbio de hoje: (1 USD = DSE 0,722916).

macroeconómica, reduzir a vulnerabilidade da dívida, aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos e criar as bases para um crescimento mais robusto e inclusivo.

Contexto

São Tomé e Príncipe manteve a estabilidade macroeconómica, apesar de muitos desafios. Devido, em grande medida, a choques exógenos, o crescimento diminuiu e a inflação aumentou em 2021. Os cortes de energia e a pandemia abrandaram o crescimento para 1,8% em 2021, face a 3% em 2020. As perspetivas económicas mantêm-se favoráveis. Prevê-se que o crescimento aumente para 2,3% em 2022 e 2,8% em 2023. As projeções de crescimento são inferiores às da terceira avaliação, devido ao impacto das cheias na agricultura e no comércio, mas espera-se que o crescimento chegue a 4% a médio prazo, apoiado por melhores infraestruturas e um potencial mais forte para o turismo. Os esperados ajustes dos preços internos dos combustíveis em consequência dos preços internacionais mais elevados terão impacto na inflação em 2022. O reforço das receitas com a introdução do IVA em 2022, a eliminação gradual das despesas relacionadas com a pandemia e a consolidação gradual do saldo primário interno poderão colocar a dívida pública numa trajetória descendente. O ajustamento orçamental associado a um aumento gradual das receitas do turismo deverá reforçar o saldo da conta corrente a médio prazo. As reservas internacionais deverão estabilizar-se (em cerca de 3,8 meses de importações) em 2022.

As perspetivas estão sujeitas a riscos de deterioração. Novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade. As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos. A guerra na Ucrânia e perturbações prolongadas das cadeias de abastecimento mundiais podem levar à escassez de bens de consumo intermédio e final, ao abrandamento do crescimento e a aumentos de preços. Atrasos nas reformas das receitas poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos inferior ao previsto ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores prejudicarão as opções de financiamento. Atrasos nas reformas da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento. Por outro lado, reformas aceleradas e projetos-chave de desenvolvimento de infraestruturas poderão promover o crescimento a médio prazo.

Avaliação do Conselho de Administração³

No seguimento da reunião do Conselho de Administração, o Sr. Bo Li, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, emitiu a seguinte declaração:

“O desempenho de São Tomé e Príncipe no âmbito do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado do FMI tem sido amplamente satisfatório. Foi mantida a estabilidade macroeconómica, apesar dos múltiplos desafios. Olhando para o futuro, é necessário um

³ Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores e este resumo é transmitido às autoridades do país. Uma explicação de quaisquer qualificadores usados no resumo pode ser consultada aqui: <http://www.IMF.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

ritmo acelerado de aplicação de reformas estruturais para apoiar o crescimento inclusivo e ecológico e melhorar a competitividade externa.

A implementação de um quadro orçamental a médio prazo e o reforço dos controlos das despesas são fundamentais para a concretização da estratégia de consolidação orçamental das autoridades. Os esforços para impulsionar as receitas internas, incluindo a introdução do IVA em 2022, servirão para apoiar os programas sociais e de desenvolvimento de infraestruturas promotores do crescimento e colocarão a dívida pública numa trajetória descendente.

Os esforços para modernizar os quadros jurídicos monetários e financeiros devem continuar a ser uma prioridade. Dadas as pressões inflacionistas, a gestão ativa da liquidez deverá continuar para ancorar a paridade ao euro e apoiar o acesso ao crédito e a recuperação económica. Além disso, o Banco Central de São Tomé e Príncipe deverá reforçar a sua capacidade de gerir ativamente os riscos e as vulnerabilidades no setor financeiro.

A implementação sustentada de reformas estruturais é fundamental. Esforços para colmatar o défice infraestrutural, melhorar o capital humano, aprofundar a intermediação financeira, liquidar os atrasados internos, reformar o setor energético e melhorar a eficiência energética, melhorar a governação das empresas públicas e apoiar programas de transferência social específicos contribuiriam para um crescimento inclusivo.”



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

14 de março de 2022

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2022 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUARTA AVALIAÇÃO DO ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSAS PELO NÃO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. São Tomé e Príncipe manteve a estabilidade macroeconómica, apesar de muitos desafios. A pandemia da Covid-19 agravou as vulnerabilidades socioeconómicas de longa data, que pioraram com a persistente escassez de energia e os danos causados pelas inundações no final de 2021. O crescimento diminuiu em 2021 por causa dos cortes de energia, enquanto a expansão direcionada dos programas de transferência monetárias e apoio alimentar proporcionou o alívio necessário aos mais vulneráveis. O financiamento por meio de donativos continua a ser essencial para atenuar o impacto da pandemia. A vacinação está a avançar, embora as novas variantes da Covid-19 representem riscos de prolongamento do impacto da pandemia e exijam medidas renovadas para atenuá-los. As eleições parlamentares estão marcadas para outubro de 2022.

Questões relativas ao programa. Não obstante a conjuntura difícil, em geral o desempenho do programa apoiado pelo ECF continua no bom caminho. Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) no final de junho de 2021 foram cumpridos, com exceção das reservas internacionais líquidas, devido a desembolsos aquém das expectativas. O critério de desempenho contínuo de zero atrasados externos não foi cumprido em setembro de 2021 devido a um problema temporário de liquidez, mas os atrasados foram regularizados em outubro. As metas indicativas (MI) do final de junho e setembro para as receitas fiscais não foram cumpridas, e as reformas estruturais estão a avançar lentamente. Os objetivos do programa para o futuro permanecem praticamente inalterados, embora a consolidação orçamental seja um pouco mais lenta do que o programado durante a terceira avaliação, devido às inundações e ao atraso na introdução do IVA.

Temas de discussão. Em 2022, os principais objetivos do programa são os seguintes: aplicar medidas fiscais adicionais, aumentar a arrecadação de atrasados fiscais e limitar as despesas

aos recursos disponíveis para salvaguardar os objetivos orçamentais e evitar novos atrasados internos, salvaguardar os objetivos de consolidação orçamental a médio prazo e intensificar os preparativos para a introdução do IVA em 2022 (ações prévias); conter os riscos orçamentais dos subsídios implícitos nas empresas públicas de energia e aplicar os ajustamentos de preços necessários, manter o piso de despesas sociais e implementar programas de assistência social direcionados para os mais vulneráveis, reforçar as salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e submeter a Lei Orgânica à Assembleia Nacional (ações prévias), bem como manter os esforços de melhoria da gestão das finanças públicas (GFP), administração das receitas, governação e transparência.

Recomendações. O corpo técnico recomenda a conclusão da quarta avaliação dadas as medidas firmes das autoridades para cumprir as metas do final de junho de 2021 e os compromissos assumidos, não obstante circunstâncias muito difíceis. Recomenda igualmente a dispensa do cumprimento do limite mínimo das reservas internacionais líquidas e do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos, devido à sua natureza temporária.

Aprovado por
Vivek Arora (AFR) e
Stefania Fabrizio
(SPR)

As discussões sobre a quarta avaliação do programa económico apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado do FMI e as consultas ao abrigo do Artigo IV de 2022 foram realizadas à distância entre 18 de janeiro e 18 de fevereiro de 2022. A equipa foi composta por E. Kvintradze (chefe), K. Nassar, W. Rahman-Garrett, K. Wang (todos do AFR) e F. Bardella (FAD). Kelvio Carvalho da Silveira (OED) participou nas discussões. Weronika Synak e Vicky Pilouzou prestaram apoio investigativo e editorial para a preparação deste relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO DO PROGRAMA	6
PERSPETIVAS E RISCOS	8
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	10
A. Reforço do espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento	10
B. Gestão dos riscos fiscais das empresas públicas deficitárias	15
C. Modernização dos sistemas monetário e financeiro	21
D. Criar as condições para o crescimento gerador de emprego e azul	22
QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS	24
QUESTÕES ESTATÍSTICAS, DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E SENSIBILIZAÇÃO	25
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	26
CAIXAS	
1. Introdução dos requisitos sobre os beneficiários efetivos na nova proposta de Lei de Contratação Pública	14
2. Prejuízos da ENCO	18
FIGURAS	
1. Evolução macroeconómica, 2010–21	29
2. A incerteza económica afeta o setor bancário	30
3. Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19	31
4. Um setor energético insustentável	32
TABELAS	
1. Indicadores Económicos Seleccionados, 2018–27	33

2a. Operações Financeiras do Governo Central, 2018–27 (milhões de novas dobras)	34
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2018–27 (em percentagem do PIB)	35
3a. Balança de Pagamentos, 2018–27 (milhões de USD)	36
3b. Balança de Pagamentos, 2018–27 (em percentagem do PIB)	37
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2018–27	38
5. Síntese Monetária, 2018–23	39
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2017–21	40
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016–24	41
8. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2022–35	42
9. Calendário Proposto de Desembolsos ao abrigo do Acordo ECF, 2019–22	43
10. Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2021-2022	44
11. Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2021	45

ANEXOS

I. Aplicação de Aconselhamentos Anteriores do FMI	46
II. Alterações Climáticas em São Tomé e Príncipe	47
III. Matriz de Avaliação de Riscos	49
IV. Avaliação do Setor Externo	52
V. Desenvolvimento de Capacidades	55

APÊNDICES

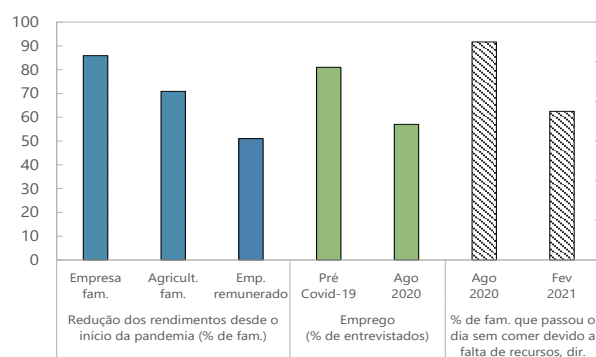
I. Carta de Intenções	58
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2022	61
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	81

CONTEXTO

1. São Tomé e Príncipe é uma pequena economia insular remota, com perto de 200 mil habitantes, dos quais cerca de um terço vive em extrema pobreza. A agricultura e a pesca de subsistência são os setores-chave da economia. As principais exportações são produtos de cacau e serviços turísticos e o país importa alimentos, combustíveis e outros bens essenciais. Com fracas receitas orçamentais, os donativos continuam a ser uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento económico e social¹. A produção obsoleta de eletricidade com base em combustíveis fósseis e empresas estatais de energia deficitárias dificulta o funcionamento eficaz da economia e gera desafios sociais². O reforço das instituições e o apoio às reformas dependem de grandes esforços de desenvolvimento de capacidades.

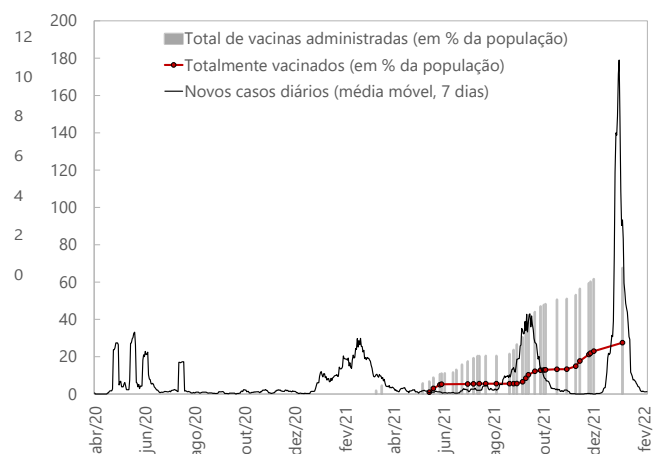
2. São Tomé e Príncipe manteve a estabilidade macroeconómica, apesar de muitos desafios. A pandemia da Covid-19 agravou as vulnerabilidades socioeconómicas de longa data, intensificadas pela persistente escassez de energia e as inundações no final de 2021. O apoio internacional atempado e as medidas rápidas das autoridades ajudaram a atenuar o impacto da pandemia. O crescimento diminuiu em 2021 por causa dos cortes de energia, enquanto a expansão direcionada dos programas de transferência monetárias e apoio alimentar proporcionou o alívio necessário aos mais vulneráveis. A vacinação contra a Covid-19 está a avançar e em meados de janeiro cerca de 40% da população já tinha recebido pelo menos uma dose, enquanto 27% recebeu duas doses. Não obstante, as novas variantes da Covid-19 representam riscos de prolongamento do impacto da pandemia e exigem medidas renovadas para atenuá-los.

Figura 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Impacto da Covid-19 no rendimento e na segurança alimentar



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquérito às famílias de monitorização da Covid-19, 2020-2021.

Figura 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Casos de Covid-19 e evolução da vacinação



Fonte: Universidade John Hopkins, *Our World In Data*.

¹ Cf. Documento sobre Temas Seleccionados: Défice de financiamento do capital humano e das infraestruturas.

² Cf. Documento sobre Temas Seleccionados: Avaliação dos riscos e implicações orçamentais para o setor energético.

3. O espaço orçamental é mais restrito do que o previsto aquando da terceira avaliação, com atrasos na introdução do IVA. Os progressos na adoção das recomendações do Artigo IV de 2018 foi irregular e a mobilização das receitas internas continua a ser um desafio (Anexo 1). A curto prazo, os atrasos na introdução do IVA limitam ainda mais as receitas, enquanto os subsídios implícitos num contexto de aumento dos preços internacionais dos combustíveis representam riscos orçamentais para as empresas públicas de energia. Persistem as pressões de despesa decorrentes das inundações e necessidades sociais, de desenvolvimento e relacionadas com a Covid-19. Paralelamente, os desafios ligados à falta de capacidade são agravados pela pandemia e pelo trabalho remoto, que criam mais barreiras aos esforços de reforma e acentuam a necessidade de assistência técnica (AT) contínua. Além disso, as eleições parlamentares previstas para outubro de 2022 podem estreitar ainda mais a janela política para a adoção de reformas decisivas.

4. As autoridades têm planos de desenvolvimento bem articulados, incluindo de resposta à pandemia da Covid-19 e adaptação às alterações climáticas. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024 do governo, anterior à pandemia, visa acelerar o crescimento económico sustentável e gerador de emprego, a redução da pobreza e a proteção ambiental. Em resposta à pandemia, as autoridades prepararam um Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face à Covid-19 que prevê políticas prioritárias até 2022, com ênfase na melhoria da qualidade da saúde e proteção social. Em conjunto, estes dois planos constituem a nossa nova ERPC. Ambos os planos foram enviados ao Conselho de Administração em março de 2022. No que concerne os desafios ligados às alterações climáticas, São Tomé e Príncipe é vulnerável devido à sua geografia, a ecossistemas frágeis e ao baixo nível de desenvolvimento socioeconómico (ver Anexo 2). Contudo, apesar da sua vulnerabilidade à subida do nível do mar, o país tem florestas suficientes para remover mais gases com efeito de estufa do que os que emite.

5. O principal desafio que se avizinha é manter a estabilidade macroeconómica face à pandemia, aos danos causados pelas cheias e ao próximo ciclo eleitoral. As discussões sobre as políticas, alinhadas com as prioridades do governo, centraram-se na necessidade de: i) consolidação orçamental gradual baseada nas receitas, com maior eficiência de gastos para enfrentar os grandes desafios sociais e de desenvolvimento que têm sido agravados pela pandemia prolongada e pelas inundações; ii) gestão dos riscos orçamentais das empresas públicas deficitárias; iii) modernização dos sistemas monetário e financeiro e iv) criação de condições para um crescimento gerador de empregos e de adaptação às alterações climáticas.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO DO PROGRAMA

6. Devido, em grande medida, a choques exógenos, o crescimento diminuiu e a inflação aumentou em 2021. Os cortes de energia e a pandemia abrandaram o crescimento para 1,8% em 2021, face a 3% em 2020. Não obstante a inflação moderada durante o primeiro semestre de 2021, o aumento dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis elevou a inflação global para 9,5% no final de 2021. Com a retoma das viagens e exportações internacionais, o défice de conta corrente diminuiu para 9,6% do PIB e estima-se que as reservas internacionais brutas tenham atingido

61,8 milhões de USD (3,5 meses de importações previstas), apoiado por desembolsos externos e pela afetação geral de DSE do FMI em agosto de 2021.

7. O desempenho orçamental enfrentou desafios, mas manteve-se prudente em 2021. Para atenuar o impacto da diminuição das receitas fiscais no saldo orçamental, as autoridades reduziram as despesas não essenciais em bens e serviços e os custos administrativos no segundo semestre de 2021, com a edição do despacho ministerial em julho de 2021. Mas as despesas relacionadas com a Covid e a favor dos pobres aumentaram e as liquidações de atrasados internas foram superiores às expectativas. Como resultado destas medidas, o saldo primário interno (SPI) é estimado em -3,3% do PIB para o final de 2021 (contra uma meta do programa de -3,5% do PIB). Estima-se que a dívida pública tenha aumentado para 95,6% do PIB, com o VA da dívida externa em 24,5% do PIB em 2021.

8. A prorrogação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) até dezembro de 2021 e do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) até abril de 2022 proporcionou algum alívio temporário adicional. As autoridades solicitaram, obtiveram e prorrogaram o serviço da dívida de credores oficiais bilaterais, incluindo Portugal e a Bélgica, ao abrigo da iniciativa DSSI. A poupança ao abrigo da DSSI para São Tomé e Príncipe é de cerca de 2,5 milhões de USD (0,5% do PIB) em 2021. Com a quinta parcela do CCRT, que abrange o período de janeiro a abril de 2022, o país recebeu um alívio do serviço da dívida de 0,1 milhões de DSE. O alívio total do serviço da dívida recebido ao abrigo do CCRT ascendeu a 0,7 milhões de DSE entre abril de 2020 e abril de 2022.

9. Não obstante a conjuntura difícil, em geral o desempenho continua no bom caminho. Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) no final de junho de 2021 foram cumpridos, com exceção das reservas internacionais líquidas (RIL), devido a desembolsos aquém das expectativas³. A meta das RIL para o final de setembro foi atingida com uma margem substancial, em parte devido à afetação de DSE e à sazonalidade das entradas. A meta indicativa (MI) de final de junho para as receitas orçamentais não foi atingida devido aos cortes de energia, mas o CDQ do saldo primário interno foi cumprido, uma vez que o fraco desempenho em termos de receitas foi mais do que compensado pela diminuição da despesa. A MI do final de setembro relativa às receitas fiscais também não foi atingida, ao passo que foram cumpridos o piso das despesas pró-pobres (MI) e o teto do pagamento de atrasados internos (MI). No final de setembro também foi cumprida a MI para o saldo primário interno. O incumprimento do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados foi de apenas 0,3 milhões de USD em setembro, devido a um problema temporário de liquidez, tendo o montante sido liquidado em outubro de 2021.

10. As reformas estruturais estão a avançar lentamente (Tabela 11). O indicador de referência estrutural (IRE) sobre a introdução do IVA, prevista para outubro de 2021, foi adiado para 2022 porque depende da instalação duma plataforma informática, cujo contrato foi aprovado pelo Banco Mundial em meados de novembro de 2021. O IRE sobre a realização de testes de *stress* nas carteiras de empréstimos dos bancos para projetar o impacto provável da pandemia de Covid-19 não foi

³ A meta não foi cumprida em 2,7 milhões de USD (0,5% do PIB).

cumprido até ao final de dezembro de 2021 e foi-o no final de fevereiro de 2022⁴. A submissão do projeto final da Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional em setembro de 2021 foi adiada para garantir a sua coerência com os projetos de lei das instituições financeiras e lei cambial e deverá ser concluída como Ação Prévia. O IRE contínuo sobre o mecanismo de ajustamento dos preços dos combustíveis foi cumprido no final de junho de 2021, mas não no final de setembro, em meio a atrasos nesses ajustamentos.

11. Há atrasos na aplicação gradual das medidas de governação relativas às despesas da Covid-19. Os IRE contínuos do final de junho de 2021 sobre transparência de governação não foram cumpridos, mas foram houve avanços substanciais. Em outubro de 2021, o órgão de contratação pública (COSSIL) apresentou ao Ministério das Finanças, para a sua avaliação, um novo projeto de legislação de contratação pública que exigiria a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos, com o apoio de AT do FMI. As autoridades ainda publicam relatórios mensais de despesas ligadas à Covid-19, mas com atrasos. A publicação de contratos públicos e dos respetivos documentos também é irregular. Em fevereiro de 2022, as autoridades publicaram os relatórios de despesas da Covid-19 de agosto a dezembro de 2021, juntamente com uma série de contratos públicos (cerca de 40% dos quais sem qualquer objeção por parte do COSSIL em 2021). A conclusão da auditoria *ex post* do Auditor Geral do pacote de despesas ligadas à Covid-19 de 2020 está prevista para abril de 2022 (MPEF §23).

12. As autoridades usaram o equivalente a 10 milhões de USD (cerca de metade) da sua alocação de DSE para o financiamento do orçamento em 2021. Em setembro de 2021, o Ministério das Finanças e o Banco Central (BCSTP) celebraram um contrato de reempréstimo no valor de 10 milhões de USD (207,2 milhões de dobras)⁵ para atender às necessidades de despesa relacionadas com a pandemia, as reparações da rede elétrica e as renovações de hospitais, escolas e estradas. Em 2022, se o financiamento externo for inferior ao previsto ou caso se verifiquem atrasos nos desembolsos previstos, as autoridades tencionam usar um quarto da restante alocação de DSE para apoiar as necessidades de despesas ligadas à pandemia e às inundações e reter o quarto restante em reservas.

PERSPETIVAS E RISCOS

13. A perspetiva económica continua a ser positiva. As projeções de crescimento são de 2,3% em 2022 e 2,8% em 2023. Estas projeções são inferiores às da terceira avaliação devido ao impacto das inundações na agricultura e no comércio, mas espera-se que o crescimento chegue 4% a médio prazo, com o apoio de melhores infraestruturas e um potencial mais forte para o turismo. Os esperados ajustamentos dos preços internos dos combustíveis, em consequência dos preços internacionais mais elevados, afetarão a inflação em 2022. O reforço das receitas com a introdução do

⁴ As autoridades enviaram os resultados do teste de stress no final de 2021, que usou os dados de 2020. As autoridades concordaram em atualizar os testes de stress com dados mais recentes de finais de 2021 para melhor refletir o impacto da pandemia. Partilharam os resultados do novo exercício de testes de stress no final de fevereiro de 2022.

⁵ As autoridades citaram o Artigo 28.º da atual lei orgânica como base jurídica para esta medida. No projeto de lei orgânica recentemente revisto, tal reempréstimo está previsto no Artigo 32.º (4).

IVA em 2022, a eliminação gradual das despesas relacionadas com a pandemia e a consolidação gradual do SPI poderão colocar a dívida pública numa trajetória descendente, apoiada por um diferencial positivo das taxas de juro a médio prazo. O ajustamento orçamental, conjugado a um aumento gradual das receitas do turismo, deverá reforçar o saldo de conta corrente, mas que deverá ser afetado negativamente pelas inundações (para cerca de -9,8% do PIB em 2022). As reservas internacionais deverão se estabilizar em cerca de 3,8 meses de importações até 2022, um nível considerado adequado (ver Anexo 4).

14. As perspetivas macroeconómicas estão sujeitas a incertezas e riscos descendentes significativos (Anexo 3). Novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade. As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos. Perturbações prolongadas das cadeias de aprovisionamento mundiais podem provocar a escassez de bens de consumo intermédio e final, o abrandamento do crescimento e aumentos de preços. Atrasos nas reformas das receitas poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos aquém das expectativas ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores prejudicarão as opções de financiamento. Atrasos nas reformas da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento. As próximas eleições parlamentares de outubro de 2022 poderão atrasar as reformas legislativas e colocar pressão adicional sobre as despesas. Uma eventual catástrofe natural também poderá retardar a consolidação orçamental. Por outro lado, reformas aceleradas e projetos-chave de desenvolvimento de infraestruturas poderão promover o crescimento a médio prazo.

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Projeções macroeconómicas de médio prazo
(cenário de base do programa)

	2020		2021		2022		2023		2024	2025	2026
	3ª aval.	Est.	3ª aval.	Proj.	3ª aval.	Proj.	3ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
	<i>Variação percentual anual</i>										
PIB real	3,0	3,0	2,1	1,8	2,9	2,3	3,3	2,8	3,5	3,7	4,0
Inflação medida pelo IPC (média do período)	9,8	9,8	5,4	8,1	7,0	12,1	5,8	8,7	5,2	5,0	4,4
	<i>Porcentagem do PIB</i>										
Saldo primário interno do governo central ¹	-3,2	-3,2	-3,5	-3,3	-2,0	-2,8	-0,2	-1,5	0,0	0,7	0,8
Saldo da conta corrente	-14,1	-10,3	-11,3	-9,6	-7,5	-9,8	-6,7	-7,5	-6,7	-6,3	-6,0
Dívida bruta do setor público ²	87,4	87,1	87,9	95,6	86,5	94,0	84,3	91,3	86,6	80,8	73,7

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Excl. as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de invest. financiadas com recursos externos.

² Total da dívida pública e com garantia pública cf. definido na ASD, incl. a dívida da EMAE à ENCO (e excl. os atrasados do governo à EMAE devido à consolidação).

Opinião das autoridades

15. As autoridades concordaram, em linhas gerais, com a avaliação do corpo técnico sobre as perspetivas a médio prazo e os respetivos riscos. Observaram que se baseiam em pressupostos de crescimento em baixa do mercado em 2022 e 2023, devido ao impacto recente das inundações na agricultura e no comércio, mas esperam que o crescimento do PIB acelere com o impacto dos

projetos de infraestruturas previstos, enquanto a normalização das restrições de viagens ligadas à pandemia poderá impulsionar o turismo. Para ancorar a dinâmica da dívida pública, as autoridades reiteraram compromissos políticos com vista a uma consolidação orçamental gradual favorável ao crescimento e à introdução do IVA em 2022, não obstante as eleições. As receitas do IVA poderão servir de apoio às despesas sociais e de infraestruturas que favorecem o crescimento e ajudar a impulsionar o potencial de desenvolvimento do país. As autoridades expressaram a sua preocupação com o aumento dos preços dos combustíveis, que pressionará o custo de vida e poderá levar a pedidos de aumento dos salários do setor público. Salientaram que a reforma das empresas públicas deficitárias no setor energético requer uma estratégia de reforma multifacetada para abordar as ineficiências na produção de energia baseada em combustíveis e no consumo de eletricidade, através da implementação de mecanismos de preços de combustíveis baseados no mercado e reformas de gestão nas empresas públicas.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

As discussões centraram-se em: i) atenuar o impacto da pandemia e reconstruir e reforçar o espaço orçamental para permitir as tão necessárias despesas sociais, de desenvolvimento e de alívio das inundações, ii) gerir os riscos orçamentais das empresas públicas deficitárias, iii) modernizar os sistemas monetários e financeiros e iv) apoiar a recuperação da pandemia e criação de condições para uma estratégia de crescimento gerador de empregos e de adaptação às alterações climáticas.

A. Reforço do espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento

16. As autoridades preveem uma consolidação orçamental mais gradual em 2022 em relação à trajetória prevista na terceira avaliação (Tabela 2 do texto). As autoridades visam alcançar um saldo primário interno de 2,8% do PIB em 2022, cerca de 0,5 inferior ao de 2021, e ao mesmo tempo dar resposta às inundações e aumentar das despesas pró-pobres. Para compensar em parte a quebra das receitas devido a atrasos na introdução do IVA, em fevereiro de 2022 as autoridades emitiram uma decisão do Conselho de Ministros no sentido de aplicar medidas adicionais de receitas (cerca de 0,5% do PIB), incluindo a arrecadação de atrasados fiscais, taxas aeroportuárias e sobretaxas de impostos sobre bebidas alcoólicas (Tabela 3 do texto). Se as receitas não se concretizarem como previsto, o MdF emitirá uma resolução para limitar as despesas administrativas (MPEF §16).

Tabela 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Saldo primário interno, 2021–22
(em percentagem do PIB)

		2021			2022		
		3ª aval. ECF	Estimativas	Dif.	3ª aval. ECF	Orç. autor.	Proj.
I	Total de receitas (=1+2)	15,8	14,7	-1,1	17,2	15,7	15,5
I.A	D/q: Receitas internas (=I-2.1+3)	15,6	14,0	-1,6	16,7	15,4	15,2
1	Receitas fiscais	13,3	12,3	-1,0	14,4	13,1	12,9
1.1	d/q: diferencial do preço do petróleo	0,2	0,6	0,4	0,2	0,2	0,1
2	Receitas não fiscais	2,5	2,4	-0,2	2,8	2,6	2,5
2.1	d/q: receita do petróleo	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0
3	Amortização da dívida à ENCO	-0,2	-0,6	-0,4	-0,2	-0,2	-0,2
II	Total da despesa interna (=4+5+6+7)	19,5	17,5	-2,0	19,1	19,3	18,6
II.A	D/q: Despesas primárias internas (=II-4.2)	19,1	17,3	-1,8	18,7	18,7	18,1
4	Despesas correntes	17,8	16,9	-0,9	17,5	17,7	17,4
4.1	Gastos com pessoal	10,0	9,3	-0,7	9,8	10,0	9,9
4.2	Juros devidos	0,4	0,2	-0,2	0,4	0,7	0,5
4.3	Bens e serviços	2,4	2,4	0,0	2,4	2,1	2,2
4.4	Transferências	3,2	3,2	0,0	3,2	3,2	3,3
4.5	Outras despesas correntes	1,8	1,8	0,0	1,7	1,7	1,5
5	Despesas de investimento internas	0,3	0,1	-0,2	0,4	0,3	0,8
5.1	Financiadas pelo Tesouro	0,3	0,1	-0,2	0,4	0,3	0,8
5.2	Financiadas por receitas de privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Despesas sociais relacionadas com a Iniciativa HIPC	0,2	0,1	-0,1	0,2	0,3	0,3
7	Despesas Covid-19 financiadas pelo Tesouro 1/	1,3	0,4	-0,9	1,0	1,0	0,0
III	Saldo primário interno (= I.A-II.A)	-3,5	-3,3	0,2	-2,0	-3,2	-2,8

Fontes: Autoridades de STP e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Não inclui 23,6 mil milhões de dobras em vencimentos e salários relacionados com a Covid-19, que estão incluídos nos gastos com pessoal.

Tabela 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Medidas adicionais de receitas, 2022
(em percentagem do PIB)

Total da receita adicional	0,47
Cobrança de atrasados fiscais	0,27
IRS	0,08
IRC	0,02
Impostos sobre o consumo	0,14
Imposto de selo	0,02
Outros (incl. direitos aduaneiros etc.)	0,00
Taxa aeroportuária (20€ por passageiro)	0,06
Imposto sobre bebidas alcoólicas	0,14

Fonte: Autoridades de São Tomé e Príncipe.

17. Considerando o impacto das recentes inundações, o governo planeia dar prioridade às despesas de investimento como parte dos esforços de reconstrução no âmbito do envelope orçamental aprovado para 2022. As inundações do final de dezembro de 2021 causaram danos em infraestruturas (pontes, estradas e abastecimento de água), na agricultura e em empresas. A estimativa preliminar das necessidades totais de reconstrução é de cerca de 37,5 milhões de USD⁶. No rescaldo

⁶ Inclui projetos de reconstrução de infraestruturas já identificados e comprometidos, que foram afetados pelas inundações.

das inundações, houve a distribuição imediata de alimentos e outra ajuda de emergência a comunidades isoladas (de cerca de 2 mil pessoas) com o apoio dos doadores. As necessidades prioritárias de reconstrução de emergência, estimadas em cerca de 7 a 8 milhões de USD, centraram-se nas pontes destruídas, no abastecimento de água potável e nas empresas afetadas. O governo tem procurado ativamente obter donativos para financiar projetos para atender as necessidades prioritárias de reconstrução de emergência, incluindo cerca de 5 milhões de USD do suplemento de emergência do Banco Mundial no âmbito dos projetos de transporte e assistência social, até 1 milhão de USD do BAfD de apoio às empresas afetadas pelas inundações e cerca de 1,2 milhões de USD de outros parceiros bilaterais. Estes compromissos de financiamento serão integrados ao envelope orçamental aprovado para 2022, uma vez que os parceiros de desenvolvimento sinalizaram as suas intenções de realocar e antecipar fundos não desembolsados ao abrigo dos seus atuais compromissos de apoio a projetos para apoiar os esforços de reconstrução a curto prazo. Outras necessidades de reconstrução de infraestruturas identificadas já estão refletidas nos compromissos existentes dos parceiros de desenvolvimento e serão atendidas no âmbito dos seus canais de apoio aos projetos nos próximos dois ou três anos.

18. Para salvaguardar a credibilidade da consolidação a médio prazo, as autoridades comprometeram-se a i) reforçar a mobilização das receitas internas através da introdução do IVA a uma taxa de 15% em 2022, ii) conter os riscos orçamentais dos subsídios implícitos às empresas públicas de energia, ajustando os preços internos dos combustíveis, iii) aumentar as despesas sociais e melhorar o direcionamento para as famílias mais vulneráveis e iv) prosseguir as reformas de governação e transparência e reforço da gestão das finanças públicas e administração das receitas:

- *Introduzir o IVA para ancorar a trajetória de consolidação orçamental a médio prazo.* Nos últimos seis meses, as autoridades tomaram medidas críticas para introduzir o IVA até setembro de 2022 (novo IRE). Promulgaram o regulamento de reembolso deste imposto e garantiram o contrato do projeto para as tecnologias da informação (IT) do IVA em novembro de 2021, com o apoio do Banco Mundial. Para garantir a introdução atempada do projeto informático do IVA, a estrutura de governação para a execução do projeto foi estabelecida e implementada em janeiro de 2022, com o apoio da AT do FMI. Além disso, a Direção dos Impostos comprometeu-se a validar o sistema informático do IVA para o registo dos contribuintes (Acção Prévia) e as Direções das Alfândegas e dos Impostos comprometeram-se a acordar a aplicabilidade da Lei do IVA nos pontos de cobrança aduaneira emitida no despacho ministerial (Acção Prévia). Estas duas ações prévias são fundamentais para garantir a introdução atempada da plataforma informática do IVA e permitir a sua cobrança nos pontos alfandegários. Estas serão seguidas pela campanha de sensibilização e informação pública sobre o IVA em junho de 2022, que conta com o apoio do Banco Mundial (novo IRE).
- *Manter os gastos pró-pobres e reforçar os programas de despesas sociais.* Os compromissos de despesa a favor dos pobres (metas indicativas) estão a ser adotados. O programa apoiado pelo Banco Mundial para famílias vulneráveis, que visa aumentar o rendimento e o consumo de agregados familiares carentes, está a ser expandido juntamente com programas de formação. As autoridades reforçaram o seu compromisso de conter as despesas salariais dentro do limite do orçamento aprovado ao emitirem, em fevereiro de 2022, um despacho ministerial que congelou novas contratações. Como programado anteriormente, a massa salarial nominal do setor público crescerá abaixo da taxa de crescimento do PIB, coerente com o orçamento aprovado para 2022.

- *Gerir o impacto do rápido aumento dos preços mundiais dos combustíveis nas receitas e nos subsídios implícitos.* Instituir um mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis com decisões políticas bem calibradas de modo a minimizar os subsídios implícitos, com o ajuste dos preços de retalho dos combustíveis e das sobretaxas de impostos sobre combustíveis (§§24-25 e MPEF §38). O impacto destas medidas sobre os mais vulneráveis tem de ser atenuado com programas de despesas pró-pobres bem direcionados.
- *Aplicar as reformas da GFP.* As autoridades continuam a avançar no reforço da previsão macro-orçamental. Pela primeira vez, incorporaram nos documentos do orçamento de 2022, as projeções para o quadro orçamental a médio prazo (QOMP) trienal, com o apoio da AT do FMI. As autoridades também estão a melhorar os mecanismos de coordenação entre organismos de gestão de tesouraria e a reforçar o controlo das despesas, com vista a evitar a acumulação de atrasados. Planeiam igualmente instituir um mecanismo de teto para a gestão de compromissos de despesas em determinados ministérios que realizam despesa em 2023. As autoridades manifestaram o seu interesse em realizar uma avaliação PIMA para melhorar o planeamento e a eficiência dos programas de investimento público (MPEF §45).
- *Aplicar reformas na administração das receitas.* No futuro, será necessário prosseguir com a digitalização e modernização dos serviços da administração orçamental mediante: i) a reorganização da Direção dos Impostos para melhorar a gestão e o planeamento estratégico centrado na regularidade fiscal, ii) a adoção de práticas modernas de gestão do risco de conformidade, incluindo programas de auditoria que utilizam informações de terceiros e iii) a reformulação do atual quadro de monitorização do desempenho, incluindo indicadores-chave de desempenho e programas de bônus.
- *Reforçar a transparência e governação orçamentais.* Já estão a ser tomadas medidas graduais de governação relativas às despesas da Covid-19. As autoridades estão a publicar no sítio web do MdF contratos públicos e relatórios mensais destas despesas, embora de forma algo irregular. Também estão a considerar um projeto revisto da nova Lei de Contratação Pública, que inclui requisitos de comunicação de informações sobre os beneficiários efetivos (Caixa 1), com o apoio de AT do FMI e do Banco Mundial. Por fim, no âmbito da sua auditoria às contas financeiras do Estado, o Auditor Geral deverá concluir a auditoria de 2020 da despesa relacionada com a Covid-19 e publicar o respetivo relatório até ao final de abril de 2022. Atualmente, os documentos dos concursos públicos são recolhidos manualmente e, no futuro, as autoridades estão a trabalhar com o Banco Mundial para desenvolver um sistema automatizado de publicação destes relatórios. O corpo técnico incentivará a adoção atempada do projeto de lei revisto, de apoio aos compromissos das autoridades em relação a uma maior transparência na adjudicação de contratos. Estas reformas ajudarão a reforçar a governação orçamental, reduzir as vulnerabilidades à corrupção e melhorar a gestão do setor público, juntamente com as reformas em curso de reforço da governação e independência do banco central (Secção C).

Caixa 1. São Tomé e Príncipe: Introdução dos requisitos sobre os beneficiários efetivos na nova proposta de Lei de Contratação Pública

Em outubro de 2021, o projeto revisto da nova Lei de Contratação Pública, que incorpora requisitos de comunicação de informações sobre os beneficiários efetivos (BE), foi submetido ao governo para sua avaliação. O processo de redação contou com o apoio do Banco Mundial e do FMI e incorpora quatro elementos principais relacionados com a recolha e publicação de informações sobre beneficiários efetivos (BE):

- *Definição de beneficiário efetivo.* A definição jurídica de BE na atual Lei CBC/FT recebeu uma referência cruzada, que é coerente com a norma do GAFI. Foi incluída a fundamentação desta exigência de modo a ajudar os proponentes a entender as suas obrigações em termos das informações que deverão apresentar.
- *Permitir a recolha e exigir que os proponentes apresentem informações sobre os beneficiários efetivos como parte do concurso.* Foi incluída uma nova disposição para solicitar a apresentação de informações sobre BE aos proponentes na forma de um requisito específico, aplicável tanto a proponentes nacionais como estrangeiros.
- *Aplicabilidade de sanções específicas à apresentação de informações sobre beneficiários efetivos.* As disposições foram alteradas para abranger infrações ligadas à declaração dos BE: i) uma disposição específica que sujeita o proponente às sanções aplicáveis pela ausência de informações ou a inclusão de dados parcial ou totalmente inexatos sobre BE; ii) uma disposição segundo a qual uma proposta não será aceite se não for apresentado um documento (incluindo informações sobre BE) e iii) a sanção aplicável que resultará na inclusão na lista negra e na publicação dos nome de proponentes irregulares.
- *Disponibilização pública de informações sobre beneficiários efetivos.* O novo projeto prevê a publicação das informações sobre BE dos adjudicatários juntamente com o nome da empresa e o montante do contrato. A Lei de Proteção de Dados de São Tomé e Príncipe não cobre especificamente informações sobre BE nem proíbe a sua publicação e tem o mesmo nível hierárquico da lei de contratação pública; portanto, as informações sobre BE podem ser objeto de publicação. O COSSIL terá a palavra final sobre o âmbito das informações a recolher e publicar, por exemplo, qualquer dado para além do nome do(s) beneficiário(s) efetivo(s).

Opinião das autoridades

19. As autoridades concordam com as recomendações do corpo técnico sobre a política orçamental e as reformas de governação e transparência. Observaram que São Tomé e Príncipe tem uma história de forte desempenho orçamental e continua a exercer uma forte disciplina orçamental durante a pandemia. Destacaram o uso duma gestão de tesouraria rigorosa e o alinhamento das despesas com os recursos disponíveis como o principal instrumento de políticas para impor a disciplina orçamental. Reiteraram os seus compromissos de reforço da mobilização de receitas internas, melhoria da eficiência das despesas e mobilização do financiamento sob a forma de donativos através dum compromisso contínuo com os parceiros de desenvolvimento, incluindo para a recuperação das inundações. Comprometeram-se a concluir duas Ações Prévias ligadas à introdução do IVA para garantir o início previsto da sua cobrança em setembro de 2022. As autoridades também reiteraram um compromisso inabalável para com a transparência e as reformas da governação. Estão a trabalhar diligentemente com os ministérios para publicar relatórios de despesas e contratos públicos de forma mais regular. Também estão a apoiar o Auditor Geral na finalização do relatório de auditoria de 2020 das despesas relacionadas com a Covid-19.

Dívida pública

20. A dívida pública é considerada sustentável, mas o país permanece em situação de sobre-endorçamento devido a atrasados externos prolongados e por regularizar. Alguns indicadores da dívida pública foram superiores aos limiares do cenário de base, mas esta permanece numa trajetória descendente, em meio ao compromisso das autoridades de prosseguir a consolidação orçamental,

implementar reformas previstas para o setor energético e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado. No cenário de base, o rácio dívida pública/PIB deverá diminuir para cerca de 73,7% do PIB em 2026. A alocação geral de DSE do FMI em agosto de 2021 e a prorrogação final da DSSI até dezembro de 2021, concederam um alívio temporário adicional. Prevemos que o valor atual (VA) do total da dívida pública e com garantia pública (PGP) fique abaixo dos limiares da análise da sustentabilidade da dívida (ASD) associado a uma fraca capacidade de endividamento (abaixo de 35% do PIB) até 2025, depois de descontada a dívida da EMAE e os atrasados à ENCO. As autoridades mantêm-se em contacto permanente com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial a fim de regularizar os atrasados externos em dívida⁷. Relativamente aos atrasados externos do país junto de credores privados, as autoridades continuam a envidar esforços de boa-fé para chegar a um acordo.

Opinião das autoridades

21. As autoridades concordaram, em grande medida, com a avaliação. Compreenderam que a principal razão para a classificação de sobre-endividamento deve-se a atrasados externos de longa data e estão empenhadas em prosseguir os esforços para regularizá-los. As autoridades sublinharam que a probabilidade de a dívida da Sonangol assumida no teste de stress se materializar continua a ser baixa. Reconheceram o risco significativo para a sustentabilidade da dívida decorrente dos prejuízos da EMAE, que resultou em atrasados à ENCO, e estão empenhadas em concluir as reformas da primeira. As autoridades também reafirmam o seu compromisso em contrair empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado para reduzir a vulnerabilidade da dívida ao longo do tempo. Para além disso, estão a procurar ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial, através de contactos ativos e reuniões de alto nível.

B. Gestão dos riscos fiscais das empresas públicas deficitárias

22. Um setor energético ineficiente comporta riscos para a sustentabilidade orçamental e o crescimento⁸. O setor energético de São Tomé e Príncipe baseia-se num acordo institucional complexo entre o governo e duas das maiores EP de energia, a EMAE e a ENCO (Figura 4 do texto). Estas EP apresentam ineficiências operacionais de longa data que causam interrupções recorrentes no fornecimento de eletricidade e perdas financeiras. O fornecimento de eletricidade permanece instável, com interrupções persistentes. A EMAE gera eletricidade em centrais elétricas obsoletas e dispendiosas com combustíveis fósseis e enfrenta perdas comerciais e técnicas significativas na rede de distribuição. A ENCO importa combustível para a produção de eletricidade e entre 2006 e 2014, acumulou perdas por vender combustíveis abaixo do preço de mercado. Desde então, estas perdas foram resolvidas com a criação do mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis. Porém, os atrasos na sua aplicação para refletir o aumento dos preços internacionais podem aumentar as perdas para a ENCO (Caixa 2).

23. A resolução das ineficiências do setor energético requer uma abordagem de reforma multifacetada para: i) instituir medidas de curto prazo para conter as perdas da EMAE, tais como

⁷ O governo chegou a um acordo com o governo brasileiro, mas este ainda depende da sua ratificação final. As negociações com Angola e a Guiné Equatorial estão a avançar, tendo sido concluídas as etapas técnicas, faltando agora a assinatura dos acordos.

⁸ Cf. Documento sobre Temas Seleccionados: Avaliação dos riscos e implicações orçamentais para o setor energético.

instalar novos contadores, melhorar a disciplina de pagamento, lançar o programa de lâmpadas LED (IRE) e promover uma transição para fontes de energia renováveis, ii) confiar no mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis e manter os preços a retalho alinhados com os mercados internacionais (IRE contínuo) para evitar subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais e iii) reforçar os programas de transferência social direcionados para os mais vulneráveis, apoiados por parceiros de desenvolvimento.

ENCO: EP importadora de combustíveis

24. O aumento dos preços internacionais dos combustíveis aumenta as pressões orçamentais a curto prazo. Desde o início de 2020, São Tomé e Príncipe tem beneficiado dos baixos preços internacionais dos combustíveis e das receitas cumulativas devido ao facto do diferencial entre os preços de retalho administrados dos produtos combustíveis e os preços de importação ter continuado positivo (cerca de 36 milhões de dobras) em 2021 (Tabela 4 do texto). Desde setembro de 2021, porém, o rápido aumento dos preços internacionais começou a corroer estas diferenças e resultou em perdas para a ENCO porque os seus preços ficaram abaixo do custo (subsídio implícito) (Caixa 2).

Tabela 4 do texto. São Tomé e Príncipe: Receitas reais do diferencial de preço dos combustíveis

(em milhões de dobras)

	2020	Jun. 2021	Set. 2021	Dez. 2021
	Efet.	Efet.	Est.	Est.
Direitos aduaneiros	571	274	420	531
Direitos aduaneiros gerais	265	113	207	230
Sobretaxa dos combustíveis	198	107	157	265
Gasolina	113	58	86	143
Gasóleo	85	49	71	122
Querosene	0	0	0	0
Dif. do preço dos combustíveis	108	54	56	36
Pagamento de atrasados à ENCO	85	54	77	67

Fonte: GAMAP e estimativas do corpo técnico do FMI.

25. O recurso contínuo ao mecanismo de ajustamento automático dos preços do combustível ajudará a evitar os subsídios implícitos de combustível e a conter riscos orçamentais (IRE contínuo). O governo comprometeu-se a aumentar e manter os preços de retalho alinhados com os mercados internacionais. O ideal seria que o governo aumentasse os preços de retalho em 18 a 20% de acordo com a fórmula de nivelamento, coerente com o IRE contínuo⁹. Contudo, por causa das emergência social em plena pandemia e das falhas de energia e inundações, as autoridades estão a aplicar uma política alternativa de aumento de cerca de 10%¹⁰ dos preços a retalho dos combustíveis e redução das sobretaxas do imposto sobre combustíveis para evitar subsídios implícitos à ENCO (segunda melhor política na Figura 3 do texto), que ainda assim resultaria no não cumprimento do IRE contínuo e enfraqueceria a credibilidade da natureza automática do mecanismo de preços, a menos que sejam implementados ajustamentos de preços adicionais. Assim,

⁹ Conforme o atual pressuposto de preço médio de 80,00 USD por barril de petróleo nos mercados internacionais.

¹⁰ O limite máximo legal para o aumento do preço único é de 10%.

as autoridades comprometeram-se a implementar uma série adicional de ajustamentos de preços (MPEF §§37-38) dentro dos limites legais permitidos. Além disso, para atenuar o impacto dos aumentos dos preços dos combustíveis nas famílias mais vulneráveis, espera-se que os programas de assistência social direcionados para as famílias vulneráveis, apoiados pelo Banco Mundial, continuem.

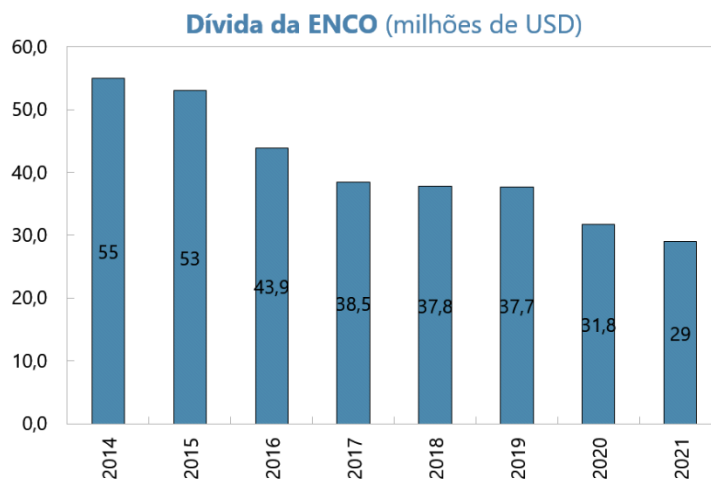
Figura 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Políticas alternativas de preços de combustíveis a retalho e sobretaxas sobre os combustíveis

		Preço a retalho do combustível	
		Manter	Aumentar
Sobretaxa dos combustíveis	Manter	<p><u>A evitar: Subsídio implícito</u></p> <p>Manter os preços de retalho inalterados</p> <p>Manter as atuais sobretaxas do imposto sobre o petróleo</p> <p>As perdas da ENCO irão aumentar e as receitas orçamentais serão mantidas</p>	<p><u>Política recomendada: Mecanismo automático de fixação de preços</u></p> <p>Aumentar os preços de retalho</p> <p>Manter as atuais sobretaxas do imposto sobre o petróleo</p> <p>As perdas da ENCO não aumentarão e as receitas orçamentais serão mantidas</p>
	Reduzir	<p><u>A evitar: renunciar totalmente às receitas orçamentais para compensar os subsídios implícitos à ENCO</u></p> <p>Manter os preços de retalho inalterados</p> <p>Reduzir as sobretaxas do imposto sobre o petróleo para compensar totalmente os subsídios implícitos</p> <p>As perdas da ENCO não aumentarão e as receitas orçamentais serão reduzidas</p>	<p><u>Política alternativa: renunciar parcialmente às receitas orçamentais para compensar os subsídios implícitos à ENCO</u></p> <p>Aumentar parcialmente os preços de retalho</p> <p>Reduzir parcialmente as sobretaxas do imposto sobre o petróleo</p> <p>As perdas da ENCO não aumentarão e as receitas orçamentais serão parcialmente reduzidas</p>

Fonte: corpo técnico do FMI

Caixa 2. São Tomé e Príncipe: Prejuízos da ENCO

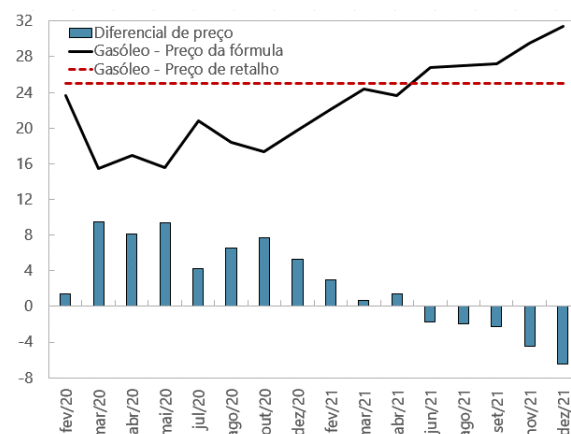
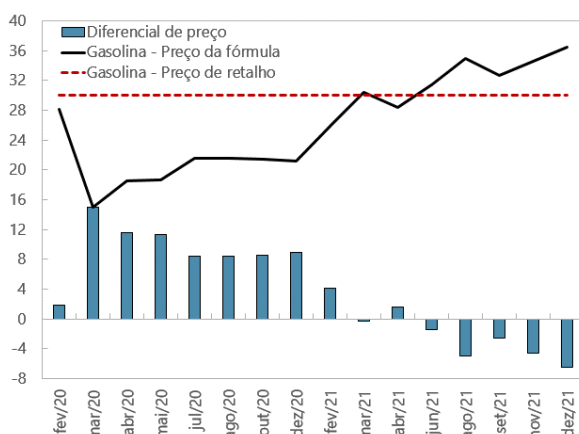
Historicamente, os subsídios implícitos aos preços abaixo do mercado entre 2006 e 2014 resultaram em perdas significativas para a ENCO, estimadas em cerca de 55 milhões de USD no final de 2015. A aplicação efetiva do mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis impediu novas perdas e permitiu a redução do stock acumulado da dívida da ENCO. Além disso, durante o período de preços internacionais baixos em 2020 e na primeira metade de 2021, o governo tomou a decisão de manter os preços administrados inalterados e gerou receitas provenientes de diferenciais



Fonte: Ministério das Finanças.

positivos de preços de combustível que foram usados para reduzir o volume da dívida da ENCO. Ao abrigo do mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, os preços de retalho de todos os produtos combustíveis (gasolina, gasóleo e querosene) são fixados administrativamente, usando fórmulas de preços baseadas nos preços CIF de importação, impostos aplicáveis, margens e outros custos (ver Caixa 2 do Relatório do FMI n.º 21/202).

Diferencial de preço dos combustíveis para a gasolina e o gasóleo não EMAE (STD por litro)



Fonte: GAMAP. Elaborado pelo corpo técnico

EMAE: Empresa pública de eletricidade

26. A produção de eletricidade com base em combustíveis fósseis é cara, pouco fiável e insuficiente para atender as necessidades de São Tomé e Príncipe. Embora a tarifa de eletricidade do país seja uma das mais elevadas da região, é insuficiente para cobrir os custos de produção, efeito da pequena escala de operações, da infraestrutura de produção obsoleta, dos custos de combustível e de ineficiências de gestão. Como consequência, as tarifas não são pagas regularmente. A execução do Plano de Produção de Menor Custo (PPMC) apoiado pelo Banco Mundial – cujo objetivo é a redução

de custos e tarifas através da mudança do cabaz energético para fontes mais sustentáveis, a reforma da gestão na EMAE e a cobrança das contas – foi de novo adiada devido à pandemia. Os recentes cortes de energia persistentes exigem uma atuação mais decisiva para se avançar com medidas de curto prazo de contenção das perdas da EMAE, tais como a instalação de novos contadores, a regularidade dos pagamentos, incluindo a cobrança das contas de eletricidade pelas entidades públicas, o lançamento do programa de lâmpadas LED (IRE) e a promoção da transição para fontes de energia renováveis (Tabela 5 do texto) (MPEF §39-41).

Opinião das autoridades

27. As autoridades concordam em grande medida com a avaliação do corpo técnico e as políticas necessárias para a reforma da EMAE. As autoridades estão a implementar uma agenda abrangente de reforma do setor energético, com o apoio do Banco Mundial, que visa modernizá-lo e aumentar a quota da produção de energia renovável, inclusivamente a partir de centrais hidroelétricas e solares fotovoltaicas. Reiteraram o seu compromisso com a agenda de reformas da EMAE, mas também salientaram que alguns atrasos na adoção das reformas se devem a processos morosos de aprovação por parte dos parceiros de desenvolvimento. Quanto aos ajustamentos dos preços dos combustíveis, reconhecem o risco de subsídios implícitos. Observam que o aumento dos preços internos foi adiado para março de 2022 devido às recentes inundações e às respetivas pressões inflacionistas adicionais, exigindo a criação de mecanismos adequados de apoio social para atenuar o impacto negativo.

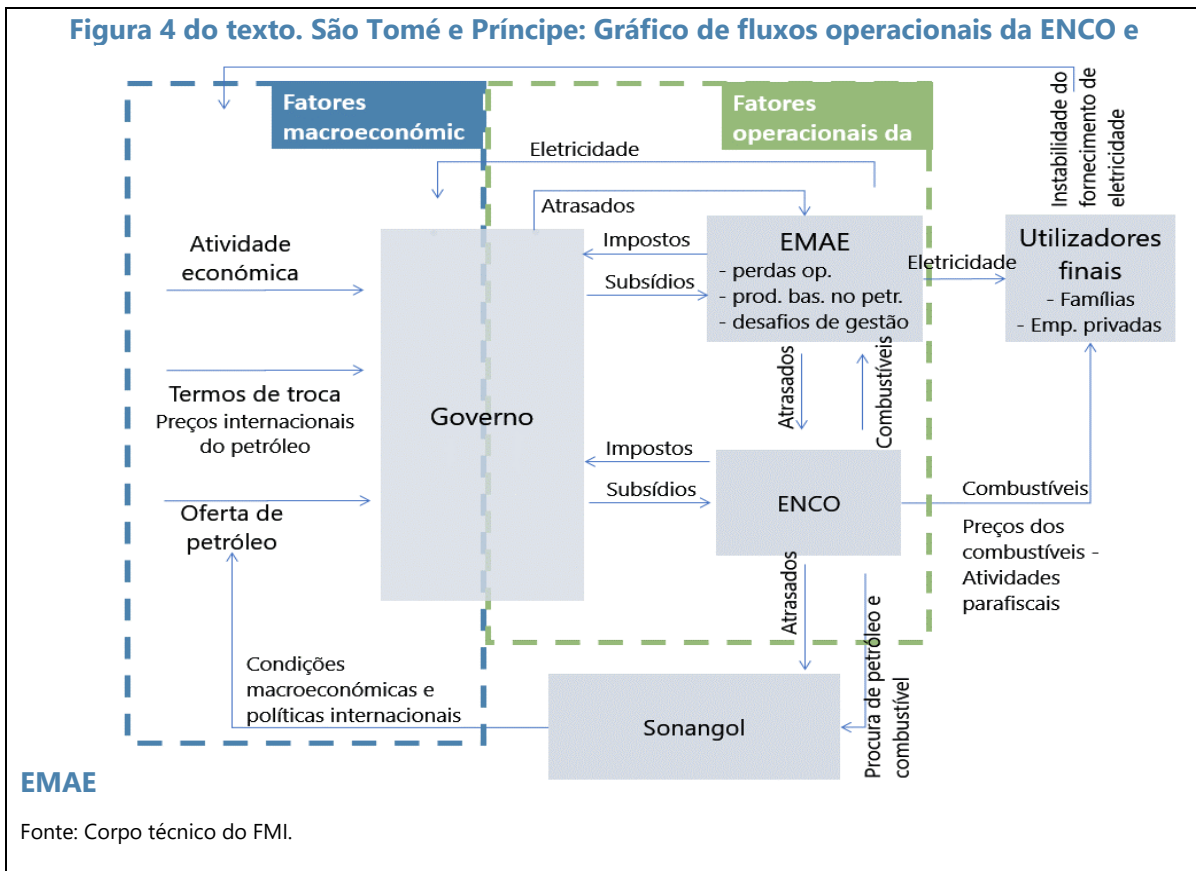


Tabela 5 do texto. São Tomé e Príncipe: EMAE/Setor da energia: Principais ações previstas, 2021–2023

Medidas	Estado	Data-limite
1. Definir os Termos de Referência da nova administração executiva da EMAE para implementar as medidas da reforma.	Concluído. Os TdR foram elaborados e o Conselho de Ministros aprovou o início de um concurso para a seleção dos quadros superiores da EMAE.	Final de setembro de 2021
2. O Governo estabelece com a EMAE um mecanismo para limitar o consumo e garantir o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas.	Atrasado devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
3. Concluir o programa LED, conforme previamente acordado com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, em conformidade com os parâmetros do programa LED (IRE)	A inspeção técnica na fábrica de LED, na China, foi concluída em janeiro de 2022 para permitir o fabrico de lâmpadas durante todo o mês de fevereiro e março. As lâmpadas LED deverão chegar a São Tomé e Príncipe no segundo trimestre de 2022 para distribuição.	Meados de 2022
4. Continuar a executar o plano de regularização de faturas em atraso com os clientes particulares.	Atrasado devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
5. Implementar o programa de contadores apoiado pelo BEI e o Banco Mundial, incluindo a finalização da instalação de 3 mil contadores nos grandes clientes e a instalação dos contadores de gásóleo para monitorizar o fornecimento e o consumo nas centrais térmicas.	A não objeção do BEI foi concedida em dezembro. A AFAP está a negociar os termos do contrato com os concorrentes selecionados.	Final de 2023
6. Publicar um decreto que abrange: i) a definição da estrutura tarifária, ii) a definição das categorias de clientes, iii) os ajustamentos das tarifas sociais e iv) as condições acordadas e o cronograma geral para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos.	Amplamente alcançado. O Decreto-Lei 88, que inclui os pontos i), ii) e iii), foi aprovado em novembro de 2021. O decreto prevê que o princípio da abordagem de custos totais seja aplicado à estrutura tarifária. A implementação efetiva da nova estrutura tarifária depende da entidade reguladora AGER.	Final de 2021

C. Modernização dos sistemas monetário e financeiro

28. A política monetária continua a estar ancorada na paridade fixa com o euro. A paridade cambial (introduzida em 2010) tem servido bem a economia insular dependente de importações, e os desembolsos externos protegeram os amortecedores de reservas em 2020-2021. O BCSTP dispõe de um conjunto de ferramentas para ajudar a gerir a liquidez e está a emitir CD para absorver o excesso de liquidez em 2021.

29. A posição externa de São Tomé e Príncipe em 2021 era ligeiramente mais fraca do que o nível sugerido pelos fundamentos e as políticas desejáveis (Anexo 4). O défice de conta corrente diminuiu devido sobretudo à recuperação firme do turismo e à diminuição das importações de bens e serviços em 2021. A médio prazo, este défice e o rácio PIIL/PIB melhorarão a um ritmo moderado, refletindo a consolidação orçamental e o reforço das exportações de serviços. A paridade cambial tem sido benéfica para o país, reduzindo a inflação média em 2010-2020 para cerca de metade da taxa da década anterior. Porém, por ser uma pequena economia insular, remota e dependente das importações, a inflação – impulsionada pelos preços dos alimentos e da energia – continuou a ser mais elevada do que na área do euro, contribuindo para a valorização da TCER. Embora o nível de reservas internacionais brutas (RIB) do país seja considerado adequado, é preciso reforçar mais os amortecedores externos, dada a persistência e magnitude dos choques que enfrenta enquanto país em desenvolvimento pequeno e frágil, com um regime de paridade cambial fixa. Para o futuro, o amortecedor externo terá de ser reforçado de modo a apoiar esta paridade. Para tal, a curto prazo, continua a ser importante mobilizar financiamento externo para projetos de infraestruturas e desenvolvimento social que favoreçam o crescimento e evitem atrasos nos desembolsos. A médio prazo, a consolidação orçamental gradual e contínua ajudará a aliviar a pressão da procura, aumentar o espaço orçamental e criar um amortecedor externo mais elevado. Do lado da oferta, as reformas estruturais têm de continuar a reforçar a competitividade, mediante o fomento do turismo e reforço da eficiência do setor energético para baixar os custos de produção.

30. Está-se a avançar na adoção das recomendações da avaliação de salvaguardas do BCSTP de 2019, mas este avanço requer esforços contínuos (MPEF §28): i) o projeto da nova Lei Orgânica do BCSTP, que melhora as disposições de autonomia e governação e aumenta a supervisão independente da gestão, já finalizado e que deverá ser submetido à Assembleia Nacional até finais de fevereiro de 2022 (Ação Prévia) e ii) a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) foi adiada durante a pandemia, razão pela qual as autoridades solicitaram AT do FMI para se avançar nesta matéria, e está prevista para meados de 2022. São necessários, porém, mais esforços para a adoção de várias recomendações pendentes, incluindo a criação da Comissão de Auditoria e o reforço da auditoria interna e das operações monetárias. Além disso, prosseguem os esforços para garantir a permanência do país como membro do Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA).

31. O impacto da pandemia de Covid-19 no setor financeiro ainda não foi totalmente apurado. O crédito malparado do sistema diminuiu de cerca de 29,6% no quarto trimestre de 2020 para cerca de 28,6% no quarto trimestre de 2021, não obstante o termo da moratória de pagamento de crédito em junho de 2021. O nível de provisionamento no setor bancário rondava os 90% no final de 2021. O BCSTP está a abordar o nível ainda elevado de crédito malparado com a aprovação de

novos regulamentos em outubro de 2021, que os bancos terão de cumprir até abril de 2022: i) o regulamento sobre Classificação dos Ativos e Provisão prevê requisitos prudenciais para a classificação de instrumentos financeiros, a constituição de provisões para perdas com empréstimos e exige que os bancos abatam os créditos malparados elegíveis (na categoria “Perdas”) no prazo máximo de 12 meses após esta classificação, ii) o regulamento sobre a adequação de fundos próprios visa garantir que os bancos mantêm níveis adequados de fundos próprios, de acordo com as normas internacionais, incluindo o uso de uma metodologia mais granular e conservadora no cálculo dos ativos ponderados pelo risco. O BCSTP concluiu os testes de *stress* dos bancos no final de fevereiro de 2022 (MPEF §30, IRE atrasado do final de dezembro de 2021). Continua-se a avançar na liquidação de três bancos, que tem sido adiada, inclusivamente devido à pandemia (MPEF §32). O BCSTP também apresentará um novo projeto de Lei das Instituições Financeiras ao Governo até ao final de junho de 2022 (IRE atrasado do final de dezembro de 2021). Após a conclusão prevista do exercício de testes de *stress* das autoridades para identificar possíveis pressões de risco de crédito da pandemia até ao final de fevereiro de 2022, o corpo técnico do FMI debaterá os resultados com as autoridades e recomendará a forma de reforçar a metodologia destes testes.

Opinião das autoridades

32. As autoridades concordam com as avaliações gerais do corpo técnico e as medidas propostas. Concordaram que a paridade cambial é benéfica para o país e reconheceram a necessidade de reforçar ainda mais os amortecedores externos. Concordaram que a consolidação orçamental contínua e a aceleração das reformas estruturais serão essenciais para o reforço da posição externa, juntamente com esforços decisivos de mobilização de financiamento sob a forma de subvenções. Observaram que o BCSTP continua empenhado em reforçar a estabilidade financeira e apoiar a economia para fazer face à pandemia. Sublinharam também que novos regulamentos irão reduzir ainda mais os rácios de crédito malparado; no que se refere à liquidação dos três bancos, apontaram vários fatores exógenos que atrasaram a conclusão deste processo, incluindo o impacto da pandemia e as dificuldades de venda dos ativos, apesar do desconto oferecido. Pretendem acelerar o processo de liquidação do Banco Equador e concluí-lo em 2022.

D. Criar as condições para o crescimento gerador de emprego e azul

33. A promoção de crescimento forte e inclusivo em São Tomé e Príncipe exigirá a redução do grande défice de financiamento do capital humano e das infraestruturas¹¹. Embora o país registre resultados ligeiramente melhores do que a média dos países da África Subsariana em alguns indicadores infraestruturais e sociais, garantir o acesso universal aos serviços básicos continua a ser um desafio. Considerando a eficiência das despesas de investimento do país, o volume de capital inicial e a sua taxa de depreciação, será necessário um investimento anual adicional de cerca de 14% da média anual do PIB em 2022-2030 para se atingirem os ODS de capital humano e infraestruturas até 2030. Contudo, o desempenho das receitas fiscais de São Tomé e Príncipe é inferior em cerca de 4% do PIB em relação aos seus congéneres e insuficiente para satisfazer grandes necessidades sociais e de desenvolvimento. Para tal, a introdução do IVA em 2022 ajudará a gerar recursos internos para apoiar programas sociais e de desenvolvimento de infraestruturas que favoreçam o crescimento. É

¹¹ Cf. Documento sobre Temas Seleccionados: défice de financiamento de capital humano e infraestrutura.

preciso reforçar ainda mais estes esforços mediante a mobilização de financiamento externo sob a forma de donativos e melhoria da eficiência do investimento público.

34. As reformas estruturais têm de continuar a melhorar a competitividade externa. A rápida expansão pré-pandémica no turismo demonstrou o potencial de crescimento impulsionado pelo setor privado nesta pequena economia insular¹². Contudo, colher os benefícios a médio prazo da expansão dos serviços turísticos exigirá uma abordagem abrangente, centrada no desenvolvimento do capital humano através de programas de educação, construção de infraestruturas, incluindo um fornecimento de energia fiável, a expansão das ligações de transporte e a melhoria do ambiente empresarial com ligações a pequenas e médias empresas e comunidades locais. A curto prazo, a recuperação do turismo dependerá da vacinação em curso contra a Covid-19, da gestão de eventuais novas variantes, da reabertura das viagens aéreas e de protocolos de segurança sanitária. A tomada de medidas para retirar o país da lista negra de segurança aérea (IRE) da União Europeia e melhorar as ligações de transporte aéreo continua a ser uma prioridade, juntamente com a melhoria das instalações aeroportuárias e a operacionalização de escolas de turismo com programas de formação de jovens.

35. A ineficiência energética compromete o frágil equilíbrio em relação ao clima neste pequeno estado insular. As autoridades estão a criar gradualmente um quadro institucional de apoio à adaptação às alterações climáticas. Contudo, grande parte da eletricidade de São Tomé e Príncipe é em produzida pela queima de gasóleo e o setor energético é o maior emissor de dióxido de carbono do país. Cortes de energia persistentes e uma rede elétrica pouco fiável também motivam o uso de geradores privados a gasóleo, que agravam ainda mais a poluição atmosférica. Para enfrentar estes desafios de longa data, é importante que se implemente uma agenda abrangente de reforma do setor energético, com o apoio do Banco Mundial, com o objetivo de modernizar o setor e aumentar a quota de energia renovável, e se mantenha sempre o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis (IRE contínuo).

Opinião das autoridades

36. As autoridades concordam em grande medida com as recomendações do corpo técnico de equilíbrio das políticas orçamentais, aplicação de reformas estruturais e mobilização do financiamento na forma de donativos para satisfazer grandes necessidades sociais e de desenvolvimento. Reiteraram o seu compromisso de melhorar a mobilização das receitas internas (através da introdução do IVA em 2022), melhorar a eficiência das despesas de investimento (através do reforço da capacidade da Agência Fiduciária de Administração de Projetos, AFAP), bem como procurar assistência técnica na condução da avaliação PIMA o mais rapidamente possível. Sublinharam os esforços significativos para mobilizar financiamentos na forma de donativos externos e saudaram a ideia de se melhorar o quadro jurídico a fim de permitir a participação do setor privado em projetos de infraestruturas. Consideraram também a modernização do setor energético e a criação de resiliência climática e infraestruturas favoráveis ao turismo como parte da sua melhor abordagem no contexto dos esforços de reconstrução relacionados com as inundações.

¹² Cf. Documento sobre Temas Seleccionados: setor do turismo em São Tomé e Príncipe.

QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS

37. São propostas prorrogações e modificações da condicionalidade do programa. Devido aos atrasos na introdução do IVA e às inundações, são propostas modificações dos CDQ e das MI para o final de março e junho de 2022 de modo refletirem uma consolidação orçamental mais gradual do que o previsto na terceira avaliação. Propõe-se a alteração do calendário e da definição dos IRE não cumpridos para se ter em conta os avanços recentes e dar tempo para a harmonização e construção de consensos. É acrescentada uma condicionalidade adicional sobre as etapas preparatórias para a introdução do IVA e da Lei Orgânica do BCSTP (ações prévias).

38. O programa está totalmente financiado até ao seu final, embora sujeito a riscos. Apesar dos atrasos nos desembolsos em 2021, existem compromissos firmes de financiamento para os próximos 12 meses, para o que resta do programa (Tabela 6 do texto).

39. A capacidade de reembolso ao FMI mantém-se adequada, embora sujeita a riscos significativos. O crédito pendente atingirá um pico de 7,4% do PIB em 2022. Os riscos são atenuados pelo compromisso das autoridades de manter a consolidação orçamental, aplicar as reformas previstas da EMAE e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado. A capacidade de reembolso ao FMI está sujeita a riscos significativos de diminuição do crescimento económico e das receitas, passivos contingentes da EMAE e da ENCO e concretização de outros riscos orçamentais que poderão reduzir a capacidade de serviço da dívida pública. Estes riscos descendentes poderão gerar dívida adicional e exigir políticas para restaurar a sustentabilidade da dívida, incluindo a necessidade de se rever o quadro macroeconómico e o programa orçamental, preservando ao mesmo tempo a despesa social. Embora o país esteja em situação de sobre-endividamento, a dívida é sustentável, assente no compromisso das autoridades de manter a consolidação orçamental, aplicar as reformas previstas da EMAE e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado.

40. O apoio imediato do FMI é considerado essencial para a implementação bem-sucedida do programa de ajustamento do país. São Tomé e Príncipe está a adotar políticas apropriadas e a envidar esforços de boa-fé para facilitar um acordo colaborativo entre os devedores privados e os seus credores e existem boas perspetivas de remoção das restrições cambiais. O corpo técnico apoia a conclusão da avaliação das garantias de financiamento.

Tabela 6 do texto. São Tomé e Príncipe: Financiamento externo
(em milhões de USD)

	2020	2021	2022
	Efet.	Est.	Proj.
Total	71,3	46,2	80,7
Donativos¹	48,0	39,2	65,7
Banco Mundial	20,6	31,4	31,8
Banco Africano de Desenvolvimento	13,6	1,0	6,8
União Europeia (UE)	5,9	0,5	4,6
Outros	7,9	6,3	22,5
Empréstimos	23,3	7,0	15,0
Banco Africano de Desenvolvimento	3,6	0,7	1,9
FMI	17,5	5,1	5,1
Outros	2,2	1,2	8,0

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; BAfD; Banco Mundial; e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ O montante de donativos exclui a assistência intercalar da Iniciativa HIPC.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS, DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E SENSIBILIZAÇÃO

41. São necessários esforços adicionais para melhorar os dados económicos, apesar de no geral serem adequados para a supervisão. O reforço da capacidade de previsão macro-orçamental continua a ser uma prioridade e a respetiva unidade, formada por representantes do MdF, BCSTP e INE, deve continuar a melhorar as suas projeções. O Instituto Nacional de Estatística (INE) compilou novas séries de contas nacionais (2008-2019) com o apoio de AT do FMI, que se prevê estarem disponíveis em 2022. As autoridades também receberam AT do FMI com o intuito de melhorar as estatísticas da balança de pagamentos (BdP) e alargar a cobertura da posição de investimento internacional (PII). O BCSTP está a trabalhar no sentido de implementar as recomendações de AT que garantirão uma melhor qualidade e cobertura mais ampla dos dados do balanço para a compilação e reclassificação da BdP e PII e a comunicação dos ativos de reserva.

42. O desenvolvimento de capacidades (DC) continua a ser fundamental para a aplicação de reformas. São Tomé e Príncipe recebeu apoio intensivo do FMI nesta área. Os apoios anteriores no domínio da capacitação atenderam pedidos das autoridades e as prioridades de reforma identificadas no contexto do programa apoiado pelo FMI. Os principais resultados incluem a criação do mecanismo automático de ajuste dos preços dos combustíveis, a adoção da Lei do IVA e a elaboração da Lei Orgânica do BCSTP. As restrições relacionadas com a pandemia, para além das limitações endémicas em termos de capacidade, atrasaram a absorção das atividades de DC. Para o futuro, as áreas

prioritárias incluem o reforço da mobilização de receitas internas, a melhoria da gestão financeira pública e do registo da dívida e o reforço dos regulamentos do setor financeiro e do quadro jurídico (ver Anexo 5).

43. As autoridades solicitaram uma prorrogação da aprovação das restrições cambiais existentes e da prática de taxas de câmbio múltiplas. São Tomé e Príncipe tem atualmente medidas que dão origem a duas restrições cambiais e a uma prática de taxas de câmbio múltiplas ao abrigo do Artigo VIII¹³. O Conselho de Administração do FMI concedeu a aprovação temporária destas medidas em fevereiro de 2021 por 12 meses¹⁴. As autoridades solicitaram uma prorrogação adicional de um ano destas medidas. As ações tomadas no âmbito do programa ajudarão a garantir a estabilidade do regime de paridade cambial, apoiando ao mesmo tempo a eliminação das restrições cambiais, e é necessária uma extensão, pois estas políticas ainda estão a ser implementadas. Assim, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades, dado que a) as medidas, necessárias e temporárias, que dão origem às restrições cambiais são impostas para efeitos da BdP e b) a medida, temporária e não discriminatória, relacionada com a prática de taxas de câmbio múltiplas é imposta para efeitos da BdP. O regime cambial é uma paridade convencional em relação ao euro, que se tornou a nova moeda de referência a 1 de janeiro de 2010. A Lei Orgânica do BCSTP autoriza-o a tomar decisões relativas à política cambial.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

44. Foi mantida a estabilidade macroeconómica, apesar dos múltiplos desafios. O crescimento deverá cifrar-se em cerca de 2,3% em 2022 e atingir 4% a médio prazo, apoiado por melhores infraestruturas e um potencial mais forte para o turismo. Com base na avaliação do setor externo (ver Anexo 4), a posição externa de São Tomé e Príncipe em 2021 era moderadamente mais fraca do que o nível sugerido pelos fundamentos e as políticas desejáveis. A conta corrente deverá agravar-se ligeiramente em 2022 devido ao impacto negativo das inundações e diminuir gradualmente a médio prazo. A perspetiva macroeconómica está sujeita a riscos descendentes. As novas variantes da Covid-19, catástrofes naturais e repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos. Do lado ascendente, a aceleração das reformas e dos principais projetos de desenvolvimento de infraestruturas pode promover um crescimento mais forte a médio prazo.

45. A consolidação orçamental favorável ao crescimento é fundamental para fazer face às necessidades sociais e económicas imediatas, ao mesmo tempo que preserva a sustentabilidade da dívida. São Tomé e Príncipe continua em situação de sobre-endividamento devido à regularização

¹³ Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial prevista nos Artigos 3.º(g) e 18.º do Código de Investimento de 2016 devido às limitações sobre a transferibilidade do rendimento líquido de investimentos e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações à disponibilidade de divisas para os pagamentos de transações correntes internacionais, devido ao racionamento de divisas pelo BCSTP. Estas restrições cambiais também geram uma prática de taxas de câmbio múltiplas, o que levou ao desvio de transações para o mercado paralelo, cuja taxa de câmbio apresenta um diferencial superior a 2% em relação à taxa do mercado formal.

¹⁴ Cf. Anexo Informativo.

em curso de dívidas soberanas pós-HIPC, enquanto a dívida externa pública e com garantia pública e a dívida total permanecem sustentáveis (ver ASD). O reforço das receitas e a consolidação gradual do SPI trará o défice primário para uma situação próxima do equilíbrio em 2024 e colocará a dívida pública numa trajetória descendente. A introdução do IVA em 2022 ajudará a gerar recursos internos para apoiar programas sociais e de desenvolvimento de infraestruturas favoráveis ao crescimento. É preciso reforçar ainda mais estes esforços mediante a melhoria da eficiência do investimento público. Devido a debilidade dos amortecedores externos e necessidades orçamentais consideráveis, devem ser mantidos os esforços no sentido de mobilizar donativos e financiamentos concessionais. Também é importante que se adotem medidas firmes de reforço das receitas, incluindo a arrecadação de atrasados fiscais. Em termos futuros, continua a ser essencial adotar um quadro orçamental de médio prazo e reforçar o controlo das despesas, que inclui um projeto-piloto de limite de despesas, para a concretização da estratégia de consolidação orçamental das autoridades.

46. A modernização dos quadros jurídicos monetário e financeiro continua a ser prioritária.

Dadas as pressões inflacionistas, a política monetária deve continuar a ser ancorada pela paridade com o euro e a usar uma gestão ativa da liquidez. A submissão da nova Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional pelas autoridades e os avanços na adoção das restantes recomendações de salvaguardas são bem-vindas, e devem continuar a ser envidados esforços de adoção das recomendações em atraso. O BCSTP deve continuar a gerir ativamente a liquidez no setor bancário de forma a apoiar a paridade cambial, o acesso ao crédito e a recuperação económica. Perante o ambiente económico difícil, também é importante o reforço da sua capacidade de gestão ativa de riscos e vulnerabilidades no setor financeiro e da supervisão do setor. Para tal, a melhoria dos testes de *stress* e o reforço das práticas de supervisão são elementos basilares para as autoridades se centrarem na modernização do BCSTP.

47. São necessárias reformas estruturais de apoio ao crescimento e melhoria da competitividade externa.

Colher os benefícios a médio prazo da expansão dos serviços turísticos exigirá uma abordagem abrangente centrada no desenvolvimento do capital humano através de programas de educação, construção de infraestruturas, incluindo um fornecimento de energia fiável, a expansão das ligações de transporte e a melhoria do ambiente empresarial com ligações a pequenas e médias empresas e comunidades locais. O aumento dos preços internacionais dos combustíveis e falhas no fornecimento de eletricidade acentuam a necessidade de reformas abrangentes do setor energético com vista a diversificar as fontes termoelétricas e a melhorar a eficiência energética. A curto prazo, a reforma da EMAE poderá ajudar a fornecer eletricidade de baixo custo e fiável, uma pedra angular para que o potencial de desenvolvimento e crescimento do país se concretize. Além disso, é necessário um ajustamento automático dos preços dos combustíveis para evitar subsídios implícitos e conter os riscos orçamentais. Estes esforços requerem apoios na forma de programas sociais mais robustos de transferências para os mais vulneráveis.

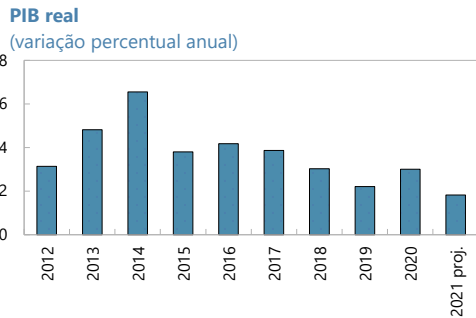
48. O corpo técnico recomenda a conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo ECF. As políticas económicas das autoridades para 2022 são coerentes com os objetivos do programa. As autoridades cumpriram as metas quantitativas da avaliação do final de junho de 2021, com exceção dos desvios temporários em relação às reservas internacionais líquidas e atrasados externos que foram corrigidos. O corpo técnico recomenda a dispensa do cumprimento do limite mínimo das reservas internacionais líquidas e do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos. Apoia o

estabelecimento e modificação de critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para finais de março e junho de 2022, bem como a conclusão da avaliação das garantias de financiamento. Apóia igualmente o quinto desembolso, no montante de 1,9 milhões de DSE.

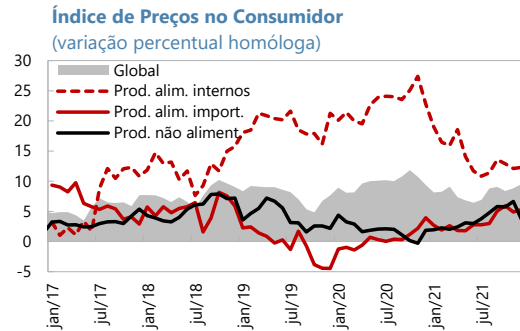
49. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV para São Tomé e Príncipe seja realizada no ciclo de 24 meses.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução macroeconómica, 2010–21

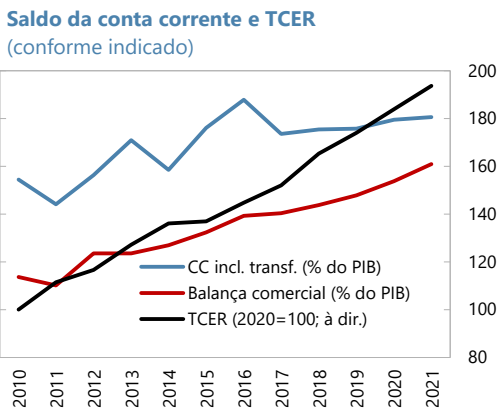
Calcula-se que o crescimento do PIB real se tenha situado em 1,8% em 2021, sobrecarregado pelas falhas de energia



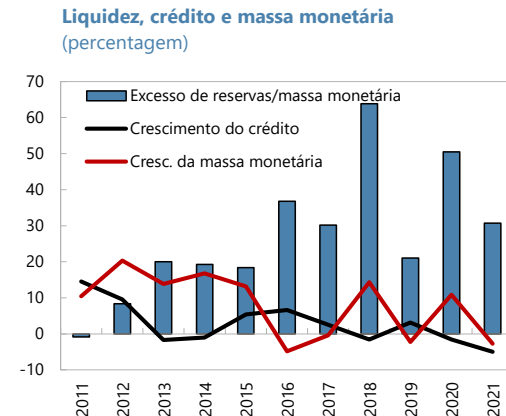
A inflação global subiu para 9,5% (em termos homólogos) em dezembro, devido aos altos preços dos alimentos



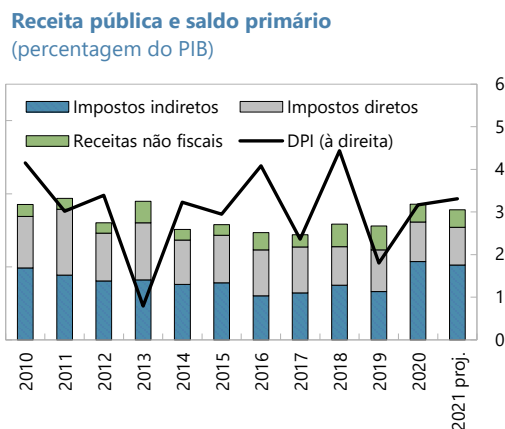
Com a retoma das viagens internacionais e as exportações, em 2021 a conta corrente diminuiu...



O crescimento do crédito abrandou apesar das ações do banco central para garantir ampla liquidez, e



...o défice primário interno (DPI), excluindo donativos, manteve-se praticamente inalterado.



...e as reservas internacionais subiram, como reflexo dos desembolsos externos e da alocação geral de DSE do FMI.

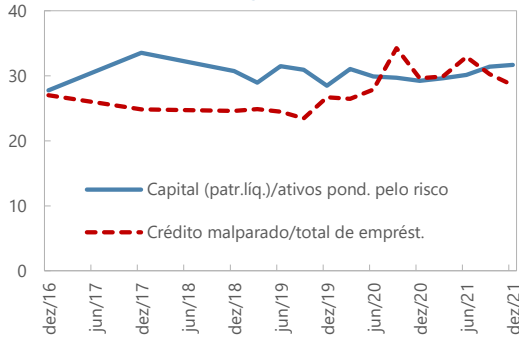


Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; Sistema de notificação de informações; e estimativas do corpo técnico do FMI

Figura 2. São Tomé e Príncipe: A incerteza económica afeta o setor bancário

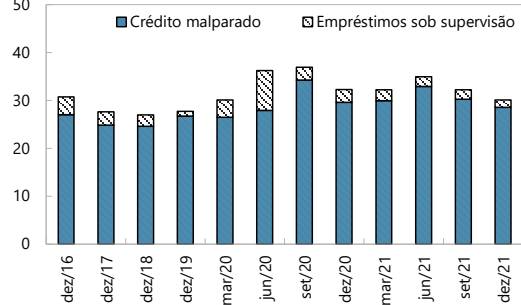
Os bancos permanecem devidamente capitalizados, mas a pandemia está a pesar sobre a qualidade dos ativos. O reembolso de atrasados contribuiu para a melhoria do crédito malparado em 2021...

Adequação de fundos próprios e crédito malparado (percentagem)



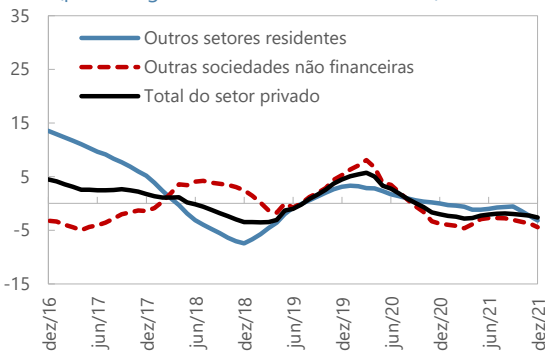
...e o declínio dos empréstimos sob supervisão.

Empréstimos vencidos/Empréstimos brutos (percentagem)



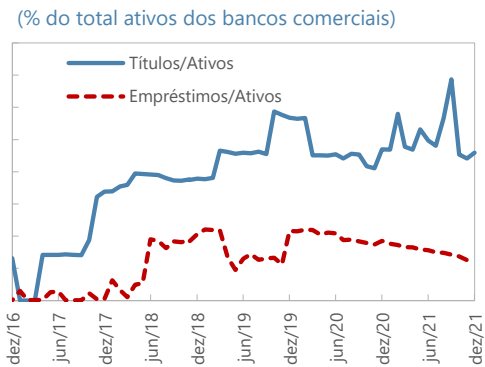
O crescimento do crédito ao setor privado abrandou durante a pandemia.

Crescimento do crédito ao setor privado (percentagem, média móvel a 12 meses)



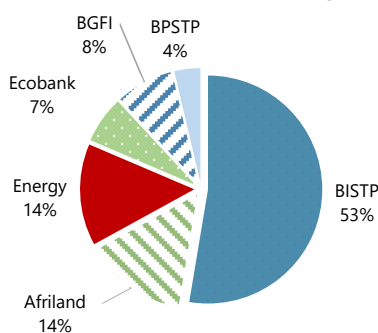
Entretanto, a exposição da banca ao governo aumentou.

Títulos e créditos do Governo (% do total ativos dos bancos comerciais)



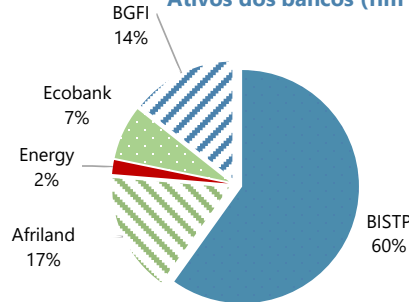
O acesso ao sistema bancário ficou mais concentrado...

Ativos dos bancos (fim 2016)



...e o maior banco detém uma parcela maior dos ativos totais.

Ativos dos bancos (fim 2021)

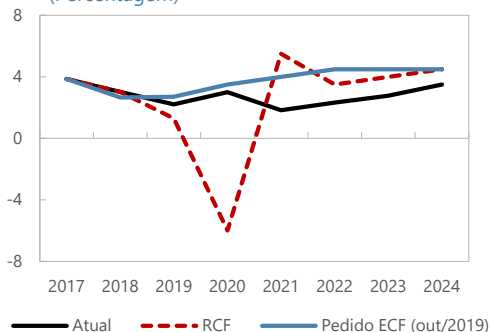


Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe, inquérito do FMI sobre o acesso financeiro e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19

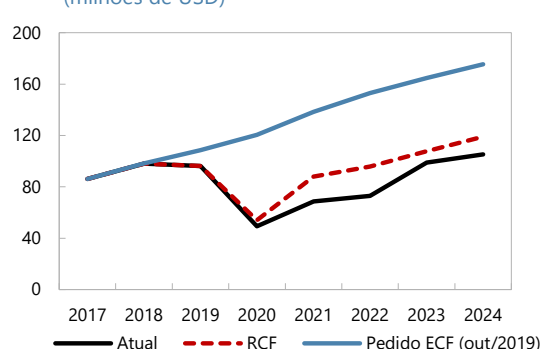
O apoio internacional e as ações céleres por parte das autoridades ajudaram a atenuar o impacto da pandemia até ao momento ...

Crescimento do PIB real
(Porcentagem)



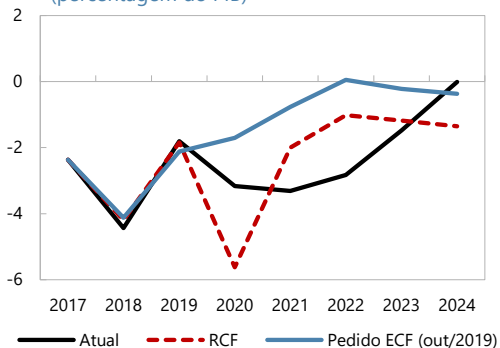
...as exportações caíram devido à queda nas chegadas de turistas.

Exportações de bens e serviços
(milhões de USD)



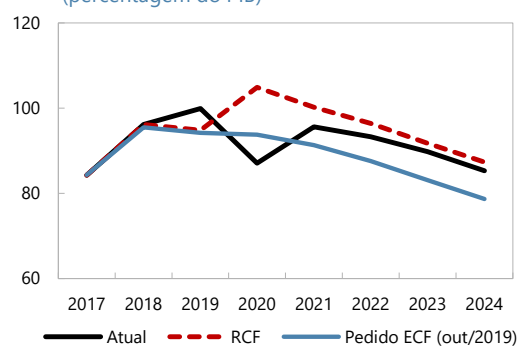
No seguimento dos estímulos orçamentais como resposta à pandemia, a consolidação orçamental gradual reduzirá o défice orçamental...

Saldo primário interno
(porcentagem do PIB)



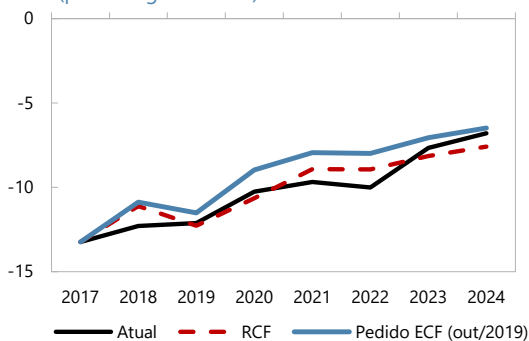
...e colocará a dívida pública numa trajetória descendente.

Dívida pública incl. atrasados à ENCO
(porcentagem do PIB)



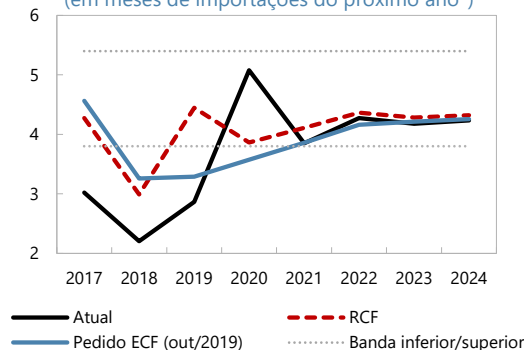
Com o ajustamento orçamental e o aumento das receitas do turismo, a conta corrente irá melhorar...

Saldo da conta corrente
(porcentagem do PIB)



...e as reservas internacionais irão aumentar.

Reservas internacionais
(em meses de importações do próximo ano¹)



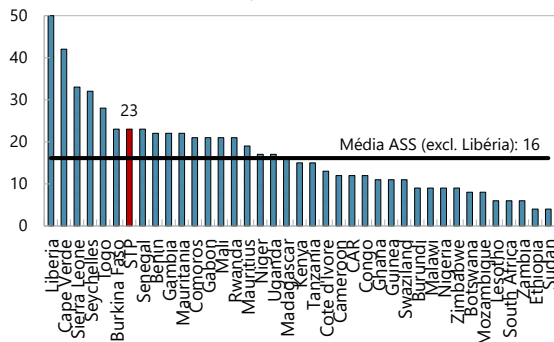
Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe' data e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Importações de bens e serviços, incluindo bens de investimento e assistência técnica.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Um setor energético insustentável

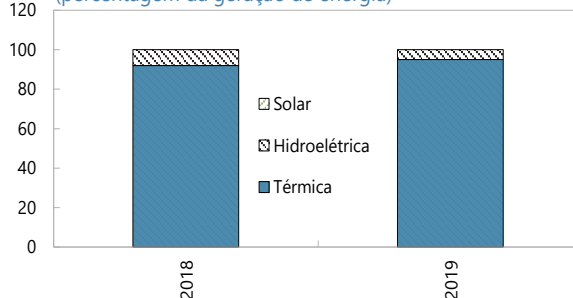
As tarifas de eletricidade em São Tomé e Príncipe estão acima da média da África Subariana...

Tarifário de eletricidade
(2014, cêntimos de USD por kWh)



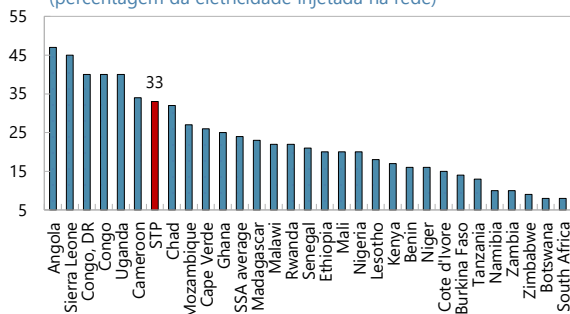
...reflexo da dependência do país da produção de eletricidade térmica, mais dispendiosa.

Geração de energia por fonte
(percentagem da geração de energia)



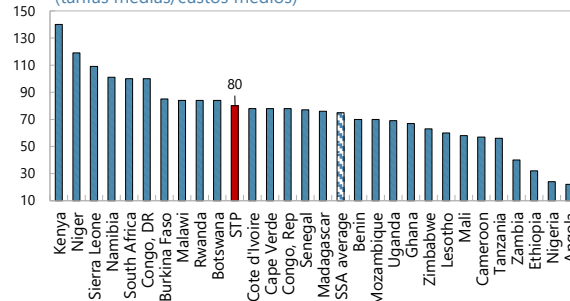
Além disso, o total de perdas (técnicas e comerciais) situa-se entre os mais elevados da região...

Perdas em % da eletricidade fornecida
(percentagem da eletricidade injetada na rede)



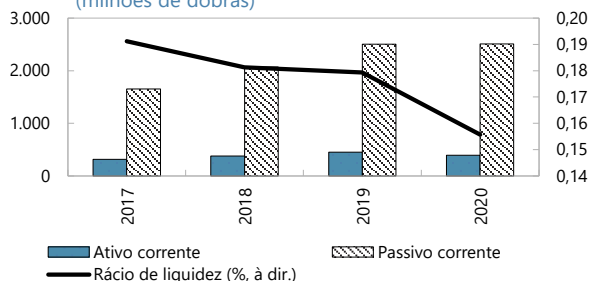
...o que impede o setor de recuperar os custos, apesar das tarifas elevadas.

Recuperação dos custos
(tarifas médias/custos médios)



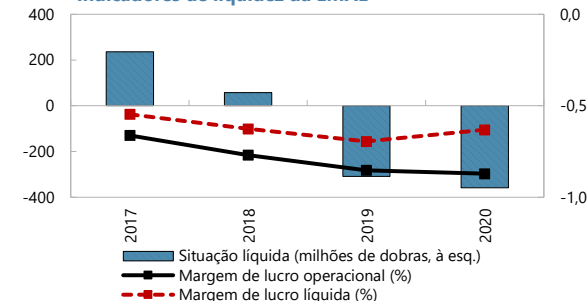
Como resultado, o desempenho financeiro da empresa pública de água e eletricidade, EMAE, tem-se vindo a deteriorar constantemente ao longo do tempo.

Indicadores financeiros da EMAE
(milhões de dobras)



A empresa tem apresenta uma situação líquida negativa desde 2019.

Indicadores de liquidez da EMAE



Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas do corpo técnico do FMI. Plano de Produção de Menor Custo (PPMC) e Plano de Melhoria de Gestão (PMG). Ferramenta de análise da saúde financeira das EP do FAD. Alleyne, T. - Energy Subsidy Reform in Sub-Saharan Africa – IMF 2013; Trimble, C. et al. - Financial Viability of Electricity Sectors in Sub-Saharan Africa – Grupo Banco Mundial 2016.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2018–27
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027
				3. ^a aval.	Est.	3. ^a aval.	Proj.					
Rendimento nacional e preços												
PIB a preços constantes	3,0	2,2	3,0	2,1	1,8	2,9	2,3	2,8	3,5	3,7	4,0	4,0
Deflator do PIB	2,6	7,0	5,6	2,7	3,1	2,0	3,2	3,9	3,0	3,2	4,1	4,7
Preços no consumidor (fim do período)	9,0	7,7	9,4	4,7	9,5	6,2	12,1	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Preços no consumidor (média do período)	7,9	7,7	9,8	5,4	8,1	7,0	12,1	8,7	5,2	5,0	4,4	5,0
Comércio externo												
Exportações de bens e serviços não fatoriais	13,9	-1,9	-48,7	18,4	39,3	48,0	6,0	35,6	6,5	10,0	5,4	5,5
Importações de bens e serviços não fatoriais	4,3	-5,3	-11,4	9,4	-5,5	2,9	34,7	-1,1	5,7	6,3	5,2	1,9
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	21,5	22,0	20,1
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, depreciação = -)	8,8	5,3	5,7
Moeda e crédito												
Base monetária	0,8	-7,4	31,0	-10,8	12,7	1,3	4,9	4,1
Massa monetária (M3)	14,3	-2,2	10,9	7,5	-2,7	5,2	5,6	6,8
Crédito à economia	-1,6	3,2	-1,6	0,4	-5,0	4,7	2,2	2,2
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,9	3,0	2,8	3,0	3,3	3,0	3,3	3,3
Taxa de juro de referência do banco central (%)	9,0	9,0	9,0
Taxa média dos empréstimos bancários (%)	19,9	19,1	19,1
Financiamento do governo (em % do PIB)												
Total de receita, donativos e bónus de assim. do petróleo	24,1	22,0	26,0	25,7	18,8	24,8	28,4	24,3	25,7	26,1	26,0	26,1
<i>D/q</i> : Receitas fiscais	12,8	12,3	13,1	13,3	12,3	14,4	12,9	13,7	14,9	15,5	15,5	15,6
Receitas não fiscais	3,1	3,3	2,4	2,5	2,4	2,8	2,5	2,6	2,7	2,9	3,0	3,2
Donativos	8,3	6,4	10,5	9,9	4,1	7,6	13,0	8,1	8,0	7,7	7,5	7,4
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	26,0	22,1	23,1	27,2	21,0	24,2	29,0	25,9	25,7	25,5	25,5	25,0
Despesas com pessoal	9,3	9,0	9,3	10,0	9,3	9,8	9,9	9,6	9,6	9,6	9,6	9,6
Juros devidos	0,4	0,7	0,3	0,4	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3
Despesa corrente excl. juros e salários	7,0	7,5	7,2	7,4	7,4	7,3	7,0	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	1,4	0,1	0,2	0,3	0,1	0,4	0,8	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5
Despesas de investimento financiadas por doadores	7,8	4,7	3,0	7,4	2,9	6,1	10,4	7,9	7,8	7,7	7,7	7,1
Despesas de investimento relacionadas com a Iniciativa HIPC	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Despesa Covid-19	2,9	1,5	1,0	1,0	1,0
Saldo primário interno ²	-4,2	-1,8	-3,2	-3,5	-3,3	-2,0	-2,8	-1,5	0,0	0,7	0,8	0,9
Financiamento interno líquido	3,4	-4,4	-5,1	1,3	-1,1	-0,1	0,0	-0,6	-0,9	-1,3	-1,2	-1,8
Saldo global (base de compromissos)	-1,9	-0,1	2,9	-1,5	-2,2	-0,5	-1,6	-1,6	0,0	0,6	0,5	1,1
Dívida pública ³	96,2	99,9	87,1	87,9	95,6	86,5	93,3	89,8	85,3	79,7	72,7	65,9
<i>D/q</i> : Dívida da EMAE à ENCO	23,3	28,9	24,2	26,0	28,3	29,0	31,3	31,5	30,9	29,5	27,9	25,5
Setor externo												
Saldo da conta corrente (% do PIB)												
Incluindo transferências oficiais	-12,3	-12,1	-10,3	-11,3	-9,7	-7,5	-10,0	-7,7	-6,8	-6,4	-6,2	-4,7
Excluindo transferências oficiais	-21,0	-18,5	-20,7	-21,2	-13,7	-15,1	-23,0	-15,7	-14,8	-14,2	-13,6	-12,1
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	26,6	27,2	25,7	24,4	24,5	24,2	25,3	24,5	23,5	22,3	20,8	19,9
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	2,6	4,5	5,2	11,6	6,7	8,4	10,4	8,7	10,7	10,9	11,3	7,6
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	98,0	96,2	49,3	61,2	68,7	90,5	72,9	98,8	105,3	115,8	122,1	128,7
Reservas internacionais brutas ⁵												
Milhões de USD	35,1	40,4	67,6	63,4	61,8	70,3	67,6	70,7	75,9	79,9	81,7	86,1
Meses de importações de bens e serviços	2,2	2,9	5,1	4,0	3,4	4,0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ⁶	3,0	4,4	7,1	5,7	5,6	5,9	5,9	6,0	6,2	6,2	6,5	6,5
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	19,5	18,8	16,4	13,5	13,6	12,5	11,2	9,2	7,5	6,0	4,7	3,5
Por memória												
Produto Interno Bruto												
Milhões de novas dobras	8.619	9.424	10.247	10.750	10.759	11.281	11.365	12.139	12.938	13.853	14.999	16.322
Milhões de USD	415,6	430,7	477,3	533,6	519,7	530,9	530,9	576,1	621,1	671,6	732,8	797,4
Per capita (em USD)	1.989	2.022	2.190	2.393	2.331	2.524	2.339	2.483	2.621	2.775	2.851	3.042

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do banco central (BCSTP).

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, reembolso da dívida da ENCO, donativos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas conforme definição do MTE.

³ Total da dívida pública e com garantia pública conforme definido na ASD, incl. a dívida da EMAE à ENCO.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem o saldo da Conta Nacional do Petróleo no BCSTP e reservas bancárias em divisas.

⁶ Importações de bens e serviços, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2018–27
(milhões de novas dobras)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027	
				3.ª aval.	Est.	3.ª aval.	Orçam. autor.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Total da receita e donativos¹	2081	2073	2667	2767	2422	2793	3415	3230	2968	3338	3626	3913	4274
Total da receita	1365	1468	1596	1702	1583	1939	1772	1759	1972	2281	2537	2776	3053
Receitas fiscais	1099	1160	1346	1428	1325	1621	1477	1471	1662	1931	2142	2326	2538
Impostos sobre o consumo	157	151	220	242	240	242	240	296	407	589	700	759	828
Direitos aduaneiros	486	472	571	611	532	628	626	601	642	685	733	794	864
<i>D/q: diferencial do preço do petróleo (GAMAP)</i>	108	...	68	7	0	0	0	0	0
Outros impostos	456	538	555	817	554	751	610	573	612	657	709	772	846
Receitas não fiscais ²	266	308	250	274	258	318	295	289	310	350	395	451	515
<i>D/q: receita do petróleo</i>	212	70	31	2	7	31	2	2	7	9	10	10	10
Donativos	715	605	1071	1065	839	854	1643	1471	997	1057	1089	1137	1221
Donativos para projetos	557	333	327	604	554	489	1252	948	607	647	693	750	816
Donativos não destinados a projetos	125	186	703	438	257	299	327	458	318	339	327	318	346
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	33	86	41	23	27	66	64	64	72	71	70	69	59
Total da despesa	2243	2079	2367	2925	2659	2845	3505	3385	3141	3325	3532	3825	4075
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	1536	1568	1889	2059	1864	2113	1921	2166	2122	2252	2409	2621	2873
Despesas correntes	1436	1616	1731	1913	1820	1978	1995	1980	2121	2248	2390	2585	2803
Despesas com pessoal	798	848	956	1070	998	1106	1127	1125	1171	1241	1328	1438	1565
Juros devidos	34	66	35	43	23	44	74	59	64	63	50	52	46
Bens e serviços	260	235	237	260	261	270	237	248	291	311	332	360	392
Transferências	273	268	325	348	345	365	360	372	388	414	443	480	522
Outras despesas correntes	71	199	178	192	194	192	196	176	206	220	235	255	277
Despesas de investimento	795	454	330	823	721	727	1360	1255	991	1049	1114	1212	1237
Financiadas pelo Tesouro	122	9	20	29	13	40	38	95	36	39	42	60	82
Financiadas por fontes externas	673	445	310	794	709	687	1322	1160	955	1010	1073	1152	1155
Despesas de investimento relacionadas com a Iniciativa HIPC	12	9	13	23	11	26	37	37	29	28	28	28	35
Despesas Covid-19	293	165	107	113	113	113
Financiada pelo Tesouro	160	136	44	113	113	0
Financiada por fontes externas	132	29	63	0	0	113
Saldo primário interno²	-362	-170	-324	-379	-356	-225	-364	-321	-179	-1	98	125	149
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-162	-6	300	-158	-238	-52	-90	-156	-173	12	94	88	199
Variação líquida nos atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida nos atrasados internos	76	-100	-159	-73	-13	-23	0	-50	-23	-23	-23	-23	-23
Float e discrepâncias estatísticas	186	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	100	-43	142	-231	-250	-75	-90	-206	-197	-11	70	65	176
Financiamento	-100	43	-142	231	250	75	90	206	197	11	-70	-65	-176
Externo líquido	67	26	45	53	3	86	-32	90	211	170	159	155	167
Desembolsos	116	96	116	190	154	198	70	212	348	363	380	402	339
Financiamento para programas (empréstimos) ³	16	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-65	-116	-71	-137	-151	-112	-102	-122	-137	-193	-221	-247	-172
Interno líquido	-167	17	-186	178	247	-11	122	116	-14	-159	-229	-220	-343
Crédito bancário líquido ao governo	-167	17	-186	198	314	8	147	141	7	-138	-209	-200	-322
Crédito do sistema bancário (líq., excl. CNP) ³	0	0	-239	135	246	-14	92	86	14	-129	-199	-189	-312
Crédito do sistema bancário (excl. CNP)	0	0	-190	135	312	-14	92	168	14	-129	-199	-189	-312
Amortização da dívida interna	0	0	-50	0	-65	0	0	-82	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-167	17	53	63	68	22	55	55	-7	-9	-10	-10	-10
Financiamento não bancário	0	0	0	-20	-68	-20	-25	-25	-21	-21	-21	-20	-20
<i>D/q: Amortização dos pagamentos à ENCO</i>	-20	-68	-20	-25	-25	-21	-21	-21	-20	-20
Défice de financiamento (+ = défice/ - = excedente)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória													
Produto Interno Bruto	8619	9424	10247	10750	10759	11281	11294	11365	12139	12938	13853	14999	16322
Dívida pública (em percentagem do PIB)	96	100	87	88	96	86	...	94	91	87	81	74	67
Prejuízo da EMAE	349	388

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas são calculadas em base de caixa.

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, reembolso da dívida da ENCO, donativos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento com financiamento externo conforme definido no MTE.

³ Inclui a utilização do apoio ao programa do FMI.

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2018–27
(em percentagem do PIB)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027	
				3.ª aval.	Est.	3.ª aval.	Orçam. autor.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Total da receita e donativos¹	24,1	22,0	26,0	25,7	22,5	24,8	30,3	28,4	24,5	25,8	26,2	26,1	26,2
Total da receita	15,8	15,6	15,6	15,8	14,7	17,2	15,7	15,5	16,2	17,6	18,3	18,5	18,7
Receitas fiscais	12,8	12,3	13,1	13,3	12,3	14,4	13,1	12,9	13,7	14,9	15,5	15,5	15,6
Impostos sobre o consumo	1,8	1,6	2,1	2,3	2,2	2,1	2,1	2,6	3,4	4,6	5,1	5,1	5,1
Direitos aduaneiros	5,6	5,0	5,6	5,7	4,9	5,6	5,6	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3
D/q: diferencial do preço do petróleo (GAMAP)	1,1	...	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros impostos	5,3	5,7	5,4	7,6	5,1	6,7	5,4	5,0	5,0	5,1	5,1	5,1	5,2
Receitas não fiscais ²	3,1	3,3	2,4	2,5	2,4	2,8	2,6	2,5	2,6	2,7	2,9	3,0	3,2
D/q: receita do petróleo	2,5	0,7	0,3	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Donativos	8,3	6,4	10,5	9,9	7,8	7,6	14,6	12,9	8,2	8,2	7,9	7,6	7,5
Donativos para projetos	6,5	3,5	3,2	5,6	5,2	4,3	11,1	8,3	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Donativos não destinados a projetos	1,5	2,0	6,9	4,1	2,4	2,7	2,9	4,0	2,6	2,6	2,4	2,1	2,1
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	0,4	0,9	0,4	0,2	0,2	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Total da despesa	26,0	22,1	23,1	27,2	24,7	25,2	31,1	29,8	25,9	25,7	25,5	25,5	25,0
D/q: Despesas primárias internas	17,8	16,6	18,4	19,1	17,3	18,7	17,0	19,1	17,5	17,4	17,4	17,5	17,6
Despesas correntes	16,7	17,1	16,9	17,8	16,9	17,5	17,7	17,4	17,5	17,4	17,3	17,2	17,2
Despesas com pessoal	9,3	9,0	9,3	10,0	9,3	9,8	10,0	9,9	9,6	9,6	9,6	9,6	9,6
Juros devidos	0,4	0,7	0,3	0,4	0,2	0,4	0,7	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3
Bens e serviço	3,0	2,5	2,3	2,4	2,4	2,4	2,1	2,2	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Transferências	3,2	2,8	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,3	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
Outras despesas correntes	0,8	2,1	1,7	1,8	1,8	1,7	1,7	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Despesas de investimento	9,2	4,8	3,2	7,7	6,7	6,4	12,1	11,0	8,2	8,1	8,0	8,1	7,6
Financiadas pelo Tesouro	1,4	0,1	0,2	0,3	0,1	0,4	0,3	0,8	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5
Financiadas por fontes externas	7,8	4,7	3,0	7,4	6,6	6,1	11,7	10,2	7,9	7,8	7,7	7,7	7,1
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Despesa COVID-19	2,9	1,5	1,0	1,0	1,0	1,0
Financiadas pelo Tesouro	1,6	1,3	0,4	1,0	1,0	0,0
Financiadas por fontes externas	1,3	0,3	0,6	0,0	0,0	1,0
Saldo primário interno²	-4,2	-1,8	-3,2	-3,5	-3,3	-2,0	-3,2	-2,8	-1,5	0,0	0,7	0,8	0,9
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-1,9	-0,1	2,9	-1,5	-2,2	-0,5	-0,8	-1,4	-1,4	0,1	0,7	0,6	1,2
Varição líquida nos atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Varição líquida nos atrasados internos	0,9	-1,1	-1,5	-0,7	-0,1	-0,2	0,0	-0,4	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1
Float e discrepâncias estatísticas	2,2	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	1,2	-0,5	1,4	-2,2	-2,3	-0,7	-0,8	-1,8	-1,6	-0,1	0,5	0,4	1,1
Financiamento	-1,2	0,5	-1,4	2,2	2,3	0,7	0,8	1,8	1,6	0,1	-0,5	-0,4	-1,1
Externo líquido	0,8	0,3	0,4	0,5	0,0	0,8	-0,3	0,8	1,7	1,3	1,1	1,0	1,0
Desembolsos	1,3	1,0	1,1	1,8	1,4	1,8	0,6	1,9	2,9	2,8	2,7	2,7	2,1
Financiamento programático (empréstimos) ³	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-0,8	-1,2	-0,7	-1,3	-1,4	-1,0	-0,9	-1,1	-1,1	-1,5	-1,6	-1,6	-1,1
Interno líquido	-1,9	0,2	-1,8	1,7	2,3	-0,1	1,1	1,0	-0,1	-1,2	-1,7	-1,5	-2,1
Crédito bancário líquido ao governo	-1,9	0,2	-1,8	1,8	2,9	0,1	1,3	1,2	0,1	-1,1	-1,5	-1,3	-2,0
Crédito do sistema bancário (excl. CNP) ³	0,0	0,0	-2,3	1,3	2,3	-0,1	0,8	0,8	0,1	-1,0	-1,4	-1,3	-1,9
Conta Nacional do Petróleo	-1,9	0,2	0,5	0,6	0,6	0,2	0,5	0,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,6	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1
D/q: Amortização dos pagamentos à ENCO	-0,2	-0,6	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória													
PIB nominal (milhões de novas dobras)	8.619	9.424	10.247	10.750	10.759	11.281	11.281	11.365	12.139	12.938	13.853	14.999	16.322
Dívida pública	96	100	87	88	96	86	...	94	91	87	81	74	67
Prejuízo da EMAE	3,8	4,1

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas são calculadas em base de caixa.

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, reembolso da dívida da ENCO, donativos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento com financiamento externo conforme definido no MTE.

³ Inclui uso do apoio ao programa do FMI.

Tabela 3a. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2018–27
(milhões de USD)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027
			Est.	3.ª aval.	Proj.	3.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-116,8	-112,3	-110,4	-123,2	-118,0	-125,5	-143,2	-132,4	-142,1	-149,1	-160,0	-159,8
Exportações, FOB	16,0	14,1	13,9	19,4	17,6	22,0	20,1	25,1	24,7	29,7	31,2	32,8
Cacau	8,2	6,9	6,7	8,2	7,8	10,1	8,2	14,3	14,9	15,5	16,4	17,2
Reexportação	6,8	3,4	2,2	4,8	2,2	4,3	3,6	3,1	3,0	6,2	6,3	6,7
Importações, FOB	-132,9	-126,4	-124,4	-142,6	-119,1	-147,5	-164,3	-157,4	-166,7	-178,8	-191,2	-192,6
Produtos alimentares	-31,1	-31,3	-32,4	-34,8	-34,7	-35,0	-34,7	-34,3	-34,2	-36,2	-38,3	-40,6
Produtos petrolíferos	-33,6	-34,2	-24,6	-38,4	-35,9	-41,5	-37,1	-34,2	-34,1	-34,4	-35,1	-37,2
Bens de investimento não petrolíferos	-31,3	-23,5	-27,3	-31,3	-12,5	-35,7	-53,4	-46,1	-52,9	-59,4	-64,9	-57,3
Bens de investimento rel. com o sector petrolífero	-19,6	-25,5	-31,3	-25,2	-31,8	-22,4	-26,8	-26,7	-27,6	-29,8	-29,4	-44,7
Outros	-17,2	-11,9	-8,7	-12,9	-4,2	-12,9	-12,3	-16,0	-18,0	-19,0	-23,4	-12,7
Serviços e rendimentos (líquido)	13,5	16,2	-4,5	-5,5	16,2	20,6	7,6	24,1	29,1	31,6	36,0	37,4
Exportações de serviços não fatoriais	82,0	82,1	35,4	41,8	51,2	68,5	52,8	73,8	80,6	86,1	90,9	96,0
<i>D/q:</i> viagens e turismo	68,0	66,6	16,4	29,7	30,7	63,0	33,4	53,1	58,6	62,8	66,6	70,7
Importações de serviços não fatoriais	-68,6	-64,5	-44,7	-44,5	-40,7	-45,1	-51,0	-55,4	-58,1	-60,3	-60,4	-63,7
Serviços fatoriais (líquido)	0,1	-1,5	4,8	-2,7	5,7	-2,9	5,8	5,7	6,6	5,9	5,5	5,1
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Transferências privadas (líquido)	16,3	16,3	16,1	15,6	13,9	18,3	14,7	17,7	20,8	22,3	24,2	26,3
Transferências oficiais (líquido)	36,0	27,6	49,9	52,9	21,1	43,4	68,8	46,5	49,9	52,0	54,8	58,8
<i>D/q:</i> Donativos para projetos (excluindo donativos HIPC)	26,9	15,2	15,2	27,8	7,4	24,9	45,5	28,8	31,1	33,6	36,6	39,9
Donativos não destinados a projetos	6,0	8,5	32,8	21,2	12,4	14,0	20,3	14,3	15,4	15,0	14,8	16,1
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	1,6	3,9	1,9	3,3	1,3	3,3	3,01	3,40	3,4	3,4	3,4	2,9
Saldo de conta corrente												
Incluindo transferências oficiais	-51,1	-52,2	-48,9	-60,2	-50,4	-43,3	-53,1	-44,1	-42,2	-43,1	-45,1	-37,3
Excluindo transferências oficiais	-87,1	-79,9	-98,8	-113,1	-71,5	-86,6	-121,9	-90,7	-92,1	-95,1	-99,9	-96,1
Saldo da conta de capital e financeira	58,3	43,2	45,1	39,5	32,0	39,4	46,0	46,8	47,6	50,6	47,7	37,3
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	58,3	43,2	45,1	39,5	32,0	39,4	46,0	46,8	47,6	50,6	47,7	37,3
Investimento direto estrangeiro	21,1	30,0	32,7	30,4	37,4	33,3	37,9	38,4	38,9	39,7	40,9	44,1
Investimento de carteira (líquido)	21,7	7,6	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bónus de assinatura do petróleo	10,2	3,2	1,4	0,1	0,4	1,6	0,1	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5
Outros investimentos (líquido)	5,3	2,4	10,5	9,0	-5,7	4,6	8,0	8,0	8,3	10,4	6,3	-7,3
Ativo	-9,5	-8,5	-8,6	-8,9	-8,9	-9,2	-9,2	-9,4	-9,6	-9,8	-10,0	-10,2
Setor público (líquido)	1,9	-1,5	0,9	4,3	-1,1	4,5	3,0	10,0	8,1	7,7	7,6	8,2
Empréstimos a projetos	5,6	4,4	5,4	9,4	2,3	10,2	8,7	16,5	17,4	18,4	19,7	16,6
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-3,7	-5,9	-4,5	-5,1	-3,4	-5,7	-5,7	-6,5	-9,3	-10,7	-12,1	-8,4
<i>D/q:</i> Donativos relac. com a Iniciativa HIPC	-1,4	-3,4	-1,7	-1,0	-1,1	-3,0	-2,7	-3,0	-3,1	-3,1	-3,1	-2,6
Setor privado (líquido)	12,9	12,4	18,2	13,6	4,3	9,2	14,1	7,4	9,7	12,5	8,8	-5,2
Bancos comerciais	-5,0	-1,5	10,1	0,0	-4,4	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	17,9	13,9	8,1	13,6	8,7	9,2	14,3	7,5	9,8	12,6	8,8	-5,2
Erros e omissões	-15,3	9,1	-8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-8,1	0,1	-12,6	-20,7	-18,3	-3,8	-7,1	2,7	5,3	7,5	2,6	0,0
Financiamento	8,1	-0,1	12,5	20,7	17,8	3,8	7,1	-2,7	-5,3	-7,5	-2,6	0,0
Var. nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	15,8	-3,1	-9,4	12,3	9,8	-1,7	0,0	-3,7	-5,9	-6,6	0,0	-0,7
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,5	2,3	19,6	4,7	4,7	4,5	4,5	-0,7	-0,8	-2,0	-3,4	0,0
Compras	0,9	2,7	17,5	5,1	5,1	5,1	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento da ECF			2,0									
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,4	-0,4	0,0	-0,4	-0,4	-0,6	-0,6	-0,7	-0,8	-2,0	-3,4	0,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-8,2	0,7	2,2	3,1	2,8	1,0	2,6	1,7	1,3	1,1	0,9	0,7
Financiamento excepcional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,3	0,6	0,6
Déficit de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:												
Saldo da conta corrente (% do PIB)												
Incluindo transferências oficiais	-12,3	-12,1	-10,3	-11,3	-9,7	-7,5	-10,0	-7,7	-6,8	-6,4	-6,2	-4,7
Excluindo transferências oficiais	-21,0	-18,5	-20,7	-21,2	-13,7	-15,1	-23,0	-15,7	-14,8	-14,2	-13,6	-12,1
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ¹	2,6	4,5	5,2	11,6	6,7	8,4	10,4	8,7	10,7	10,9	11,3	7,6
Reservas internacionais brutas ²												
Milhões de USD	35,1	40,4	67,6	63,4	61,8	70,3	67,6	70,7	75,9	79,9	81,7	86,1
Meses de importações de bens e serviços	2,2	2,9	5,1	4,0	3,4	4,0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	3,0	4,4	7,1	5,7	5,6	5,9	5,9	6,0	6,2	6,2	6,5	6,5

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo no BCSTP e os depósitos em divisas dos bancos comerciais.

³ Importações de bens e serviços, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 3b. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2018–27
(em percentagem do PIB)

	2018	2019	2020		2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027
			Est.	3. ^a aval.	Proj.	3. ^a aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-28,1	-26,1	-23,1	-23,1	-22,7	-21,9	-27,0	-23,0	-22,9	-22,2	-21,8	-20,0	-20,0
Exportações, FOB	3,9	3,3	2,9	3,6	3,4	3,8	3,8	4,3	4,0	4,4	4,3	4,1	4,1
Cacau	2,0	1,6	1,4	1,5	1,5	1,8	1,5	2,5	2,4	2,3	2,2	2,2	2,2
Reexportação	1,6	0,8	0,5	0,9	0,4	0,8	0,7	0,5	0,5	0,9	0,9	0,8	0,8
Importações, FOB	-32,0	-29,3	-26,1	-26,7	-22,9	-25,7	-30,9	-27,3	-26,8	-26,6	-26,1	-24,2	-24,2
Produtos alimentares	-7,5	-7,3	-6,8	-6,5	-6,7	-6,1	-6,5	-6,0	-5,5	-5,4	-5,2	-5,1	-5,1
Produtos petrolíferos	-8,1	-7,9	-5,2	-7,2	-6,9	-7,2	-7,0	-5,9	-5,5	-5,1	-4,8	-4,7	-4,7
Bens de investimento não petrolíferos	-7,5	-5,5	-5,7	-5,9	-2,4	-6,2	-10,1	-8,0	-8,5	-8,9	-8,9	-7,2	-7,2
Bens de investimento rel. com o sector petrolífero	-4,7	-5,9	-6,6	-4,7	-6,1	-3,9	-5,0	-4,6	-4,4	-4,4	-4,0	-5,6	-5,6
Outros	-4,1	-2,8	-1,8	-2,4	-0,8	-2,2	-2,3	-2,8	-2,9	-2,8	-3,2	-1,6	-1,6
Serviços e rendimentos (líquido)	3,2	3,8	-0,9	-1,0	3,1	3,6	1,4	4,2	4,7	4,7	4,9	4,7	4,7
Exportações de serviços não fatoriais	19,7	19,1	7,4	7,8	9,8	12,0	9,9	12,8	13,0	12,8	12,4	12,0	12,0
D/q: viagens e turismo	16,4	15,5	3,4	5,6	5,9	11,0	6,3	9,2	9,4	9,3	9,1	8,9	8,9
Importações de serviços não fatoriais	-16,5	-15,0	-9,4	-8,3	-7,8	-7,9	-9,6	-9,6	-9,4	-9,0	-8,2	-8,0	-8,0
Serviços fatoriais (líquido)	0,0	-0,3	1,0	-0,5	1,1	-0,5	1,1	1,0	1,1	0,9	0,8	0,6	0,6
D/q: relacionados ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências privadas (líquido)	3,9	3,8	3,4	2,9	2,7	3,2	2,8	3,1	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3
Transferências oficiais (líquido)	8,7	6,4	10,5	9,9	4,1	7,6	13,0	8,1	8,0	7,7	7,5	7,4	7,4
D/q: Donativos para projetos (excluindo donativos HIPC)	6,5	3,5	3,2	5,2	1,4	4,3	8,6	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Donativos não destinados a projetos	1,5	2,0	6,9	4,1	2,4	2,7	3,8	2,5	2,5	2,2	2,0	2,0	2,0
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	0,4	0,9	0,4	0,6	0,2	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Saldo de conta corrente													
Incluindo transferências oficiais	-12,3	-12,1	-10,3	-11,3	-9,7	-7,5	-10,0	-7,7	-6,8	-6,4	-6,2	-4,7	-4,7
Excluindo transferências oficiais	-21,0	-18,5	-20,7	-21,2	-13,7	-15,1	-23,0	-15,7	-14,8	-14,2	-13,6	-12,1	-12,1
Saldo da conta de capital e financeira	14,0	10,0	9,4	7,4	6,2	6,9	8,7	8,1	7,7	7,5	6,5	4,7	4,7
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	14,0	10,0	9,4	7,4	6,2	6,9	8,7	8,1	7,7	7,5	6,5	4,7	4,7
Investimento direto estrangeiro	5,1	7,0	6,8	5,7	7,2	5,8	7,1	6,7	6,3	5,9	5,6	5,5	5,5
Investimento de carteira (líquido)	5,2	1,8	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bónus de assinatura do petróleo	2,5	0,7	0,3	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros investimentos (líquido)	1,3	0,6	2,2	1,7	-1,1	0,8	1,5	1,4	1,3	1,5	0,9	-0,9	-0,9
Ativo	-2,3	-2,0	-1,8	-1,7	-1,7	-1,6	-1,7	-1,6	-1,5	-1,5	-1,4	-1,3	-1,3
Setor público (líquido)	0,5	-0,3	0,2	0,8	-0,2	0,8	0,6	1,7	1,3	1,1	1,0	1,0	1,0
Empréstimos a projetos	1,3	1,0	1,1	1,8	0,4	1,8	1,6	2,9	2,8	2,7	2,7	2,1	2,1
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-0,9	-1,4	-0,9	-1,0	-0,7	-1,0	-1,1	-1,1	-1,5	-1,6	-1,6	-1,1	-1,1
D/q: Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	-0,3	-0,8	-0,4	-0,2	0,0	-0,5	0,0	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3
Setor privado (líquido)	3,1	2,9	3,8	2,6	0,8	1,6	2,7	1,3	1,6	1,9	1,2	-0,7	-0,7
Bancos comerciais	-1,2	-0,3	2,1	0,0	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	4,3	3,2	1,7	2,6	1,7	1,6	2,7	1,3	1,6	1,9	1,2	-0,7	-0,7
Erros e omissões	-3,7	2,1	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-2,0	0,0	-2,6	-3,9	-3,5	-0,7	-1,3	0,5	0,9	1,1	0,4	0,0	0,0
Financiamento	1,9	0,0	2,6	3,9	3,4	0,7	1,3	-0,5	-0,9	-1,1	-0,4	0,0	0,0
Var. nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	3,8	-0,7	-2,0	2,3	1,9	-0,3	0,0	-0,6	-0,9	-1,0	0,0	-0,1	-0,1
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,1	0,5	4,1	0,9	0,9	0,8	0,8	-0,1	-0,1	-0,3	-0,5	0,0	0,0
Compras	0,2	0,6	3,7	1,0	1,0	0,9	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-2,0	0,2	0,5	0,6	0,5	0,2	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Financiamento excecional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Défice de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:													
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ¹	2,6	4,5	5,2	11,6	6,7	8,4	10,4	8,7	10,7	10,9	11,3	7,6	7,6
Reservas internacionais brutas ²													
Milhões de USD	35,1	40,4	67,6	63,4	61,8	70,3	67,6	70,7	75,9	79,9	81,7	86,1	86,1
Meses de importações de bens e serviços	2,2	2,9	4,5	4,0	3,5	4,0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	3,0	4,4	6,9	5,7	5,6	5,9	5,9	6,0	6,2	6,2	6,5	6,5	6,5

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo no BCSTP e os depósitos em divisas dos bancos comerciais.

³ Importações de bens e serviços, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2018–27
(milhões de novas dobras)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024	2025	2026	2027
				3.ª aval.	Est.	3.ª aval.	Proj.					
Ativos externos líquidos	1.416	1.502	1.555	1.326	1.156	1.391	1.210	1.583	1.702	1.826	1.945	2.054
Crédito a não residentes	1.798	1.939	2.316	2.242	2.490	2.390	2.544	2.556	2.650	2.715	2.720	2.829
Reservas internacionais oficiais	1.352	1.447	1.831	1.760	1.920	1.917	1.961	1.971	2.043	2.094	2.098	2.182
Outros ativos externos	446	492	485	482	570	474	582	585	607	622	623	648
Passivos com não residentes	-382	-437	-762	-916	-1.334	-1.000	-1.334	-973	-948	-889	-775	-775
Passivos de curto prazo com não residentes ¹	-169	-222	-557	-712	-688	-799	-775	-752	-693	-579	-579	-579
Outros passivos externos	-213	-215	-205	-204	-646	-200	-535	-198	-196	-196	-196	-196
Ativos internos líquidos	80	-117	359	291	999	247	1.052	771	791	826	908	1.039
Crédito interno líquido	133	-90	-140	41	367	127	364	442	474	509	503	484
Crédito a outras sociedades de depósitos	195	190	198	198	198	198	198	198	198	198	198	198
Crédito líquido ao governo central	-201	-418	-479	-304	25	-226	22	100	132	167	161	142
Crédito ao governo central	310	305	280	355	784	433	780	859	890	925	920	900
Passivos com o governo central	-511	-723	-758	-659	-758	-659	-758	-758	-758	-758	-758	-758
Crédito a outros setores	139	138	141	144	154	144	144	144	144	144	144	144
Outras rubricas (líquido)	-53	-27	498	250	632	120	688	329	318	317	404	555
Base monetária (M0)	1.496	1.385	1.913	1.617	2.156	1.638	2.262	2.354	2.493	2.652	2.853	3.085
Emissão monetária	393	411	432	436	486	440	510	531	563	598	644	696
Reservas bancárias	1.103	974	1.482	1.181	1.669	1.198	1.752	1.823	1.930	2.054	2.209	2.389
D/q: moeda nacional	947	843	1.349	1.069	1.398	1.084	1.465	1.526	1.616	1.725	1.876	2.038
D/q: moeda estrangeira	157	131	133	112	271	114	287	296	314	328	334	352
Por memória:												
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ²	35,1	40,4	67,6	63,4	61,8	70,3	67,6	70,7	75,9	79,9	81,7	86,1
Meses de importações de bens e serviços	2,2	2,9	5,1	4,0	3,4	4,0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ³	3,0	4,4	7,1	5,7	5,6	5,9	5,9	6,0	6,2	6,2	6,5	6,5
Res. internac. brutas (milhões de USD) incl. res. dos bancos comerciais	42,4	46,4	74,2	69,1	74,3	76,1	81,1	84,8	91,0	95,9	98,0	103,3
Meses de importações de bens e serviços	2,7	3,3	5,6	4,3	4,1	4,4	4,6	4,5	4,6	4,6	4,6	4,5
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ³	3,7	5,0	7,8	6,2	6,8	6,4	7,1	7,2	7,5	7,4	7,9	7,8
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁴	27,2	30,4	39,8	27,6	30,0	29,4	30,0	33,7	39,6	46,2	53,3	57,7
Meses de importações de bens e serviços	1,7	2,2	3,0	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8	2,0	2,2	2,5	2,5
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ³	2,4	3,3	4,2	2,5	2,7	2,5	2,6	2,9	3,2	3,6	4,3	4,3
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	19,5	18,8	16,4	13,5	13,6	12,5	11,2	9,2	7,5	6,0	4,7	3,5
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	7,3	7,0	5,7	5,6	12,5	5,8	13,5	14,1	15,2	16,0	16,3	17,2
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	0,8	-7,4	31,0	-10,8	12,7	1,3	4,9	4,1	5,9	6,4	7,6	8,1

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O passivo a curto prazo do BCSTP para com não residentes inclui o passivo do país para com o FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo no BCSTP e os depósitos em divisas dos bancos comerciais.

³ Importações de bens e serviços, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo no BCSTP e os depósitos em divisas dos bancos comerciais.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2018–23
(milhões de novas dobras)

	2018	2019	2020	2021		2022		2023
				3. ^a aval.	Est.	3. ^a aval.	Proj.	
Ativos externos líquidos	1.636	1.760	1.587	1.358	1.286	1.423	1.339	1.712
Ativos externos líquidos do BCSTP	1.416	1.502	1.555	1.326	1.156	1.391	1.210	1.583
Ativos externos líquidos das outras sociedades de depósitos	220	258	32	32	129	32	129	129
Ativos internos líquidos	1.429	1.238	1.736	2.213	1.946	2.332	2.075	1.934
Crédito interno líquido	2.228	2.158	2.030	2.237	2.215	2.346	2.213	2.181
Crédito líquido ao governo central	94	-43	-137	61	156	69	109	30
Crédito ao governo central	977	1.213	1.059	1.158	1.223	1.166	1.176	1.097
Passivos com o governo central	-883	-1.256	-1.196	-1.097	-1.067	-1.097	-1.067	-1.067
Crédito a outros setores	2.134	2.202	2.167	2.176	2.059	2.277	2.105	2.151
Outras rubricas (líquido)	-799	-921	-294	-24	-269	-14	-138	-246
Massa monetária (M3)	3.066	2.998	3.323	3.571	3.232	3.755	3.414	3.646
Passivos em moeda nacional incl. na massa monetária (M2)	2.325	2.293	2.623	2.819	2.513	2.964	2.654	2.835
Moeda (M1)	1.849	1.907	2.244	2.387	2.203	2.485	2.399	2.507
Moeda fora de sociedades de depósitos	314	315	347	369	417	384	550	530
Depósitos transferíveis em dobras	1.535	1.592	1.897	2.018	1.786	2.101	1.849	1.978
Outros depósitos em dobras	476	386	379	432	310	479	255	328
Depósitos em divisas	741	704	700	752	752	791	774	774
Por memória:								
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,9	3,0	2,8	3,0	3,3	3,0	3,3	3,3
Multiplicador monetário (M2/M0)	2,0	2,2	1,8	2,2	1,5	2,3	1,5	1,5
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	0,8	-7,4	31,0	-10,8	12,7	1,3	4,9	4,1
Créd. a outros setores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	-1,6	3,2	-1,6	0,4	-5,0	4,7	2,2	2,2
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	14,3	-2,2	10,9	7,5	-2,7	5,2	5,6	6,8
Rácio de eurorização	26,2	25,6	26,2	26,6	26,6

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2017–21
 (percentagem)

	2017	2018	2019	2020	2020	2020	2020	2021	2021	2021	2021
	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez. (prel)
Adequação dos fundos próprios											
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	33,6	30,7	28,5	31,1	29,9	29,7	29,2	29,6	30,2	31,4	31,7
% de bancos (do total) com capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco											
... igual ou superior a 10%	100,0	100,0	100,0	100,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0
... entre 6% e 10%	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... inferior ao mínimo de 6%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Capital (património líquido)/ativos	24,0	20,8	18,9	18,9	18,4	17,7	18,1	17,9	17,6	18,0	18,1
Depósitos nos bancos com capital/ativos inferior a 6%											
... (em milhões de dobras)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (percentagem dos depósitos)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (percentagem do PIB)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Qualidade dos ativos											
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	17,2	9,7	8,4	8,3	8,2	8,2	7,8	7,7	7,6	7,7	7,9
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	27,6	26,9	28,1	30,1	36,2	36,9	32,3	32,2	34,9	32,2	30,1
Empréstimos malparados/crédito total											
Empréstimos malparados/crédito (definição das IFRS)	24,9	24,6	26,7	26,5	27,9	34,2	29,6	29,9	32,9	30,3	28,6
Empréstimos sob supervisão	2,8	2,3	1,4	3,6	8,3	2,7	2,6	2,3	2,0	2,0	1,6
Provisões como percentagem dos empréstimos vencidos	80,0	79,7	83,8	78,8	70,1	71,5	77,7	79,3	77,1	83,9	86,8
Lucros e rentabilidade											
Rendibilidade dos ativos	-0,6	-0,1	-0,2	0,5	0,3	0,0	0,8	0,6	0,6	1,1	1,6
Rendibilidade do capital	-3,0	-0,8	-1,4	2,7	2,0	-0,3	4,8	3,6	3,9	6,5	9,8
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	112,8	106,7	108,0	89,3	101,5	116,1	101,2	95,1	94,1	93,7	90,0
Liquidez											
Ativos líquidos/total do ativo	49,7	50,1	40,1	46,1	45,5	46,7	47,7	49,8	49,8	45,8	52,2
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	69,1	66,3	51,6	59,0	57,8	58,8	59,6	62,8	62,8	57,8	68,1
Empréstimos/total do passivo	53,1	51,6	51,3	49,1	48,9	48,6	47,2	43,6	43,6	42,3	40,7
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	28,6	25,8	25,5	25,9	25,8	24,4	22,6	25,7	22,8	22,8	24,3
Empréstimo/depósitos	59,7	59,1	59,5	56,1	55,4	54,8	52,8	49,6	49,8	48,8	46,5
Sensibilidade ao risco de mercado											
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	90,5	98,2	109,0	111,3	114,8	113,1	102,8	117,7	106,5	104,0	110,4

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo Banco Equador (desde dezembro de 2016) e BPSTP (desde junho de 2018).

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016–24
(milhões de USD)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2022		2023	2024
						3.ª aval.	Proj.	3.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
Necessidades brutas de financiamento	-66,8	-92,0	-71,8	-83,3	-108,3	-106,3	-65,6	-94,6	-128,2	-101,6	-108,1
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-69,6	-91,5	-87,1	-79,9	-98,8	-113,1	-71,5	-86,6	-121,9	-90,7	-92,1
Exportações, FOB	13,6	15,6	16,0	14,1	13,9	19,4	17,6	22,0	20,1	25,1	24,7
Importações, FOB	-119,1	-127,7	-132,9	-126,4	-124,4	-142,6	-119,1	-147,5	-164,3	-157,4	-166,7
Serviços e rendimentos (líquido)	19,9	3,9	13,5	16,2	-4,5	-5,5	16,2	20,6	7,6	24,1	29,1
Transferências privadas	15,9	16,7	16,3	16,3	16,1	15,6	13,9	18,3	14,7	17,7	20,8
Conta financeira	-3,9	-7,2	-0,4	-0,4	0,0	-5,5	-3,8	-6,3	-6,3	-7,3	-10,0
Amortização programada	-4,0	-4,4	0,0	0,0	0,0	-5,1	-3,4	-5,7	-5,7	-6,5	-9,3
Reembolsos ao FMI	-0,9	-0,2	-0,4	-0,4	0,0	-0,4	-0,4	-0,6	-0,6	-0,7	-0,8
Variação nas reservas externas (- = aumento)	6,8	6,7	15,8	-3,1	-9,4	12,3	9,8	-1,7	0,0	-3,7	-5,9
Financiamento disponível	66,5	89,4	75,4	89,2	112,8	106,3	65,1	94,6	128,2	101,6	108,1
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,1	2,5	2,1	3,9	3,6	3,2	3,1	2,6	2,7	2,1	1,8
Bónus de assinatura do petróleo	3,3	2,3	10,2	3,2	1,4	0,1	0,4	1,6	0,1	0,3	0,4
Poupança (- = acum. do fundo de res. petr.)	-1,2	0,1	-8,2	0,7	2,2	3,1	2,8	1,0	2,6	1,7	1,3
Desembolsos previstos	54,9	49,1	41,6	32,0	55,3	62,3	23,4	53,6	77,5	63,0	67,3
Assistência intercalar multilateral HIPC	2,9	3,1	1,6	3,9	1,9	3,3	1,3	3,3	3,0	3,4	3,4
Donativos, excl. assistência intercalar HIPC	45,6	38,6	34,4	23,7	48,0	49,5	19,8	40,1	65,8	43,1	46,5
Empréstimos concessionais	6,4	7,4	5,6	4,4	5,4	9,4	2,3	10,2	8,7	16,5	17,4
Empréstimos para projetos	6,4	7,4	5,6	4,4	5,4	9,4	2,3	10,2	8,7	16,5	17,4
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor privado (líquido)	7,7	35,0	30,8	50,6	34,0	35,1	32,8	33,3	42,9	36,4	39,0
ECF do FMI	1,8	2,8	0,9	2,7	5,2	5,1	5,1	5,1	5,1	0,0	0,0
Aumento da ECF					2,0						
CCRT do FMI	0,3	0,6	0,6
RCF do FMI	12,3
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento proposto da ECF	0,0	0,0	0,0
Outros apoios programáticos	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2022-35

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)														
Capital	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,0	3,8	3,6	2,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente e futuro (milhões de DSE)														
Capital	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,2	4,7	4,8	3,5	1,7	1,0	0,2	0,0	0,0
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial														
Milhões de DSE	0,6	0,8	0,8	2,1	3,6	4,2	4,7	4,8	3,5	1,7	1,0	0,2	0,0	0,0
Milhões de USD	0,9	1,1	1,1	3,0	5,3	6,2	6,9	7,0	5,1	2,5	1,4	0,3	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	1,2	1,1	1,1	2,6	4,4	4,8	5,1	4,9	3,4	1,6	0,8	0,2	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	11,4	12,7	9,9	23,7	38,5	63,0	72,3	74,1	52,0	25,9	14,6	3,1	0,2	0,2
Porcentagem da quota	4,1	5,1	5,2	13,9	24,5	28,4	31,8	32,3	23,6	11,6	6,5	1,4	0,1	0,1
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	1,3	1,5	1,5	3,7	5,8	6,4	8,0	8,2	6,1	3,0	1,7	0,4	0,0	0,0
Porcentagem do PIB	0,2	0,2	0,2	0,4	0,7	0,8	0,8	0,8	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
Crédito ao FMI em dívida														
Milhões de DSE	25,3	26,4	25,7	23,6	20,0	15,8	11,1	6,3	2,9	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0
Milhões de USD	35,9	38,0	37,2	34,4	29,3	23,2	16,3	9,3	4,2	1,7	0,3	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	49,3	38,4	35,3	29,7	24,0	18,0	12,0	6,5	2,8	1,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	474,2	442,2	330,7	273,5	212,2	236,8	170,5	98,3	42,5	17,2	2,9	0,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	170,7	178,6	173,4	159,6	135,1	106,8	75,0	42,8	19,3	7,7	1,3	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	53,1	53,7	49,0	43,1	32,1	24,0	18,9	10,9	5,0	2,0	0,3	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do PIB	6,8	6,6	6,0	5,1	4,0	2,9	1,9	1,0	0,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso líquido do crédito do FMI (em milhões de DSE)														
Desembolsos	3,2	-0,8	-0,8	-2,0	-3,6	-4,2	-4,7	-4,8	-3,5	-1,7	-1,0	-0,2	0,0	0,0
Reembolsos	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,2	4,7	4,8	3,5	1,7	1,0	0,2	0,0	0,0
Por memória:														
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	72,9	98,8	105,3	115,8	122,1	128,7	135,8	143,3	151,3	159,5	168,3	177,6	187,4	197,8
Serviço da dívida (milhões de USD)	7,6	8,6	11,2	12,6	13,8	9,8	9,5	9,5	9,8	9,7	9,6	9,6	9,4	9,3
Quota (milhões de DSE)	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8
Reservas internacionais brutas ²	67,6	70,7	75,9	79,9	91,3	96,5	86,1	85,0	84,4	83,6	83,0	82,4	81,7	81,0
PIB (milhões de USD)	530,9	576,1	621,1	671,6	732,8	797,4	859,9	927,4	1000,5	1078,5	1141,8	1209,1	1280,8	1357,0

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Alívio da dívida HIPC e MDRI. Incluindo recompras e reembolsos ao FMI no total do serviço da dívida.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Calendário Proposto de Desembolsos ao abrigo do Acordo ECF, 2019–22

Data de disponibilidade¹	Condições de desembolso	Montante de DSE	% da quota²
02/10/19	Aprovação do acordo por parte do Conselho.	1.902.857	12,86
15/03/20	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2019 e conclusão da primeira avaliação.	3.382.857	22,86
15/11/20	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2020 e conclusão da segunda avaliação.	1.902.857	12,86
15/05/21	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2020 e conclusão da terceira avaliação.	1.902.857	12,86
15/09/21	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2021 e conclusão da quarta avaliação.	1.902.857	12,86
15/04/22	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2021 e conclusão da quinta avaliação.	1.902.858	12,86
15/10/22	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2022 e conclusão da sexta avaliação.	1.902.857	12,86
	Total	14.800.000	100,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Em abril de 2020 foi aprovado um desembolso da RCF no valor de 9028 milhões de DSE.

² O acesso geral e a percentagem da quota subiram devido ao aumento de 10%.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2021–2022
(milhões de novas dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2021				2022								
	Junho		Setembro		Dezembro		Março		Junho				
	Terceira avaliação	Com ajustes	Prel.	Estado	Terceira avaliação	Com ajustes	Prel.	Estado	Terceira avaliação	Prop.			
Critérios de desempenho:													
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE)	-225	-250	-229	Cumprido	-300	-326	-278	Cumprido	-379	-80	-125	-160	-162
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{2, 3, 4}	200	254	212	Cumprido	300	379	340	Cumprido	354	80	125	160	162
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{1, 2}	25	23	20	Não cumprido	24	24	33	Cumprido	23	25	27	26	28
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{4, 5, 6, 7}	0	0	0	Cumprido	0	0	0,3	Não cumprido	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{1, 5, 6, 7, 8}	0	0	0	Cumprido	0	0	0	Cumprido	0	0	0	0	0
Não: i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII ou IV) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos													
Metas indicativas:													
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-20		-38,5	Cumprida	-30		-37,6	Cumprida	-60	0	0	-20	-20
Piso das despesas pró-pobre	300		420	Cumprida	450		709	Cumprida	600	157	157	315	315
Piso das receitas fiscais	700		622	Não cumprida	1050		986	Não cumprida	1400	344	310	751	679
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{7, 6, 7, 9}	4		0	Cumprida	7		0	Cumprida	9	3	0	6	0
Continuus: Cumprido													
Por memória:													
Teto da base monetária em dobras (stock)	1.454		1.949		1.520		1.828		1.586	1.619	1.960	1.612	1.925
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3,2		3,1		3,0		3,1		3,2	2,7	2,6	2,7	2,6
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹⁰	65		31		98		37		130	41	41	82	82
Apoio externo oficial ao programa ¹⁰	105		58		105		114		261	148	156	148	262
Desembolso do programa do FMI	56		58		56		58		112	56	59	56	59
Donativos para apoio orçamental	49		0		49		0		149	92	97	92	203
Regularização dos atrasados internos (-, inclui pagamento da dívida à ENCO)	0		-39		-10		-38		-73
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	15		7		20		10		30	6	15	14	34
Teto das despesas com pessoal	599		488		770		734		1.070	260	264	519	528

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e projeções do corpo técnico do FMI.
¹ O desempenho na data do teste de junho de 2020 é avaliado na segunda avaliação.
² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.
³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.
⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.
⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o §5 do MTE, que inclui as operações das empresas públicas.
⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.
⁷ Termo externo/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão n.º 16919-(20/103) do Conselho de Administração.
⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão n.º 16919-(20/103) do Conselho de Administração (28/10/2020), mas também aos compromissos contratados ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais pormenores sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos §§16 e 17.
⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35%. Para mais pormenores ver os §§12 e 17 do MTE.
¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo de pelo menos 35%.
¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, inclui as amortizações HIPC.

Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Acordo ECF, 2021

Objetivos e medidas de política	Calendário	Estado	Fundamentação macro	AT envolvida
Ações prévias				
Validação pela Direção dos Impostos do primeiro módulo do sistema informático do IVA para o registo dos contribuintes (MPEF §16).			Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Celebração pelas Direções dos Impostos e das Alfândegas de memorandos técnicos sobre a aplicabilidade da Lei do IVA nas alfândegas emitidos no Despacho Ministerial (MPEF §16).			Aumentar as receitas	
Submissão da Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPEF §28).			Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Reforço das Finanças Públicas				
Realizar uma campanha pública de sensibilização e comunicação sobre o IVA (MPEF §18).	Final de junho de 2022		Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Introduzir o IVA a uma taxa de 15% de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPEF §16).	Final de outubro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 09/2022. Duas ações prévias acrescentadas	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Continuar a usar o mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis e manter os preços a retalho dos combustíveis alinhados com os mercados internacionais (IRE contínuo) a fim de impedir subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais (MPEF §16).	Contínuo	Final de junho: cumprida. Final de setembro: não cumprida.	Aumentar as receitas	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1, ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo as relacionadas com a Covid-19) e iii) a validação ex post da execução dos contratos – todos i) a iii) a publicar no prazo de duas semanas após os documentos serem fornecidos ao COSSIL – e iv) relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias.	Contínuo	Não cumprida. Implementado com atrasos.	Aumentar a transparência e responsabilização	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf) informações sobre a propriedade e qualquer informação disponível sobre o beneficiário efetivo das empresas que recebem contratos públicos (os mesmos contratos acima), no prazo de duas semanas (MEFP §23).	Contínuo	Não cumprida. Implementada com atrasos.	Aumentar a transparência e responsabilização	LEG
Reforço da política monetária e estabilidade financeira				
Realizar testes de stress bancário, com contributos do FMI, para identificar possíveis pressões de risco de crédito devido às consequências da pandemia de Covid-19.	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Cumprida no final de 02/2022.	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM
Enviar a Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPEF §28).	Final de setembro de 2021	Não cumprida. A implementar como uma ação prévia.	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Submeter ao Governo a lei revista das instituições financeiras, para reforçar o quadro jurídico de regulação e supervisão bancária, incluindo os poderes, responsabilidades e funções do BCSTP e os requisitos prudenciais para os bancos. O projeto será preparado em consulta com o corpo técnico do FMI.	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 06/2022.	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Ativar o conjunto de ferramentas de gestão de liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021 abaixo dos níveis do final de 2020, inclusivamente renovando os CD existentes e emitindo CD conforme necessário.	Final de dezembro de 2021	Cumprido	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar a paridade cambial	MCM
Facilitar as atividades empresariais e a eficiência energética				
Desenvolver um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia (MPEF §39).	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 09/2022.	Para facilitar a recuperação do setor do turismo	Com o apoio do Banco Mundial
Retomar o programa LED, conforme previamente acordado com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, em conformidade com os parâmetros do programa LED (MPEF §40).	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 06/2022.	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial

Anexo I. Aplicação de Aconselhamentos Anteriores do FMI

Recomendações da consulta ao abrigo do Artigo IV de 2018	Ponto da situação
Orçamentais	
A médio prazo, reduzir o nível da dívida mediante a consolidação orçamental contínua e a contração de empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado.	Cumprido parcialmente. A dívida pública está numa trajetória descendente, reflexo dos relativos bons resultados orçamentais e da contração de empréstimos externos apenas em termos concessionais e a um ritmo moderado.
Melhorar a arrecadação de atrasados fiscais e limitar as despesas aos recursos disponíveis para salvaguardar as metas orçamentais e evitar novos atrasados internos.	Cumprido parcialmente. Dada a necessidade de manter as despesas pró-pobres e reforçar as despesas sociais, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, a despesa pública em 2020 foi financiada com o apoio dos parceiros de desenvolvimento e receitas orçamentais mais elevadas.
Intensificar os preparativos da transição para o IVA em 2019 de modo a aumentar a mobilização de receita.	Em curso, com atrasos. As autoridades planearam introduzir o IVA em julho de 2021, o que foi adiado para outubro de 2021. Atualmente a data prevista é 2022. O regulamento do reembolso do IVA e o código do imposto especial sobre o consumo complementar foram aprovados em novembro de 2021.
Em relação à administração fiscal, realizar inspeções mais sistemáticas de grandes contribuintes e ampliar a supervisão por via informática dos restantes. Criar uma unidade dedicada de grandes contribuintes.	Cumprido parcialmente. As autoridades estão a acompanhar de perto a cobrança de impostos dos grandes contribuintes, inclusivamente através da faturação eletrónica, e em 2021 lançaram um programa de recuperação das obrigações fiscais dos grandes contribuintes.
Em relação à gestão das finanças públicas, melhorar a preparação e execução orçamental.	Cumprido parcialmente. As autoridades reforçaram as previsões macro-orçamentais, prepararam projeções do quadro orçamental a médio prazo trienal, a começar com o orçamento de 2022.
Financeiras	
Manter a aplicação da estratégia para a redução do crédito malparado e fortalecer supervisão baseada no risco. Exigir que os bancos abatam empréstimos vencidos acima de um determinado período.	Cumprido parcialmente/em curso. As autoridades aprovaram uma NAP em novembro de 2021 sobre o abatimento dos créditos malparados elegíveis.
Melhorar a regulação e supervisão bancárias.	Cumprido parcialmente. Restrições relacionadas com a pandemia e de contratação geraram atrasos. As autoridades concluíram a redação do manual de supervisão bancária, mas os planos para testes no terreno foram adiados até que a pandemia esteja mais controlada.
Externas e estruturais	
Prosseguir com a reforma da EMAE (empresa pública de eletricidade) para conter os seus prejuízos e os respetivos riscos orçamentais. Identificar medidas a curto prazo para melhorar o desempenho operacional das EP, nomeadamente na redução dos custos de pessoal e a aceleração da cobrança de atrasados.	Progresso limitado. A execução do plano de melhoria da gestão das autoridades foi limitada, em parte devido à pandemia, e a EMAE continua a acumular dívidas e atrasados significativos.
Desenvolver uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo, criar uma base de dados da dívida e dar formação a técnicos sobre a gestão da dívida, incluindo emissões de Bilhetes do Tesouro.	Cumprido parcialmente. As autoridades publicaram uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo e estão a criar uma base de dados para realizar projeções do serviço da dívida.
Salvaguardas	
Reforçar a Lei do BCSTP.	A concluir até ao final de fevereiro de 2022. A nova Lei Orgânica do BCSTP foi finalizada e deverá ser submetida à Assembleia Nacional até ao final de fevereiro de 2022.
Adotar as IFRS, com assistência técnica.	Atrasada. A AT do Banco Central do Brasil foi suspensa durante a pandemia. As autoridades solicitaram AT ao FMI em dezembro de 2021 para avançar nesta frente.

Anexo II. Alterações Climáticas em São Tomé e Príncipe

1. **Contextualização.** São Tomé e Príncipe, formado por duas ilhas principais e várias ilhéus e ilhotas, é especialmente vulnerável às alterações climáticas devido à sua geografia, à fragilidade dos seus ecossistemas, como os manguezais costeiros, e ao baixo nível de desenvolvimento socioeconómico. O Presidente Vila Nova relatou na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), em novembro de 2021, que o país tinha perdido 4% do seu território devido à subida do nível do mar. Apesar destas vulnerabilidades, o país é um sumidouro absoluto de gases com efeito de estufa, contribuindo para o sequestro de dióxido de carbono.

2. **Setores económicos cruciais,** como a agricultura e a pesca, contam com o apoio de florestas funcionais e intactas e ecossistemas costeiros, mas a sobre-exploração florestal e a destruição de manguezais através de práticas insustentáveis estão a aumentar a vulnerabilidade das comunidades que dependem dos recursos naturais para a sua subsistência. Os fenómenos meteorológicos extremos e as alterações climáticas estão a acelerar estas tendências com a subida do nível do mar, enxurradas e o agravamento da erosão costeira, pondo em risco bens e as infraestruturas privadas e públicas, especialmente nas comunidades mais vulneráveis.

3. **Contribuições determinadas a nível nacional (NDC).** São Tomé e Príncipe está a contribuir para o esforço mundial de redução das emissões com base no Acordo de Paris e subsequentes reuniões anuais da COP no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). Na sua NDC, atualizada em junho de 2021, o país comprometeu-se a tomar iniciativas de adaptação para diminuir a vulnerabilidade do país às alterações climáticas, nomeadamente através do aumento dos esforços para promover a resiliência das suas comunidades mais vulneráveis. As autoridades também se comprometeram a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 27% até 2030, através de medidas de atenuação que incluem o aumento da quota de energias renováveis na rede nacional, a redução das perdas na rede elétrica e a melhoria da eficiência energética e a redução da pegada de carbono do setor dos transportes¹. As autoridades estimam que o custo para alcançar as metas de atenuação do país é de 150 milhões de USD e que a implementação exigirá uma assistência significativa por parte dos parceiros de desenvolvimento na forma de donativos, apoio à execução de projetos, desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologia.

4. **Quadro institucional, jurídico e de políticas.** As autoridades criaram, de forma gradual, um quadro institucional de apoio e adaptação às alterações climáticas e em 2012 criaram o Comité Nacional para as Alterações Climáticas para coordenar iniciativas e aumentar a sensibilização para os efeitos destas alterações. Também foi desenvolvido o quadro jurídico e de políticas de apoio a estas iniciativas, a começar pela Lei Nacional de Bases do Ambiente, que criou o quadro jurídico em

¹ São Tomé e Príncipe aderiu à CQNUAC em 1992 e ratificou-a em 1999. O país apresentou as suas primeiras intenções de contribuições determinadas a nível nacional (INDC) em outubro de 2015, que se tornaram parte do Acordo de Paris em dezembro de 2015 e levaram à adesão de São Tomé e Príncipe à Parceria NDC em 2016. A sua [NDC](#) foi atualizada em junho de 2021.

1999, e incluindo a Estratégia Nacional Gestão Risco e Catástrofes que identifica prioridades estratégicas para a prevenção, atenuação e medidas de resposta a catástrofes destinadas a reduzir o efeito das catástrofes climáticas entre 2016 e 2021.

5. Setor energético. O setor energético, que inclui o setor dos transportes, é o maior emissor de dióxido de carbono do país e um dos mais vulneráveis às alterações climáticas. A eletricidade de São Tomé e Príncipe é cara, ineficiente e produzida em grande parte pela queima de gasóleo, que contribui para a poluição atmosférica e para as emissões de dióxido de carbono. A falta de fiabilidade da atual rede elétrica também leva a maioria das empresas a usar geradores privados a gasóleo, caros e poluentes, em vez de dependerem da rede. As autoridades estão a implementar uma agenda abrangente de reforma do setor energético, definida em 2018 com o apoio do Banco Mundial, que visa modernizá-lo e aumentar a quota da produção de energia renovável, inclusivamente a partir de centrais hidroelétricas e solares fotovoltaicas. O corpo técnico do FMI insistirá na necessidade de continuar a usar o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis e manter os preços a retalho alinhados com os mercados internacionais (IRE contínuo) para evitar subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais.

6. Outras iniciativas de adaptação climática. Para aumentar a resiliência de São Tomé e Príncipe às alterações climáticas e às catástrofes a elas associadas, as autoridades estão a implementar várias iniciativas com a assistência do Banco Mundial, incluindo para tornar o sistema hídrico mais resistente a fenómenos meteorológicos como a seca e apoiar a reabilitação de estradas para melhorar a resiliência a inundações e à erosão costeira. Um programa de proteção social apoiado pelo Banco Mundial está a criar uma janela de resposta a choques que permitirá uma resposta rápida a este fenómenos. O trabalho em curso mostra como os pobres têm mais probabilidades de viver em áreas com elevados riscos climáticos e o papel que os programas de proteção social podem desempenhar para reforçar a resiliência.

7. Desafios. Subsistem várias lacunas no planeamento da adaptação climática, incluindo capacidade institucional e técnica e recursos de execução limitados, falta de informação sobre o clima e modelização climática, análises de risco e vulnerabilidade climáticos deficientes, bem como baixa consciência ambiental das partes interessadas nacionais. Além disso, falta inclusão das alterações climáticas em projetos de desenvolvimento a médio e longo prazos e a adaptação a estas alterações climáticas está dispersa em vários projetos, sem que esteja em vigor um quadro abrangente de abordagem coordenada.

Anexo III. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Fontes de riscos	Probabilidade do risco	Impacto previsto do risco	Resposta de políticas
Riscos externos			
Surtos de variantes letais e altamente contagiosas da Covid-19 geram um crescimento medíocre/volátil	<p style="text-align: center;">Alta</p> <p>Aumento rápido de hospitalizações e mortes, devido a baixas taxas de vacinação ou causado por variantes resistentes à vacina, confinamentos forçados e incerteza acrescida sobre o curso da pandemia. As políticas de atenuação do impacto económico são prematuramente retiradas ou, para muitas EMED, condicionadas pela falta de espaço.</p>	<p style="text-align: center;">Alto</p> <p>A recuperação é demorada com efeitos marcantes que agravam as vulnerabilidades da economia. As medidas de contenção necessárias afetariam negativamente a atividade económica, em especial o setor do turismo com procura reduzida. Uma pandemia prolongada poderá aumentar o desemprego e reduzir o crescimento da produtividade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • espaço orçamental limitado para amortecer o impacto económico requer uma cuidadosa priorização das despesas para uma resposta social e sanitária e esforços sustentados de mobilização de receitas. • estabelecer protocolos de segurança sanitária, mobilizar o apoio dos doadores e intensificar a vacinação, inclusivamente para novas variantes. • executar a estratégia de desenvolvimento do turismo e melhorar a produtividade agrícola. • Continuar a reforçar o setor financeiro e a sua capacidade de apoiar o crescimento.
Preços dos alimentos e da energia crescentes e voláteis	<p style="text-align: center;">Alta</p> <p>Os preços das mercadorias são voláteis e tendem a subir em meio a uma procura reprimida e interrupções da oferta, conflitos ou uma transição atribulada para fontes de energia renováveis, o que gera volatilidade dos preços e do setor real, incluindo crises energéticas agudas em alguns países.</p>	<p style="text-align: center;">Alto</p> <p>Os preços mais elevados da energia impactam as receitas, os subsídios implícitos e a execução orçamental. Também poderão agravar os cortes de energia e efeitos inflacionistas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • celerar as reformas estruturais no setor energético e adotar uma consolidação orçamental credível a médio prazo baseada nas receitas para apoiar a confiança dos investidores. • melhorar a eficiência de custos da produção e distribuição de eletricidade para reduzir as importações de combustíveis. • continuar a implementar uma fórmula automática de preços de combustíveis para evitar subsídios implícitos.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma relevante a trajetória do cenário de base. A probabilidade relativa dos riscos relacionados refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo de 10%; "média" = probabilidade entre 10% e 30% e "alta" = probabilidade acima de 30%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e o cenário conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

Fontes de riscos	Probabilidade do risco	Impacto previsto do risco	Resposta de políticas
Maior frequência das catástrofes naturais ligadas às alterações climáticas	Média As pequenas economias insulares costumam ser atingidas por catástrofes naturais, tais como inundações, tempestades e secas. O aumento do nível do mar agrava estes fenómenos extremos ao longo das costas.	Alto Os riscos naturais e as alterações climáticas podem causar graves prejuízos económicos às economias mais pequenas suscetíveis. Causam perdas humanas, afetam negativamente a agricultura e as infraestruturas, dificultam os transportes, reduzem o nível de vida da população, e aceleram a emigração.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a resistência ao clima e às catástrofes em setores de desenvolvimento como a agricultura, os transportes, o turismo, a energia e o desenvolvimento urbano. Reforçar a segurança alimentar, as transferências monetárias e programas de apoio alimentar. Reforçar os amortecedores orçamentais e de reserva.
Atrasos nos desembolsos de doadores	Média Atrasos frequentes nos desembolsos dos doadores relacionados com atrasos na execução dos projetos e/ou outras questões de coordenação.	Alto O país depende muito de apoio externo e atrasos nos desembolsos prejudicariam o crescimento e o agravariam a perda de reservas internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coordenação de projetos financiados com recursos externos e evitar atrasos. Reforçar os amortecedores orçamentais e de reserva.
Perturbações prolongadas nas cadeias de abastecimento mundiais	Alta Perturbações persistentes na produção e expedição de componentes causadas por bloqueios e estrangulamentos logísticos continuam até 2023.	Médio Sendo uma pequena ilha que depende de importações, isto poderia levar à escassez de bens de consumo intermédios e finais, ao abrandamento do crescimento e a aumentos de preços, agravados pela desvalorização da moeda em países vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma estratégia de que garanta a estabilidade dos preços dos principais bens de consumo intermédios e finais. Diversificar a economia a médio e longo prazos para aumentar a competitividade.
Riscos internos			
Insatisfação social e instabilidade política generalizadas	Média As tensões sociais irrompem quando a obrigatoriedade da vacinação e restrições de mobilidade e/ou uma retirada do apoio de políticas para fazer face à pandemia – tendência de aumento dos preços de bens de primeira necessidade, crescimento mais lento e aumento da desigualdade – resultam em desemprego mais elevado e endividamento mais pesado das famílias. A instabilidade política provoca saídas de capital.	Baixo As tensões sociais causam perturbações económicas e instabilidade política e afetam negativamente o crescimento global de outros países, o que pode potencialmente prejudicar a recuperação das exportações de bens e serviços deste país. Porém, a situação política e de segurança deste país tem sido bastante estável, pelo que é provável que o impacto seja baixo.	<ul style="list-style-type: none"> Dar prioridade à estabilidade socioeconómica e reforçar a resposta à Covid-19. Continuar a visar a população vulnerável, garantindo acesso adequado a cuidados de saúde e assistência social, incluindo a transferência monetárias e programas de apoio alimentar. Continuar a diversificar a base do turismo.

Fontes de riscos	Probabilidade do risco	Impacto previsto do risco	Resposta de políticas
Desvios na política orçamental devido às próximas eleições parlamentares em meados de 2022	Média Pressões de despesa devido a eleições e atrasos nas reformas legislativas.	Alto Atrasos na consolidação orçamental e pressões sobre a sustentabilidade da dívida devido a políticas orçamentais expansivas, incluindo despesas da Covid-19, despesas eleitorais, fraca mobilização de receitas e subsídios implícitos às empresas públicas. Atrasos nas reformas legislativas.	<ul style="list-style-type: none"> • Manter as reformas de mobilização das receitas e concentração nas despesas prioritárias pró-pobres. • Implementar reformas da GFP, gestão de tesouraria e execução orçamental. • Implementar reformas das empresas públicas. • Identificar medidas orçamentais para criar espaço adicional. • Garantir a transparência da despesa orçamental através de reformas da governação.
Capacidade de execução limitada	Alta Ambiente de capacidade fraca, agravada por regimes de teletrabalho. Atrasos na AT e formação devido a restrições de viagem relacionadas com a Covid-19.	Médio A fraca assimilação dos conteúdos da assistência técnica e os atrasos no desenvolvimento de capacidades afetam o ritmo de aplicação das reformas.	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação contínua de DC prático e personalizado e retomada das viagens, na medida do possível. • Reforço da absorção da assistência técnica através de mecanismos de coordenação melhorados a nível ministerial. • Reformas contínuas da governação e transparência. • Criação do Gabinete do Representante Residente do FMI.
Instabilidade financeira	Média O aumento do crédito malparado devido ao ressurgimento da Covid-19 gera preocupações em alguns bancos, apesar da ampla liquidez interna. A falta de alternativas à dívida soberana renova preocupações acerca da relação entre ente soberanos e bancos.	Baixo A persistência de créditos malparados elevados poderá ser uma barreira adicional ao crescimento do crédito já anémico, e uma regulamentação bancária insuficiente poderá desconsiderar os riscos para a estabilidade financeira. Redução da rendibilidade e adequação dos fundos próprios, afetando negativamente a intermediação financeira.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar as provisões e o capital para absorver perdas; manter os padrões prudenciais. • Debater a redefinição das empréstimos para clientes com modelos de negócio fortes.

Anexo IV. Avaliação do Setor Externo

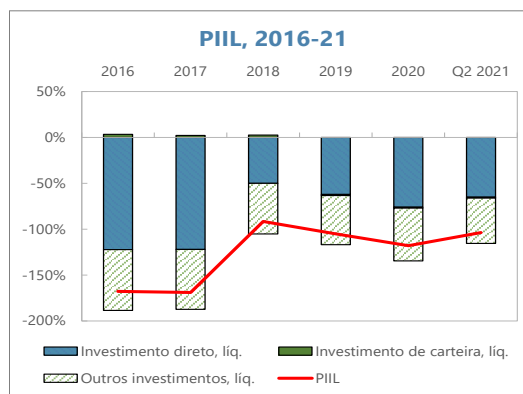
Avaliação global. A posição externa de São Tomé e Príncipe em 2021 era ligeiramente mais fraca do que o nível sugerido pelos fundamentos e as políticas desejáveis. A conta corrente melhorou em 2021 com alguma recuperação nas exportações relacionadas com viagens, mas deverá piorar ligeiramente em 2022 devido aos impactos negativos das inundações. A médio prazo, o défice da conta corrente deverá diminuir gradualmente. A posição de investimento internacional líquido (PIIL) deverá agravar-se temporariamente antes de iniciar uma melhoria gradual a médio prazo.

Potenciais respostas de políticas. As políticas a curto prazo devem centrar-se na contenção do surto de Covid-19 e das suas consequências económicas e apoiar a recuperação, que ajudaria a reduzir os desequilíbrios. Manter a estabilidade financeira com base em esforços contínuos será essencial para o reequilíbrio externo através do reforço da conta corrente e da PIIL. Enquanto pequena economia insular que depende grandemente de importações, o regime de paridade cambial permitiu ao país ancorar a inflação. O desequilíbrio externo sublinha a necessidade de reformas estruturais para fortalecer a competitividade, em especial o setor do turismo, diversificar a economia, reduzir a dependência das importações de petróleo com reformas energéticas e melhorar a eficiência na execução de projetos financiados com recursos externos para evitar atrasos nos desembolsos. A consolidação orçamental gradual ajudará a aumentar o espaço orçamental e a criar um amortecedor externo mais elevado a médio prazo. As reformas financeiras serão essenciais para reduzir a vulnerabilidade no setor financeiro.

Ativos e passivos estrangeiros: posição e trajetória

Contexto. Nos últimos 5 anos, a PIIL ultrapassou os baixos níveis de -168% e -169% do PIB em 2016 e 2017. Diminuiu para -118% do PIB em 2020, com mais passivos de investimento direto e menos passivos de outros investimentos. Os passivos brutos aumentaram para 161% do PIB em 2020, devido sobretudo ao aumento dos passivos de investimento direto. Em 2020, os ativos brutos mantiveram-se relativamente estáveis, em 43% do PIB. Nos dois primeiros trimestres de 2021, a PIIL aumentou para -103% do PIB, com passivos de investimento direto e de outros investimentos menores. Segundo o cenário de base do FMI, a PIIL deverá melhorar gradualmente a médio prazo, devido à queda dos défices da CC.

Avaliação. Nos últimos anos, houve uma redução das vulnerabilidades externas com o reforço da PIIL, embora esta tenha aumentado ligeiramente devido à pandemia em 2020. A PIIL continua a ser amplamente sustentável, mas as vulnerabilidades permanecem devido à sua dimensão significativa. A redução do défice de CC projetado sugere que o rácio PIIL/PIB irá melhorar a um ritmo moderado a médio prazo.



2020 (% do PIB)	PIIL: -118	Ativos brutos: 43	Ativos da dívida ND ^{1/}	Pass. brutos: 161	Pass. dívida: ND
-----------------	------------	-------------------	-----------------------------------	-------------------	------------------

^{1/}De sublinhar que a informação sobre a PII para São Tomé e Príncipe é relativamente limitada. Missões recentes de assistência técnica do STA do FMI estão a trabalhar na melhoria da cobertura e qualidade dos dados sobre a PII.

Conta corrente

Contexto. O défice global da CC diminuiu para 10,3% do PIB em 2020, devido sobretudo a aumentos significativos nas transferências oficiais e à queda das importações, que compensaram a diminuição das exportações de serviços na sequência da pandemia, face a 12,1% do PIB em 2019. Este estreitamento manteve a tendência de diminuição gradual do défice desde 2017. A balança de serviços piorou, reflexo da queda significativa das exportações relacionadas com viagens (para 16 milhões de USD em 2020, face a cerca de 67 milhões em 2019), parcialmente compensada pela diminuição das importações de serviços. Os rendimentos melhoraram em grande medida devido a rendimentos secundários mais elevados, impulsionados por transferências oficiais. Prevê-se que o défice global da CC melhore para 9,6% do PIB em 2021, devido

São Tomé e Príncipe: Estimativas dos modelos para 2021 (em percentagem do PIB)			
	Modelo CC	Modelo TCER	Modelo ES
CC efetiva	-9,6		
Contribuições cíclicas (do modelo) (-)	0,0		
Ajustador Covid-19 (+) 1/	1,6		
Fatores temporários/estatísticos adicionais	0,0		
Catástrofes naturais e conflitos (-)	-0,1		
CC ajustada	-7,9		
Norma da CC (do modelo) 2/-	-6,1		
Ajustamentos à norma (+)	0,0		
Norma da CC ajustada	-6,1		
Hiato da CC	-1,8	-1,0	
d/q Hiato relativo de políticas	1,7		
Elasticidade	-0,2		
Hiato da TCER (em %)	8,7	4,9	
1/ Ajustamento adicional cíclico para ter em conta o impacto temporário da pandemia no turismo (4,4 % do PIB).			
2/ Ajustado para efeitos cíclicos, incluindo ajustamentos de coerência multilateral.			

sobretudo à recuperação contínua do turismo e à diminuição das importações de bens e serviços.

Avaliação. O modelo EBA-lite da CC estima a norma da CC em -6,1% do PIB e a CC ajustada em -7,9% do PIB em 2021, após ajustamento para contribuições cíclicas e o fator de ajustamento adicional da Covid-19 para ter em conta os efeitos das alterações do turismo devido à pandemia. O hiato da CC é de -1,8% do PIB. O hiato de políticas, que reflete desvios entre as atuais políticas em São Tomé e Príncipe e as do resto do mundo em relação às definições desejadas, contribui com 1,7 pontos percentuais. O modelo EBA-lite da TCER aponta para um hiato da CC de -1% do PIB. Com base nos modelos CC e TCER, o corpo técnico do FMI considera que o hiato da CC está dentro do intervalo de -1,8 a -1% para 2021, ou seja, avalia que a posição externa era moderadamente mais fraca do que o nível justificado pelos fundamentos e as políticas desejáveis em 2021.

Taxa de câmbio real

Contexto. Em 2021, a taxa de câmbio efetiva real (TCER), baseada no Índice de Preços no Consumidor, subiu 6% em relação à média de 2020. Desde a introdução da paridade cambial com o euro em janeiro de 2010, a TCER registou uma apreciação de 84% na década seguinte, uma vez que o processo de desinflação gradual foi demasiado lento para colmatar o diferencial de inflação com os parceiros comerciais. A paridade ajudou a reduzir a inflação média para 8% em 2010-2020, metade da taxa da década anterior. Apesar da redução substancial, permaneceu muito mais elevada do que na área do euro, contribuindo para a valorização da TCER. A inflação média na área do euro foi de 1,3% em 2010-20, contra 8,4% em São

Tomé e Príncipe, ou seja, aumentos de preços de 124% em São Tomé e Príncipe contra apenas 14% na área do euro nesse período.

Avaliação. O modelo EBA-lite da TCER estima uma sobrevalorização de 4,9% em 2020. O hiato da TCER derivado da avaliação do hiato da CC pelo corpo técnico do FMI, com uma elasticidade estimada de -0,21, implica que a taxa de câmbio real foi sobreavaliada em 8,7%. Considerando todas as estimativas e incertezas que as rodeiam, a avaliação do corpo técnico baseia-se nos modelos EBA-lite da CC e TCER e estima que o déficit da TCER se situa em cerca de 4,9 a 8,7% em 2021.

Contas de capital e financeira: fluxos e medidas de políticas

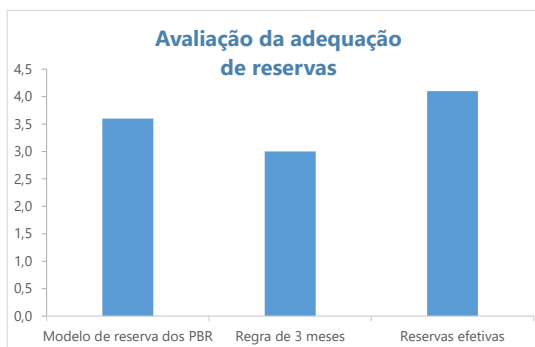
Contexto. As entradas líquidas de capital e financeiras diminuíram para 9,4% do PIB em 2020, contra 10% do PIB em 2019, reflexo sobretudo da diminuição das entradas líquidas de IDE e investimento de carteira. As entradas financeiras líquidas deverão diminuir para 6,4% do PIB em 2021.

Avaliação. Devido à dívida externa considerável do setor público, São Tomé e Príncipe continua exposto a riscos do mercado financeiro. A pandemia prolongada e a volatilidade constante do mercado financeiro poderão aumentar a vulnerabilidade. A aplicação de grandes reformas financeiras seria importante para garantir a estabilidade financeira.

Intervenção cambial e nível das reservas

Contexto. As reservas internacionais brutas atingiram 67,6 milhões de USD (cerca de 4,5 meses de importações projetadas) em 2020. Estas reservas diminuíram para 61,8 milhões de USD (cerca de 3,5 meses de importações projetadas) até finais de 2021, ao passo que o apoio financeiro dos parceiros de desenvolvimento e os desembolsos ao abrigo da alocação de DSE do FMI e do acordo ECF podem ajudar a financiar as necessidades externas do país.

Avaliação. São Tomé e Príncipe precisa de acumular reservas internacionais consideráveis dada a persistência e a magnitude dos choques que enfrenta enquanto PBR pequeno e frágil com um regime de paridade cambial fixa. O nível das reservas internacionais brutas (RIB) do país em 2021 era adequado em relação ao nível de referência. As RIB eram equivalentes a 4,1 meses das importações atuais em 2021, o que está acima da norma padrão de três



meses de importações. A métrica das reservas do FMI para os PBR, também conhecida como métrica ARA para países com restrições de crédito, que pondera os benefícios e os custos de oportunidade de manter reservas, sugere que a métrica de reservas ideal para São Tomé e Príncipe é de 3,6 meses de importações. Os resultados dum nível de reservas adequado usando a métrica de reservas para os PBR consideraram as especificidades de cada país, tais como ser um Estado pequeno, ter uma paridade cambial fixa e ter um acordo com o FMI. Além disso, São Tomé e Príncipe tem acesso a reservas adicionais na forma de acesso excepcional aos depósitos na Conta Nacional do Petróleo (CNP) e a uma linha de crédito contingente de Portugal se as reservas ficarem abaixo de três meses de importações.

Anexo V. Desenvolvimento de Capacidades

1. As recentes atividades de desenvolvimento de capacidades (DC) foram bem integradas com as prioridades do programa apoiado pelo FMI. São Tomé e Príncipe é um utilizador ativo da assistência técnica (AT)¹ e também tem beneficiado de recursos de formação². As recentes atividades de CD centraram-se: i) no reforço da administração de receitas e reformas da política fiscal, ii) na melhoria dos sistemas de GFP, iii) na melhoria da regulamentação, resolução e supervisão bancárias, iv) na reforma da governação e das operações do banco central e v) na criação de estatísticas macroeconómicas mais robustas.

2. O DC ajudou o país a progredir em várias áreas de extrema importância (Tabela 1). Os principais resultados foram, entre outros: a criação do mecanismo automático de preços de combustíveis, para limitar os subsídios aos combustíveis e gerir os riscos orçamentais; a adoção da Lei do IVA e a preparação para a sua aplicação, de modo reforçar a capacidade de geração de receitas e satisfazer grandes necessidades sociais e de desenvolvimento; a melhoria da função de previsão macro-orçamental e a incorporação de projeções orçamentais a médio prazo no ciclo orçamental, para reforçar o processo orçamental nacional; a elaboração da Lei Orgânica do Banco Central e de leis das instituições financeiras e adoção de supervisão baseada no risco, com vista a modernizar a gestão monetária e financeira; o reforço das estatísticas macroeconómicas e a melhoria da transparência dos processos de contratação pública.

3. No futuro, as atividades de DC continuarão a centrar-se nos objetivos de reforma mais importantes (Tabela 2). A pandemia de Covid-19 dificultou a prestação de DC devido a limitações de capacidade em termos de recursos humanos e a recentes restrições de viagens durante este período. Estas dificuldades foram parcialmente superadas pelas missões à distância; houve, porém, uma diminuição no ritmo de aplicação dos aconselhamentos de DC. No futuro, as prioridades em matéria de DC incidirão em:

- **Receitas.** Melhorar a mobilização de receita com o apoio ao novo IVA, para criar espaço orçamental para as despesas sociais e de investimento.
- **GFP.** Melhorar a gestão das finanças públicas (GFP), sobretudo a preparação e execução do orçamento e o controlo das despesas.
- **GIP.** Melhorar a gestão do investimento público (GIP) para reforçar a seleção e execução de projetos de investimento público.
- **Clima.** Avaliar as vulnerabilidades climáticas, a preparação em geral e a avaliação das políticas adaptativas.
- **EP.** Reforçar a supervisão das empresas públicas (EP) para evitar os prejuízos recorrentes, sobretudo no setor energético.
- **Dívida.** Promover a sustentabilidade da dívida através da melhoria do seu registo.

¹ São Tomé e Príncipe recebeu cerca de quarenta missões de AT ao longo dos exercícios de 2019-2022.

² A formação ocorre principalmente através do AFRITAC e no contexto da AT, e através da participação em cursos em linha.

- **Macrofinanceiros.** Adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), atualizar os regulamentos prudenciais e implementar a supervisão baseada no risco. Reformar os quadros jurídicos monetário e financeiro.
- **Estatísticas.** Melhorar a qualidade, atualidade e compilação de estatísticas, incluindo sobre o PIB, as contas nacionais e as finanças públicas.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: AT prestada 2019–2021

Data	
Novembro 2021	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas (alargamento da cobertura)
Novembro 2021	Missão à distância do FAD sobre política fiscal e reforma da administração do IVA
Setembro 2021	Missão à distância do STA sobre estatísticas do setor externo
Agosto 2021	Acompanhamento do FAD sobre o fluxo de tesouraria e a introdução da CUT
Julho 2021	Missão à distância do FAD sobre GFP (preparação do orçamento)
Julho 2021	Missão à distância do STA sobre as contas nacionais do setor real
Maio 2021	Missão à distância do LEG sobre a Lei das Instituições Financeiras
Abril 2021	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar a execução e contabilidade orçamental)
Abril 2021	Missão à distância do FAD sobre administração fiscal e aduaneira (gestão da dívida fiscal)
Abril 2021	Missão à distância do MCM sobre a Lei Cambial
Abril 2021	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Março 2021	Missão à distância do FAD sobre a introdução do IVA e soluções informáticas
Dezembro 2020	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar o manual metodológico sobre previsões macro-orçamentais)
Dezembro 2020	Missão à distância do FAD sobre política fiscal
Novembro 2020	Missão à distância do AFRITAC para rever e atualizar a supervisão direta/indireta
Outubro 2020	Missão à distância do FAD sobre o IVA
Setembro 2020	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Junho 2020	Missão à distância do FAD sobre administração aduaneira
Junho 2020	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar o manual metodológico sobre previsões macro-orçamentais)
Junho 2020	Missão à distância do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Junho 2020	Missão à distância do AFRITAC para redigir o manual de supervisão bancária
Maio 2020	Missão à distância do MCM sobre o modelo de notação bancária e regulamento prudencial
Fevereiro 2020	Missão do FAD sobre administração fiscal
Fevereiro 2020	Missão do FAD na GFP
Fevereiro 2020	Missão do LEG sobre a reforma da Lei das Instituições Financeiras
Janeiro 2020	Missão do FAD sobre GFP (planeamento macro-orçamental plurianual)
Dezembro 2019	Missão do LEG sobre a reforma da Lei do Banco Central
Novembro 2019	Missão do FAD sobre GFP (execução e controlos orçamentais, gestão de atrasados)
Novembro 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Novembro 2019	Missão do FAD sobre política fiscal (IVA e introdução de impostos especiais sobre o consumo)
Novembro 2019	Missão do MCM para elaborar um regulamento prudencial sobre gestão de risco
Novembro 2019	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: AT prestada 2019–2021 (conclusão)

Setembro 2019	Missão do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Setembro 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Agosto 2019	Missão do MCM sobre operações monetárias e desenvolvimento do mercado da dívida
Agosto 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Julho 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Mai 2019	Missão do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Mai 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Mai 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Mai 2019	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Prioridades e objetivos de DC para o futuro 2022–2023

Prioridades	Objetivos
Política fiscal e administração fiscal	Reforçar a administração fiscal e aduaneira Apoiar a reforma de introdução do IVA Revisar os incentivos fiscais
Gestão das finanças públicas	Melhorar a preparação, execução e controlo das despesas orçamentais Aprimorar o modelo macro-orçamental Reforçar as práticas de GFP
Regulação e supervisão do setor financeiro	Melhorar o quadro jurídico, incluindo a revisão da Lei das Instituições Financeiras e a elaboração da Lei Orgânica Adotar as IFRS Atualizar os regulamentos prudenciais Introduzir a supervisão baseada no risco
Dívida	Reforçar o registo, a comunicação e a monitorização da dívida
Estatísticas	Melhorar a qualidade e compilação das estatísticas do PIB, das contas nacionais e das finanças públicas
Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA)	Melhorar o planeamento e a eficiência dos programas de investimento público
Programa de Avaliação Macroeconómica Climática (CMAP)	Avaliar e aconselhar sobre a vulnerabilidade climática e a preparação em geral

Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 7 de março de 2022

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431, USA

Exma. Sra. Diretora-Geral Georgieva:

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe solicita ao Conselho de Administração do FMI que conclua a quarta avaliação do programa apoiado pela Linha de Crédito Ampliado (ECF, na sigla em inglês) e aprove o quinto desembolso com base na implementação dos critérios de desempenho (CD) para o final de junho de 2021 e na realização das ações prévias.

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descreve os progressos registados nos últimos meses com vista à concretização dos objetivos estabelecidos no programa apoiado pela ECF. Também atualiza o MPEF anterior e destaca as medidas políticas a adotar nos próximos tempos. Estas políticas são ancoradas pela nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e Crescimento (ENRPC) do governo, o sucessor do nosso Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021. A nossa nova ENRPC é formada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável a médio prazo (2020-2024) e Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face à Covid-19.

O programa continuou a ser implementado de forma firme desde a conclusão da terceira avaliação em agosto de 2021. Observámos a maioria dos critérios de desempenho quantitativos (CDQ) e os CD contínuos para o final de junho de 2021. Contudo, não cumprimos, por uma pequena margem, o CDQ para o final de junho de 2021 relativo às reservas internacionais líquidas (RIL), devido a desembolsos aquém das expectativas. Também se registou um incumprimento temporário do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos no valor de 0,3 milhões de USD em setembro, devido a problemas de liquidez, sendo que este montante foi pago na íntegra em outubro de 2021. Gostaríamos de solicitar ao Conselho de Administração do FMI a dispensa do cumprimento das metas do programa relativas às reservas internacionais líquidas para o final de junho de 2021 e ao CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos no final de setembro de 2021, devido à natureza temporária destas violações, e modificações nos CD para o final de junho de 2022.

De referir, também, que como sinal do nosso compromisso para com o programa, completámos três ações prévias para a quarta avaliação. Embora a introdução do IVA tenha registado atrasos face ao calendário inicial, porque que estávamos a negociar o contrato com a empresa informática, continuamos empenhados em introduzir o IVA em setembro de 2022. Para tal, celebrámos o contrato para a implementação do sistema informático para o IVA com o apoio do Banco Mundial e

preparámos o sistema para o registo dos contribuintes e a cobrança do IVA nas alfândegas (ações prévias). Além disso, para reforçar as salvaguardas do banco central, também enviámos a nova Lei Orgânica do Banco Central para a Assembleia Nacional no final de fevereiro de 2022 (ação prévia), que também registou atrasos em relação ao calendário inicial.

O firme apoio do FMI ao nosso país está a ajudar a dar resposta aos impactos sanitários e socioeconómicos da pandemia da Covid-19. A conclusão das avaliações ao abrigo do acordo da ECF por parte do Conselho de Administração do FMI, o aumento do acesso à ECF, a Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês), o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) ocorreram em tempo oportuno e ajudaram o Governo a responder à pandemia da Covid-19 em 2020-21.

A vacinação contra a Covid-19 está a decorrer conforme previsto. Contudo, prevê-se que o crescimento terá recuado em 2021, com a propagação das novas variantes da Covid-19. Estes acontecimentos foram agravados pelo impacto das inundações no final de dezembro de 2021.

Não obstante a difícil conjuntura, registaram-se progressos no que toca à implementação dos indicadores de referência estruturais até dezembro de 2021. Continuamos empenhados no reforço da governação e em cumprir o nosso compromisso de assegurar a total transparência em todas as despesas relacionadas com a Covid-19. Estamos a proceder à publicação dos documentos dos contratos públicos e dos relatórios de despesa Covid-19, ao mesmo tempo que estamos a rever o projeto de Lei da Contratação Pública a fim de permitir a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos. Pese embora os avanços registados no reforço do banco central e na implementação das recomendações pendentes da avaliação de salvaguardas, os indicadores de referência estruturais relacionados com a lei orgânica do banco central e os testes de stress foram implementados com atrasos e o indicador de referência estrutural relativo à Lei das Instituições Financeiras deverá ser concluído até ao final de junho de 2022. Além disso, continuaremos a recorrer ao mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis a fim de impedir subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais. De igual modo, devido às limitações em termos de capacidade e às restrições de viagens, verificaram-se atrasos nas reformas da EMAE e na elaboração de um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da UE para facilitar a retoma do turismo.

O apoio do FMI continua a ser importante para superarmos os tremendos desafios que teremos pela frente. Consideramos que as políticas delineadas nos MPEF de outubro de 2019, julho de 2020, fevereiro de 2021 e agosto de 2021 e no MPEF complementar em anexo são adequadas para concretizar os objetivos do programa. Estamos prontos para tomar medidas adicionais, caso seja necessário, para atingir os objetivos do programa económico e iremos consultar antecipadamente o FMI sobre as revisões necessárias às políticas descritas na presente carta e no MPEF em anexo, em conformidade com as políticas do FMI sobre o processo de consulta. Também iremos consultar antecipadamente o corpo técnico do FMI sobre os termos de eventuais financiamentos externos não concessionais, para assegurar que estes não comprometem a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento. Além disso, comprometemo-nos a: i) não impor ou intensificar quaisquer restrições cambiais à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes, ii) não impor ou intensificar restrições às

importações para efeitos da balança de pagamentos, iii) não introduzir ou alterar práticas de taxas de câmbio múltiplas ou iv) não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VII do Convénio Constitutivo do FMI, que são um critério de desempenho contínuo ao abrigo do acordo da ECF.

Em linha com este compromisso para com a transparência e prestação de contas, o Governo autoriza o FMI a publicar a presente carta, os respetivos anexos bem como o relatório do corpo técnico, incluindo no sítio Web do FMI, em conformidade com os procedimentos do FMI, após a aprovação do pedido pelo Conselho de Administração do FMI.

Atenciosamente,

/s/

Engrácio do Sacramento Soares da Graça,
Ministro do Planeamento, Finanças e
Economia Azul

/s/

Américo Soares de Barros,
Governador do Banco Central de São Tomé
e Príncipe

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Complementar para 2022

INTRODUÇÃO

1. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementar atualiza os MPEF aprovados pelo Conselho de Administração do FMI em 2 de outubro de 2019, 27 de julho de 2020, 26 de fevereiro de 2021 e 27 de agosto de 2021. Neste MPEF, passamos em revista a evolução económica recente e o desempenho ao abrigo do programa apoiado pela ECF, avaliamos as perspetivas e os riscos para a economia e definimos as nossas políticas macroeconómicas para 2022 e anos subsequentes, tendo em consideração as dificuldades de implementação de novas medidas de políticas devido à pandemia da Covid-19 e ao impacto das enxurradas no final de dezembro de 2021.

2. São Tomé e Príncipe tem registado progressos consideráveis ao abrigo da ECF para preservar a sustentabilidade orçamental e externa, bem como para fomentar o desenvolvimento, em plena pandemia da Covid-19. Apesar da difícil conjuntura, suplantámos a meta do défice primário interno para o final de junho de 2021. Também cumprimos outros CDQ para o final de junho de 2021, à exceção do CDQ relativo às RIL, que não foi cumprido por uma pequena margem devido a desembolsos aquém das expectativas e maiores pagamentos relacionados com o petróleo à ENCO por via da subida dos preços dos combustíveis a nível internacional. Devido a problemas de liquidez, também se registou um incumprimento temporário do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos no valor de 0,3 milhões de USD em setembro, que foram totalmente pagos em outubro de 2021. Devido a limitações em termos de capacidade e à pandemia da Covid-19, registámos atrasos na implementação de indicadores de referência estruturais, embora se tenham verificado alguns progressos.

3. Tendo em conta os importantes desafios em termos sanitários, sociais e económicos, continuamos empenhados nos objetivos do programa apoiado pela ECF. O apoio contínuo do FMI e dos parceiros de desenvolvimento ajudou-nos a gerir as nossas necessidades de financiamento externo à luz da pandemia da Covid-19. Concebemos o nosso Plano Nacional de Vacinação (PNV) e pretendemos vacinar mais de 70% da população até meados de 2022, com o apoio da iniciativa COVAX e do Banco Mundial. Até ao final de janeiro de 2022, já vacinámos 40,6% da população com, pelo menos, uma dose, sendo que 28% já tem as duas doses. Continuamos a lidar com as consequências económicas, sanitárias e sociais da pandemia, que foram agravadas pelos prejuízos provocados pelas enxurradas no final de dezembro de 2021.

4. Iremos continuar a ancorar o programa da ECF no nosso Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS). Em estreita parceria com o PNUD, completámos o PNDS, a estratégia nacional para a redução da pobreza e o crescimento económico a médio prazo para o período 2020-24. Desde o seu lançamento no início de 2020, um segundo plano designado Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face à Covid-19 (PNARME) para a Covid-19

para o período 2020 – 2022 tem estado a ser preparado e define as prioridades de políticas colocando a tónica na melhoria dos cuidados de saúde e da proteção social. Estes dois documentos apoiam o desenvolvimento da nossa visão de desenvolvimento a longo prazo, que serve de quadro estratégico para os nossos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento a médio prazo. Estes dois planos constituem a base para a nossa Estratégia de Redução da Pobreza e Crescimento (ERPC).

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

5. A fraca procura externa e as medidas de contenção da Covid-19 continuam a criar excecionais necessidades de financiamento externo e orçamentais.

- Apoiado pela despesa pública, o crescimento em 2021 deverá situar-se em 1,8%, o que representa uma descida face a 3% em 2020. O crescimento deverá cifrar-se em cerca de 2,3% em 2022, o que configura uma revisão em baixa em relação à anterior projeção de 2,8%, refletindo o impacto recente das inundações, as transferências contínuas para as famílias vulneráveis e a reconstrução de infraestruturas críticas.
- Em 2021, o financiamento sob a forma de donativos registou uma quebra face a 2020. Acomodámos despesas relacionadas com a Covid-19 e despesas sociais, ao mesmo tempo que implementámos medidas de contenção de outras despesas para compensar o défice nas receitas fiscais. Como resultado, o saldo primário interno (SPI) deverá situar-se em -3,3% do PIB, um valor semelhante ao de 2020.
- O défice de conta corrente permaneceu em torno de 10% em 2021, refletindo os aumentos das importações de combustível e uma lenta recuperação do turismo. As reservas internacionais brutas, excluindo a CNP, atingiram 75 milhões de USD, impulsionadas pelos desembolsos externos e pela alocação geral de DSE do FMI.
- Com a recente avaliação do volume da dívida pública, a dívida pública em 2021 deverá subir para 95,6% do PIB¹, refletindo, em larga medida, o desempenho orçamental.

6. Dois dias de chuvas torrenciais em 28 e 29 de dezembro de 2021 provocaram inundações e prejuízos infraestruturais, num valor avaliado em cerca de 37,5 milhões de USD.

O Estado de Emergência foi prorrogado até 15 de fevereiro de 2022. Os parceiros de desenvolvimento estão a contribuir para a prestação de ajuda de emergência e apoio social às famílias afetadas. Os parceiros de desenvolvimento estão também a mobilizar financiamento sob a forma de donativos destinado aos trabalhos de reconstrução, realocando e disponibilizando os fundos não desembolsados ao abrigo dos seus compromissos para projetos nos setores das infraestruturas e dos transportes. Estão em curso esforços de coordenação para validar, priorizar e

¹ Este *stock* da dívida pública exclui os atrasados antigos pré-HIPC a Angola (36 milhões de USD) e os atrasados antigos pré-HIPC a Itália (24,3 milhões de USD). Também exclui a dívida em litígio à Nigéria (30 milhões de USD), uma vez que não existe um contrato assinado entre os dois países.

definir o âmbito dos projetos de reconstrução seguindo os respetivos procedimentos de implementação de projetos.

7. Ainda que a pandemia e as condições macroeconómicas incertas tenham afetado negativamente o setor bancário em 2020, as condições do setor financeiro estabilizaram em 2021. Os bancos continuam devidamente capitalizados e o crédito malparado do sistema, embora se situe ainda em níveis elevados (cerca de 28% no 4T de 2021), assinalou uma descida face a 29,6% no 4T de 2020. O crescimento do crédito ao setor privado manteve-se baixo, não obstante a ampla liquidez.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

8. Registámos progressos firmes ao abrigo do programa da ECF em 2021. Cumprimos quatro de cinco CDQ e três de quatro metas indicativas (MI) para o final de junho de 2021. Embora as receitas fiscais tenham ficado aquém da MI para o final de junho de 2021 devido a um abrandamento das cobranças no contexto de falhas de energia, a despesa não prioritária foi contida e cumprimos o CDQ relativo ao SPI. Também cumprimos o CDQ relativo ao financiamento bancário líquido para o final de junho de 2021, mas falhámos a meta das RIL por uma pequena margem, devido a desembolsos aquém das expectativas. De acordo com os dados preliminares, o desempenho do programa para o final de setembro e dezembro de 2021 manteve-se, em geral, no bom caminho. Contudo, verificou-se um incumprimento temporário do CD contínuo relativo à não acumulação de atrasados externos, que foram totalmente pagos em outubro de 2021.

9. A pandemia atrasou as reformas estruturais. Publicámos os relatórios mensais de despesa Covid-19 e os contratos públicos com atraso. Além disso, no que toca a estes contratos, publicámos informações sobre os beneficiários efetivos e preparámos uma nova Lei de Contratação Pública que prevê requisitos de comunicação das informações sobre os beneficiários efetivos (BE). Deparámo-nos com atrasos no envio do projeto de Lei Orgânica do BCSTP para a Assembleia Nacional, na revisão da Lei das Instituições Financeiras, na implementação do plano de reformas para a EMAE e o setor da energia e na definição da estratégia para retirar o país da lista negra de segurança aérea da UE.

PERSPETIVA, RISCOS AND ESTRATÉGIA

10. As perspetivas para 2022 continuam complicadas, tendo sido agravadas pelos prejuízos provocados pelas enxurradas. Antecipamos mais pressões do lado orçamental e da conta externa, à medida que procuramos apoio financeiro para a reconstrução de infraestruturas críticas. A recuperação económica irá depender da prontidão dos compromissos de apoio financeiro (donativos) dos nossos parceiros de desenvolvimento. O PIB real deverá crescer para cerca de 2,3% em 2022, uma revisão em baixa face às projeções anteriores, antes de estabilizar em torno dos 4% a médio prazo. Neste contexto, prevemos que o défice orçamental primário se aproxime de uma situação de quase equilíbrio em 2024 e que a dívida pública permaneça numa trajetória descendente. As enxurradas deverão provocar atrasos na melhoria da conta corrente em 2022. A médio prazo, a consolidação orçamental, a recuperação das receitas do turismo e as reformas do

setor energético que depende do petróleo iriam melhorar o saldo da conta corrente e as reservas internacionais.

11. O país continua numa situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos pós-HIPC de longa data que estamos a tentar regularizar. Prevemos que o valor atual (VA) do total da dívida pública e com garantia pública (PGP)² fique abaixo dos limiares da análise da sustentabilidade da dívida (ASD) associado a uma fraca capacidade de endividamento (abaixo de 35% do PIB) até 2026. Continuamos ativamente envolvidos em conversações com Angola (4,8 milhões de USD), o Brasil (4,3 milhões de USD) e a Guiné Equatorial (1,7 milhões de USD) para regularizar os atrasados externos pendentes (2,2% do PIB). Foi alcançado um acordo com o Governo do Brasil, que carece ainda de ratificação pelo Senado brasileiro. As negociações com Angola e a Guiné Equatorial estão a avançar, tendo sido concluídos as etapas técnicas técnicas, faltando agora a assinatura dos acordos. Em 2019, também chegámos a acordo com o Governo de Angola e a EMAE para o pagamento dos atrasados à ENCO em termos concessionais, aliviando significativamente o fardo da dívida em termos do valor atual da dívida.

12. As perspetivas estão sujeitas a incertezas e riscos descendentes significativos. O impacto da atual e das futuras vagas da pandemia e das catástrofes naturais apresentam desafios aos meios de subsistência, ao crescimento e à estabilidade. Outros riscos descendentes incluem o aumento dos preços dos combustíveis o que poderá agravar as falhas de energia, a inflação e a diminuição das receitas, o menor espaço orçamental para atender às necessidades sociais e de desenvolvimento devido aos atrasos nas reformas do lado das receitas, aos donativos atrasados ou insuficientes por parte dos doadores e aos atrasados nas reformas da EMAE. As perspetivas dependem de um contínuo e maior apoio sob a forma de donativos por parte dos doadores externos a fim de manter a estabilidade da dívida e providenciar os recursos financeiros necessários para atender às necessidades existentes, bem como às novas necessidades resultantes das recentes chuvas torrenciais. Assim, é necessária uma implementação firme do programa da ECF para catalisar mais financiamento bilateral e multilateral. Do lado ascendente, a aceleração das reformas e dos principais projetos de desenvolvimento de infraestruturas pode contribuir para um crescimento mais forte a médio prazo.

13. À luz deste contexto, continuamos empenhados em preservar os feitos alcançados até à data e em implementar as políticas acordadas ao abrigo do programa, ao mesmo tempo que damos resposta aos desafios colocados pela pandemia e as recentes chuvas torrenciais. A nossa estratégia tem como prioridade: preservar a sustentabilidade da dívida, salvaguardar a estabilidade financeira e acelerar as reformas no setor energético para apoiar o crescimento e as vulnerabilidades externas.

² Exclui a dívida à ENCO e a dívida da EMAE à ENCO.

OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2022

Os nossos objetivos de políticas estão centrados em: i) atender às necessidades sociais prementes relacionadas com a pandemia e as enxurradas, ii) continuar a nossa estratégia de consolidação orçamental gradual para preservar a sustentabilidade da dívida e reforçar mais os buffers externos, iii) manter elevados padrões de transparência e prestação de contas, incluindo a respeito da despesa relacionada com a Covid-19, iv) desenvolver instrumentos de política monetária e manter uma orientação de política monetária que suporte o regime de paridade cambial, v) salvaguardar a estabilidade financeira e vi) concretizar o potencial de crescimento da economia mediante a reforma do setor da energia, o fomento do setor do turismo e a adaptação às alterações climáticas.

A. Política orçamental e transparência

14. As nossas prioridades são vacinar e proteger a população da pandemia, bem como iniciar as obras de reconstrução no seguimento das enxurradas. Tencionamos continuar com programas sociais direcionados para proteger as pessoas mais vulneráveis, apoiar os desempregados, manter os incentivos para as empresas reterem os empregados e implementar medidas de distanciamento social. Ao mesmo tempo, iremos iniciar os trabalhos de reconstrução das estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água que foram destruídas pelas enxurradas.

15. Estamos determinados em cumprir a meta do SPI para o final de junho de 2022. Iremos manter as despesas dentro dos limites do orçamento de 2022. Neste contexto, iremos introduzir medidas adicionais do lado da receita em 2022, e iremos dar prioridade às despesas de investimento para que seja possível concretizar a meta do SPI para o final de junho. Além disso, caso as receitas fiquem aquém do previsto, iremos cortar nas despesas administrativas não essenciais. Para apoiar as receitas no que resta de 2022, planeamos introduzir o IVA em setembro de 2022.

16. Assumimos o compromisso de cumprir a meta de 2,8% do PIB para o SPI de 2022, refletindo os nossos esforços de reconstrução relacionados com as inundações. As despesas relacionadas com a Covid-19 manter-se-ão em 2022 e espera-se que sejam suprimidas gradualmente à medida que a crise sanitária se dissipa. Para concretizar os nossos objetivos de política, vamos adotar as seguintes ações e medidas:

- Introduzir o IVA a uma taxa de 15% até setembro de 2022 (**indicador de referência estrutural**).
- A Direção dos Impostos irá validar o primeiro módulo do sistema informático do IVA para o registo dos contribuintes (**ação prévia**).
- As Direções dos Impostos e das Alfândegas irão celebrar memorandos técnicos sobre a aplicabilidade da Lei do IVA nas alfândegas, que serão materializados sob a forma de um despacho ministerial (**ação prévia**).
- Arrecadação de atrasados fiscais (30,56 milhões de dobras).
- Sobretaxa sobre as bebidas alcoólicas (16 milhões de dobras).
- Introdução de uma taxa aeroportuária de 20 euros por passageiro (7 milhões de dobras).

- Para manter os gastos com pessoal dentro dos limites da despesa, foi publicado um despacho ministerial em fevereiro de 2022 que congela as novas contratações no setor público.
- Medidas de contingência para reduzir os custos administrativos em cerca de 20% caso as receitas não se materializem, incluindo despesas com bens e serviços, viagens e outras rubricas de despesas não essenciais.
- Continuar a usar o mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis e manter os preços a retalho dos combustíveis alinhados com os mercados internacionais (IRE contínuo) a fim de impedir subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais.

17. A médio prazo, iremos prosseguir a implementação das políticas acordadas ao abrigo do programa para alcançar uma posição de SPI equilibrada até 2024. Para atingir este objetivo, tencionamos adotar políticas em matéria de salários e emprego a fim de reduzir gradualmente os gastos com pessoal (como percentagem do PIB) ao longo do tempo e manter outras despesas correntes sob controlo. Os empréstimos externos teriam um limite e restringir-se-iam a empréstimos em condições concessionais apenas para reduzir as vulnerabilidades da dívida. Em caso de materialização dos riscos descendentes, estamos prontos para tomar medidas de contingência a fim de preservar a sustentabilidade da dívida, inclusive através da recalibração dos esforços orçamentais e da melhoria da matriz de financiamento. Para concretizar os nossos objetivos de política, vamos adotar as seguintes ações e medidas no exercício de 2022 e anos subsequentes:

- Reduzir a massa salarial para perto de 10% do PIB, continuando nos exercícios de 2023-24 as políticas atuais de suspensão dos ajustamentos indexados à inflação, bem como limitando a contratação de novos funcionários a fim de manter o número total de funcionários públicos em grande medida inalterado ao longo do tempo através da diminuição natural do pessoal e da reforma da administração pública. Iremos fornecer ao FMI atualizações trimestrais sobre o número total de funcionários públicos desagregado pelos principais setores, incluindo educação, saúde e defesa.
- Manter as transferências e outras despesas correntes (incluindo despesas consignadas dos serviços de cobrança) constantes em termos nominais em 2023 e conter o aumento, de um modo geral, em linha com o crescimento do PIB. A este respeito, o Governo não irá autorizar que as entidades públicas contraíam empréstimos para compensar a redução das transferências do Tesouro.

18. Registámos progressos na adoção dos quadros jurídicos complementares necessários à introdução do IVA. Em novembro de 2021, o Presidente promulgou os regulamentos relativos ao reembolso do IVA que também foram harmonizados com a legislação relativa aos impostos especiais de consumo. Também estamos a trabalhar na adaptação do decreto relativo ao imposto de selo de modo a que esteja totalmente alinhado com o IVA. Além disso, as Direções dos Impostos e das Alfândegas irão celebrar memorandos técnicos sobre a aplicabilidade da Lei do IVA nas alfândegas, que serão materializados sob a forma de um despacho ministerial (**ação prévia**). Também iremos realizar uma campanha de sensibilização e comunicação sobre o IVA até junho de 2022 (**novo indicador de referência estrutural**).

19. Estão em curso as preparações do sistema informático para a introdução do IVA em setembro de 2022 (indicador de referência estrutural). Assinámos recentemente um contrato com a empresa de software para a implementação do sistema informático do IVA na Direção dos Impostos, com o apoio do Banco Mundial. O contrato inclui um Plano de Governação do Projeto do IVA, que abrange a estrutura de gestão, o pessoal, as suas respetivas funções, responsabilidades e funções empresariais, nomeadamente no que diz respeito à gestão da empresa informática privada. Em dezembro de 2021, publicámos o despacho ministerial 89/2021 que estabelece o comité de governação do projeto e o comité técnico para apoiar a implementação do projeto informático do IVA. O comité de governação realizou a sua primeira reunião em janeiro de 2022 e aprovou o plano de atividades do projeto, que inclui uma sequência detalhada de passos para assegurar a conclusão do projeto informático do IVA até agosto de 2022. Relativamente ao próximo passo previsto no plano de atividades, a Direção dos Impostos irá validar o primeiro módulo do sistema informático do IVA para o cadastro dos contribuintes (**ação prévia**).

20. Continuamos a proceder ao reforço da administração fiscal. No seguimento da assistência do FMI, as ações incluem: i) a reorganização da Direção dos Impostos (DI) para melhorar a gestão e o planeamento estratégico centrados no cumprimento fiscal, ii) a adoção de práticas modernas de gestão do risco de conformidade, incluindo programas de auditoria que utilizam informações de terceiros e iii) a reformulação global do quadro de monitorização do desempenho, incluindo indicadores de desempenho essenciais e programas de bónus. Além disso, em função da disponibilidade de recursos dos parceiros de desenvolvimento, pretendemos realizar uma abrangente avaliação da administração tributária (TADAT, na sigla em inglês) sobre as nossas atuais práticas de administração de receitas, antes do final de 2022.

21. Começámos a publicar estatísticas detalhadas sobre a cobrança de impostos em abril de 2021 e vamos acompanhar de perto os contribuintes para assegurar a cobrança atempada de impostos. Iremos aplicar na íntegra os procedimentos judiciais e administrativos existentes para assegurar que os pagamentos são realizados, sobretudo no que toca os grandes contribuintes. Iremos melhorar o acesso da Direção dos Impostos a fontes de dados terceiros, o que permitirá fazer o cruzamento das informações fiscais e aumentar as capacidades de análise dos dados captados pelo e-Fatura, a fim de reforçar os controlos de registo, declaração, pagamento e comunicação das obrigações fiscais. Além disso, continuaremos a dar formação ao pessoal a fim de reforçar as competências dos auditores com um enfoque nos setores das telecomunicações, banca e seguros. Por fim, estamos empenhados em recuperar as obrigações fiscais dos grandes contribuintes que suspenderam os seus pagamentos fiscais durante a crise.

22. O Governo está empenhado em prosseguir com o reforço dos sistemas de gestão das finanças públicas e reduzir a acumulação de novos atrasados internos. As reformas específicas incluem:

- 1) *Melhoria das projeções do quadro macro-orçamental (receitas e despesas).* Com a assistência do FMI, desenvolvemos recentemente um manual metodológico para reforçar as previsões macro-orçamentais e iremos implementar, de forma gradual, o manual a fim de reforçar a nossa capacidade de previsão de receitas. Além disso, pela primeira vez, incorporámos nos

documentos do Orçamento de Estado de 2022 as projeções para o quadro orçamental a médio prazo (QOMP) com um horizonte temporal de três anos.

- 2) *Reforço do mecanismo de coordenação de gestão de tesouraria.* O Tesouro, o BCSTP e o Gabinete da Dívida assegurarão o planeamento adequado do serviço da dívida e outras necessidades de financiamento, em consonância com o orçamento, o fluxo de caixa do Tesouro e o fluxo de caixa em divisas do BCSTP. Para tal, publicámos o calendário de leilões de bilhetes do Tesouro em fevereiro de 2022.
- 3) *Reforço do controlo da despesa, evitando a acumulação de atrasados e atualizando o plano de regularização dos atrasados para cobrir todos os atrasados internos.* No orçamento de 2023, também iremos implementar um mecanismo de limite dos compromissos para gerir as despesas na fase de cabimentação em determinados ministérios que realizam despesa, cobrindo na fase piloto todas as agências que fazem despesa, exceto os ministérios da Educação, Saúde, Defesa e Justiça. No âmbito do projeto-piloto, iremos elaborar limites de cabimentação trimestrais para apoiar o mecanismo de controlo dos compromissos nos ministérios abrangidos pelo projeto-piloto. Este projeto-piloto será gradualmente expandido a todos os ministérios setoriais e agências que fazem despesa.
- 4) *Melhoria do relato orçamental e reforço da consistência dos dados orçamentais acima e abaixo da linha.* Iremos continuar a enviar ao FMI a TOFE mensal (Tabela de Operações Financeiras do Estado) até ao 21.º dia do mês seguinte. Além disso, durante 2022, iremos continuar os esforços de reconciliação dos dados financeiros com o BCSTP pelo menos numa base trimestral e procurar assistência, se necessário.
- 5) *Reforço da aplicação das leis de contratação pública a fim de aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir as vulnerabilidades à corrupção.* Com o apoio do Banco Mundial e do FMI, redigimos uma nova Lei da Contratação Pública a fim de incluir a contratação eletrónica, questões em matéria de sustentabilidade, ambiente, questões sociais e de higiene; contratos-quadro; o mecanismo de apresentação de reclamações; e a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos. Durante 2022, continuaremos a dar passos com vista à adoção da nova Lei da Contratação Pública, que inclui disposições relativas a informações sobre os beneficiários efetivos, e ao reforço da transparência dos contratos públicos e documentos de suporte.

23. O reforço da transparência orçamental continua a ser a nossa principal prioridade (indicador de referência estrutural):

- Desde novembro de 2020, publicámos no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf) os contratos de compras públicas e os relatórios mensais das despesas relativas à Covid-19. Relativamente às empresas às quais foram adjudicados contratos públicos, que foram publicados no sítio Web do ministério, também publicámos as informações sobre os beneficiários efetivos e estamos a trabalhar no sentido de melhorar a Lei de Contratação Pública para permitir a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem são adjudicados contratos públicos. As publicações registaram atrasos no segundo semestre de 2021 devido a dificuldades operacionais, mas retomámos a publicação regular destes documentos em fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2022, foi publicado o

relatório sobre as despesas relacionadas com a Covid-19 de agosto a dezembro de 2021, juntamente com uma série de contratos públicos (cerca de 40% dos quais sem qualquer objeção por parte do COSSIL).

- Estamos empenhados em continuar a aplicar estes elevados padrões de transparência. Como tal, iremos publicar no sítio Web do MdF: i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019), e iii) a validação *ex post* da execução dos contratos – todos i) a iii) a publicar no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis e iv) os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias; assim como informações sobre a propriedade e quaisquer informações disponíveis sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem são adjudicados contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos) no prazo de duas semanas.
- Com o apoio do FMI e do Banco Mundial, finalizámos a revisão da nova Lei da Contratação Pública, que inclui requisitos de comunicação de informações sobre os beneficiários efetivos (BE). O projeto de lei está atualmente a ser examinado pelo Governo e irá permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos.
- Por fim, no âmbito da sua auditoria às contas financeiras do Estado, o Auditor Geral irá publicar o relatório de auditoria da despesa efetuada em 2020 relacionada com a Covid-19 até ao final de abril de 2022. A auditoria foi concluída em dezembro de 2021 e o Auditor Geral está neste momento a recolher os contributos dos setores para finalizar o relatório de auditoria, que será aprovado pelo Conselho do Auditor Geral para em seguida ser remetido à Assembleia Nacional e ser publicado.
- Atualmente, não dispomos de um sistema integrado e todos os documentos dos contratos são coligidos manualmente. Por conseguinte, devido a estas questões operacionais, a nossa agência de contratação pública (o COSSIL) tem dificuldades em aceder, atempadamente, aos contratos assinados pelos ministérios setoriais. Estamos a trabalhar com o Banco Mundial para desenvolver um sítio Web para o COSSIL, o que irá agilizar a publicação dos documentos dos concursos públicos e facilitar a gestão e a transparência dos contratos públicos.

24. Saudamos a alocação geral de DSE do FMI em agosto de 2021 e a recente prorrogação final da DSSI até dezembro de 2021, que concedeu um alívio temporário complementar.

Utilizámos o equivalente a 10 milhões de USD (cerca de metade) da alocação para o financiamento do orçamento em 2021. Para tal, em setembro de 2021, o MdF e o BCSTP celebraram um contrato de reempréstimo no valor de 10 milhões de USD (207,2 milhões de dobras) para atender às necessidades de despesa relacionadas com a pandemia, às reparações da rede elétrica e às renovações dos hospitais, escolas e estradas. À luz do Estado de Emergência declarado devido às inundações e caso se verifiquem atrasados nos desembolsos previstos, pretendemos utilizar 2,3 milhões de USD da restante alocação de DSE em 2022.

B. Política monetária, reservas em moeda estrangeira e salvaguardas

25. Continuamos empenhados em melhorar o nosso quadro de política monetária para apoiar o regime de paridade cambial, nomeadamente através de uma gestão ativa da liquidez.

O BCSTP dispõe de um vasto conjunto de ferramentas para ajudar a gerir a liquidez e tem emitido Certificados de Depósito (CD) todos os meses ao longo de 2021 para enxugar o excesso de liquidez e apoiar a paridade cambial. Eliminámos as restrições ao montante e frequência de acesso à Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez e alargámos o nosso quadro de previsão de liquidez a um mês, utilizando dados históricos. As reservas mínimas de caixa em moeda nacional e moeda estrangeira permaneceram em 18% e 21% respetivamente durante 2021.

26. Para melhorar a gestão da política monetária, continuaremos a consolidar a coordenação das políticas monetária e orçamentais. Os constrangimentos em termos de recursos humanos e as restrições de trabalho relacionadas com a pandemia durante 2021 continuaram a dificultar os nossos esforços para reconciliar os dados trimestrais monetários e de tesouraria sobre o financiamento do orçamento. Em 2021, concluímos a reconciliação do financiamento do orçamento de 2020 e do primeiro e segundo trimestres de 2021, e daremos continuidade a esta prática de reconciliações regulares.

27. Conforme consta na Carta de Intenções, não introduziremos regulamentos nem práticas que possam conduzir à introdução de novas e à intensificação/alteração das restrições cambiais/prática de taxas de câmbio múltiplas. Tentaremos obter a aprovação do FMI para as restrições cambiais existentes e a prática de taxas de câmbio múltiplas e consultaremos o FMI aquando da revisão dos regulamentos ou leis relevantes.

28. O Banco Central está empenhado numa boa governação e transparência e em reforçar a sua independência, controlos internos, e capacidade de supervisão:

- 1) *Submissão do projeto de Lei Orgânica à Assembleia Nacional.* Elaborámos a nova Lei Orgânica do BCSTP, apoiada pela AT do FMI, para melhorar as disposições de autonomia e governação e aumentar a supervisão independente do nosso Banco Central. Este indicador de referência estrutural para final setembro de 2021 foi adiado para harmonizar este projeto de lei com a Lei das Instituições Financeiras e a Lei Cambial. Após a referida harmonização, o projeto de Lei Orgânica foi enviado ao Governo no dia 28 de janeiro de 2022 e submetido à Assembleia Nacional no dia 18 de fevereiro de 2022 (**ação prévia**) (indicador de referência estrutural do final setembro de 2021, adiado).
- 2) *Implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).* A assistência técnica do Banco do Brasil sobre as IFRS foi sucessivamente adiada em 2020 devido à pandemia. Solicitámos assistência técnica ao FMI em dezembro de 2021 de modo a obtermos progressos nesta frente.
- 3) *Auditoria às demonstrações financeiras:* A auditoria externa de 2020 às demonstrações financeiras do BCSTP foi adiada devido à pandemia. No entanto, os auditores externos começaram a auditoria em janeiro de 2022 e esperamos que esteja concluída até ao final de

abril de 2022. Planeamos partilhar então as contas auditadas e a carta de auditoria que as acompanha com o FMI.

- 4) *Resolução das dívidas antigas.* Concluiremos um memorando de entendimento entre o MdF e o BCSTP sobre as dívidas antigas do Governo até final de abril de 2022. Em 25 de janeiro de 2022, o BCSTP enviou um projeto de acordo ao MdF para que seja analisado.
- 5) *Reforma da Lei das Instituições Financeiras.* Estamos na fase final de preparação de um projeto de Lei das Instituições Financeiras, apoiado pela assistência técnica do FMI, para reforçar a regulação bancária e o quadro jurídico de supervisão. Os constrangimentos relacionados com a capacidade e a pandemia atrasaram a conclusão do indicador de referência estrutural, que deveria ter sido submetido ao Governo até ao final de dezembro de 2021. Planeamos concluir o projeto de lei até ao final de março, e depois dos acertos com a equipa de assistência técnica do FMI, enviá-lo ao Governo até ao final de junho de 2022.
- 6) *Manutenção da filiação no GIABA.* Iremos manter a filiação do país no Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), contactando o Secretariado do GIABA e mantendo o pagamento das contribuições em dia. A perda da qualidade de membro do GIABA tem como consequência a inclusão na lista pública do GAFI, o que provocaria danos à reputação e perda potencial das relações com bancos correspondentes.
- 7) *Implementação das recomendações de salvaguardas.* Estamos empenhados em implementar as recomendações de salvaguardas pendentes, nomeadamente ultimar e enviar a Lei Orgânica à Assembleia Nacional (ação prévia), implementar as Normas Internacionais de Relato Financeiro com AT do FMI, concluir a auditoria de 2020 às demonstrações financeiras do BCSTP, melhorar a capacidade de auditoria interna, finalizar o memorando de acordo sobre a dívida antiga do Governo e concluir a redação da Lei das Instituições Financeiras e enviá-la ao Governo. Para o efeito, fornecemos ao FMI um cronograma atualizado e comprometemo-nos a fornecer regularmente atualizações e documentação sobre o estado das recomendações pendentes.

C. Política do setor financeiro

29. Não obstante a pandemia ter afetado negativamente a qualidade dos ativos dos bancos em 2020, o impacto da Covid-19 no setor financeiro ainda não foi totalmente determinado. O rácio de crédito malparado do sistema diminuiu de 29,6% no quarto trimestre de 2020 para cerca de 28,6% no quarto trimestre de 2021, não obstante o termo da moratória de pagamento de créditos no final de junho de 2021. Para além disso, o nível de provisionamento no setor bancário rondava os 90% no final de 2021. Com a aprovação de dois novos regulamentos publicados em outubro 2021 prevemos uma maior redução do rácio do crédito malparado. O primeiro regulamento sobre a Classificação dos Ativos e Provisão exige aos bancos que as exposições classificadas na categoria de “Perda” devem ser abatidas como prejuízo após decorridos 12 meses desde a sua classificação na referida categoria. O segundo regulamento sobre a Adequação de Fundos Próprios visa garantir que os bancos mantêm níveis adequados de fundos próprios, de acordo com as normas internacionais. Os bancos terão seis meses (até abril de 2022) para dar cumprimento a estes novos regulamentos. O crescimento do crédito ao setor privado ainda é baixo, não obstante a ampla liquidez.

30. Estamos a tomar medidas para melhorar a capacidade de realização de testes de stress para controlar a qualidade dos ativos dos bancos e reforçar a estabilidade financeira. No âmbito do nosso compromisso de desenvolvimento das capacidades, estamos a realizar testes de *stress* às carteiras de crédito dos bancos para avaliar a solidez dos bancos. Também estamos empenhados em realizar um teste de *stress* adicional às carteiras de crédito dos bancos para projetar o provável impacto da Covid-19 nos resultados e solvabilidade dos bancos (indicador de referência estrutural para final de dezembro de 2021). A conclusão dos testes de *stress* foi adiada, pois o termo da moratória de pagamento de crédito foi em junho de 2021 e espera-se que sejam concluídos até ao final de fevereiro de 2022.

31. Os esforços para reforçar a capacidade de supervisão abrandaram devido aos constrangimentos relacionados com a pandemia. Com o apoio da assistência técnica do AFRITAC, concluímos a redação do Manual de Supervisão Bancária. Contudo, o pessoal do BCSTP não conseguiu testar no terreno o Manual de Classificação do Risco devido a medidas de confinamento relacionadas com a pandemia.

32. Continuamos a envidar esforços para concluir a liquidação de três bancos, mas enfrentamos desafios, nomeadamente devido à falta de um quadro jurídico moderno e à pandemia.

- Relativamente ao **Energy Bank**, o Conselho de Administração do BCSTP decidiu, em 11 de janeiro de 2022, cancelar a autorização de funcionamento do Energy Bank com efeito a partir de 17 de janeiro de 2022, na sequência de tentativas infrutíferas de implementar medidas de saneamento e de resolução.
- O processo de liquidação do **Banco Equador** está em curso. O liquidatário confirmou que o processo de submissão dos processos dos devedores ao tribunal está em curso, muito embora a limitação de recursos humanos e um quadro jurídico complexo continuem a suscitar desafios. Os tribunais e o liquidatário concederam um incentivo aos devedores para liquidarem na totalidade as suas dívidas com um desconto de quarenta por cento, que expirou no final de dezembro de 2021 e foi prorrogado até 31 de março de 2022. Apesar dos descontos também atribuídos aos edifícios, a sua venda não se concretizou. Pretendemos acelerar o processo de liquidação e concluí-lo em 2022.
- Quanto ao **Banco Privado**, está em curso um processo de negociação dos ativos entre os acionistas e o Conselho de Administração do BCSTP.

33. Melhorar o acesso das PME ao financiamento, e a inclusão financeira em geral, continuam a ser áreas chave. Implementamos a linha de crédito (3 milhões de USD) para ajudar a aumentar o acesso das PME ao financiamento em 2021, com o apoio do BAfD. Em resposta às enxurradas, estamos a elaborar um decreto para disponibilizar uma linha de crédito de 3 milhões de USD às PME afetadas.

Restrições cambiais

34. Solicitamos uma nova aprovação temporária ao Conselho de Administração do FMI para as restrições cambiais e uma prática de taxas de câmbio múltiplas ao abrigo do Artigo VIII. Como a anterior aprovação destas medidas concedida pelo Conselho de Administração do FMI expira em fevereiro de 2022 ou durante a atual consulta ao abrigo do Artigo IV, o que ocorrer primeiro, solicitamos, portanto, uma prorrogação adicional de um ano destas medidas. As ações propostas realizadas no âmbito do programa apoiado pela ECF ajudarão a garantir a estabilidade do regime de paridade cambial, apoiando ao mesmo tempo a eliminação das restrições cambiais, e é necessária uma extensão, pois estas políticas ainda estão a ser implementadas. As medidas, necessárias e temporárias, que dão origem às restrições cambiais são impostas para efeitos da balança de pagamentos e a medida, temporária e não discriminatória, relacionada com a prática de taxas de câmbio múltiplas é imposta para efeitos da balança de pagamentos.

D. Dívida externa

35. Tendo em conta o elevado nível da dívida, continuaremos a contrair empréstimos de forma cautelosa. Continuaremos a recorrer a financiamento sob a forma de donativos e a contrair empréstimos apenas em condições concessionais. A continuação da reforma da EMAE (ver §41-43) irá reduzir o passivo orçamental. Todas estas medidas irão assegurar que o valor atual da dívida pública em relação ao PIB ficará abaixo do limiar de elevado risco de sobre-endividamento (consultar tabela de Plano de Endividamento). Envidaremos esforços para manter os desembolsos de dívida externa abaixo de 2% do PIB e limitar a contração de novos empréstimos a 3% do PIB. Estes parâmetros serão ajustados de acordo com a evolução da vulnerabilidade da dívida. Também continuamos ativamente a encetar contactos com os credores bilaterais de forma a regularizar as dívidas pós-HIPC.

36. O Governo está a implementar medidas para reforçar a gestão da dívida. No seguimento das principais recomendações da avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA), publicámos uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo. Com o apoio do Banco Mundial, estamos a criar uma base de dados sobre a dívida que irá melhorar a nossa capacidade de realizar projeções do serviço da dívida e análises de risco, assim como comunicar informação pormenorizada sobre o volume da dívida. Assim que a nova base de dados esteja pronta atualizaremos a nossa estratégia da dívida pública. A missão de assistência técnica do FMI em curso sobre estatísticas da dívida do setor público será também muito útil para melhorar ainda mais as estatísticas da dívida.

E. Gestão dos riscos fiscais das empresas públicas deficitárias

37. Temos recorrido ao mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis para evitar subsídios implícitos à ENCO e gerar receitas orçamentais. Desde o início de 2020, São Tomé e Príncipe tem beneficiado dos baixos preços internacionais dos combustíveis e das entradas cumulativas de receitas devido ao facto do diferencial de preço entre os preços de retalho dos produtos combustíveis e os preços de importação ter continuado positivo em 2021 (Tabela 1 do texto).

Tabela 1 do texto. Receitas reais do diferencial de preço dos combustíveis				
(em milhões de dobras)				
	2020	Jun. 2021	Set. 2021	Dez. 2021
	Efet.	Efet.	Est.	Est.
Direitos aduaneiros	571	274	420	531
Direitos aduaneiros gerais	265	113	207	230
Sobretaxa dos combustíveis	198	107	157	265
Gasolina	113	58	86	143
Gasóleo	85	49	71	122
Querosene	0	0	0	0
Dif. de preço dos combustíveis	108	54	56	36
Pagamento de atrasados à ENCO	85	54	77	67

Fonte: GAMAP. Elaborado pelo corpo técnico

* Os dados relativos à sobretaxa sobre os preços dos combustíveis na última coluna refletem a informação até agosto de 2021.

38. No entanto, o aumento dos preços internacionais dos combustíveis aumenta as pressões orçamentais a curto prazo que planeamos ultrapassar através de um aumento dos preços dos combustíveis a retalho e da redução das sobretaxas para evitar perdas adicionais para a ENCO. As atuais circunstâncias sociais no país – no contexto da pandemia, cortes de energia e inflação crescente – não permitem a implementação do aumento total dos preços dos combustíveis a retalho. Para o efeito, tomámos a decisão (Despacho Ministerial 21, de 23 de dezembro de 2021) de aumentar parcialmente os preços a retalho e reduzir as sobretaxas sobre combustíveis na fórmula de preços para evitar subsídios implícitos de combustíveis à ENCO. Esta política estava programada para ser implementada a partir de 1 de janeiro de 2022, mas teve de ser suspensa após as enxurradas. Alterámos a data de início da implementação da política para 1 de março de 2022. Além disso, se prevalecerem preços mais elevados nos mercados, um ajustamento adicional do preço do combustível será atempadamente considerado de acordo com o mecanismo de ajustamento automático dos preços. Para atenuar o impacto nas famílias mais vulneráveis, o MdF dará continuidade aos programas de transferência de dinheiro e reforçá-los-á em 2022, com o apoio do BM.

39. Não obstante o progresso lento durante a crise da Covid-19, continuamos empenhados na estratégia de reforma global do setor energético, que visa avançar da produção termoelétrica para fontes de energia mais sustentáveis. A nossa estratégia incide na implementação do Plano de Produção de Energia ao Menor Custo (PPEMC) e do Plano de Melhoria da Gestão (PMG) e na concretização de uma recuperação total dos custos da EMAE. Inclui quatro objetivos claros que se combinam para melhorar a capacidade de produção de eletricidade e conter o consumo, aumentar a eficiência das operações da EMAE, reduzindo as perdas e aumentando as taxas de cobrança, além de melhorar a conceção da estrutura tarifária para a eletricidade no país:

Objetivo 1: Reduzir o custo de produção de eletricidade e alterar a matriz energética de modo a incorporar mais fontes renováveis.

Meta: Reduzir o custo médio de energia produzida de 0,25 para 0,14 USD/kWh até 2024. Aumentar a percentagem de fontes renováveis de 5% para 45% até 2024.

Objetivo 2: Reduzir o consumo de eletricidade (Tabela B).

Meta: Reduzir o consumo de eletricidade em 15% num prazo de 12 meses.

Objetivo 3: Melhorar a gestão da distribuição de eletricidade pela empresa pública EMAE para reduzir as perdas e melhorar as taxas de cobrança.

Meta: Reduzir as perdas (comerciais e técnicas) e melhorar a taxa de cobrança. **(Tabela A. Abaixo)**

Objetivo 4: Reformar a estrutura tarifária e reforçar o quadro regulamentar.

Meta: Alcançar progressivamente uma estrutura tarifária com eficiência de custos até 2024.

Tabela A. São Tomé e Príncipe: Indicadores e metas do setor energético
(em percentagem)

	Cenário base		Meta	
	2019	Dez. 2020	Dez. 2021	Jun. 2022
Redução das perdas (comerciais + técnicas)	33	33	29	23
Aumentar a taxa de cobrança para ^{1,2}	85	91	93	95
Reduzir perdas de gásóleo para	6,3	6,3	5	

¹ Deterioração em 2019 devido à expansão da rede em 2018 levada a cabo pelo anterior Governo.

² Não há nenhuma meta passível de ser gerida no atual contexto para o fim de 2020.

40. As nossas ações prioritárias a curto prazo incluem a melhoria da eficiência do consumo:

- a. Estamos a preparar a substituição das lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, de acordo com os parâmetros do programa LED até meados de 2022 (**indicador de referência estrutural**), apoiado com financiamento de 2 milhões de USD do Banco Mundial. O processo de aquisição de lâmpadas LED foi adiado devido à pandemia. Em janeiro de 2022, concluímos as inspeções técnicas necessárias na fábrica de LED, na China, e esperamos o envio no segundo trimestre de 2022.
- b. Após a conclusão do programa LED será aprovada uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes/fluorescentes até final de 2022. Temos um projeto de lei preparado que prevê a realização de ações de divulgação junto das partes interessadas e importadores, sensibilizando-os e ajudando-os a aceder aos fornecedores de LED.

41. Desde março de 2021, o país tem vindo a registar persistentes falhas diárias no fornecimento de eletricidade e estamos a trabalhar diligentemente para ultrapassar esta situação. Estas falhas de energia foram provocadas pela degradação e falta de manutenção dos geradores elétricos a petróleo, que se tornaram não operacionais. Sabemos que as soluções permanentes requerem o desenvolvimento acelerado de fontes alternativas de energia sustentável (energia solar fotovoltaica e hidroelétrica) como parte da estratégia global de reforma do setor

energético. Atualmente estamos a rever a nossa estratégia e as medidas de reforma tendo em vista a resolução dos constrangimentos imediatos de capacidade, em consulta com os parceiros de desenvolvimento.

F. Implementação de outras reformas estruturais

42. Continuaremos a envidar esforços para reforçar a resiliência do país às alterações climáticas e proteger os nossos recursos naturais. O impacto das alterações climáticas reflete-se sobretudo no aumento da temperatura e do nível do mar, na erosão costeira e na alteração dos padrões de precipitação, o que afeta a agricultura, as pescas e, em última análise, o turismo. Como signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, atualizámos o documento Contribuições Determinadas a Nível Nacional em junho de 2021 e participámos nas reuniões da COP26 no outono de 2021. Começámos a trabalhar na 4ª Comunicação do nosso país sobre alterações climáticas.

43. Reconhecemos a importância crítica de retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia a fim de contribuir para a recuperação do setor do turismo e das exportações. No entanto, com a pandemia, não conseguimos atingir o nosso objetivo de finalizar o plano de retirar o país da lista negra de segurança aérea até ao final de dezembro de 2021 (indicador de referência estrutural), e esperamos agora ter o plano concluído até novembro de 2022. Para o efeito, conseguimos assegurar a visita do regulador internacional de segurança aérea (ICAO) para avaliar os progressos. Conseguimos realizar algumas melhorias no aeroporto ao longo do último ano para reforçar o distanciamento social. Também estamos a atualizar leis e regulamentos para que estejam em consonância com as diretrizes da UE e proporcionar formação ao pessoal.

Melhoria das estatísticas económicas

44. Continuamos a melhorar os dados económicos, o que é limitado por uma falta de capacidade. O Instituto Nacional de Estatística (INE) compila séries de contas nacionais melhoradas (2008-2019), que se espera estejam disponíveis em 2022, com a AT do FMI. Estamos a trabalhar na melhoria das estatísticas da balança de pagamentos, incluindo o registo das importações relacionadas com o IDE da exploração de petróleo e a melhoria das estimativas das receitas de turismo com a recente missão de AT do FMI sobre estatísticas da balança de pagamentos.

Tabela B. São Tomé e Príncipe: EMAE/Setor energético: Principais ações previstas e respetivo cronograma, 2021

Medidas	Ponto da situação	Data-limite
1. Definir os Termos de Referência da nova administração executiva da EMAE para implementar as medidas da reforma.	Concluído. Os TdR foram elaborados e o Conselho de Ministros aprovou o início de um processo de seleção competitivo para os quadros superiores da EMAE.	Final de setembro de 2021
2. O Governo estabelece com a EMAE um mecanismo para limitar o consumo e garantir o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas.	Atrasado devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
3. Concluir o programa LED, conforme previamente acordado com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, em conformidade com os parâmetros do programa LED (indicador de referência estrutural).	A inspeção técnica na fábrica de LED, na China, foi concluída em janeiro de 2022 para permitir o fabrico de lâmpadas durante todo o mês de fevereiro e março. As lâmpadas LED deverão chegar a STP no segundo trimestre de 2022 para distribuição.	Meados de 2022
4. Continuar a executar o plano de regularização de faturas em atraso com os clientes particulares.	Atrasado devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
5. Implementar o programa de contadores apoiado pelo BEI e o Banco Mundial, incluindo a finalização da instalação de 3000 contadores nos grandes clientes e a instalação dos contadores de gás para monitorizar o fornecimento e o consumo nas centrais térmicas.	A não objeção do BEI foi concedida em dezembro. A AFAP está a negociar os termos do contrato com os concorrentes selecionados.	Final de 2023
6. Publicar um decreto que abrange: i) a definição da estrutura tarifária, ii) a definição das categorias de clientes, iii) os ajustamentos das tarifas sociais e iv) as condições acordadas e o cronograma geral para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos.	Amplamente alcançado. O Decreto-Lei 88, que inclui os pontos i), ii) e iii), foi aprovado em novembro de 2021. O decreto prevê que o princípio da abordagem de custos totais seja aplicado à estrutura tarifária. A implementação efetiva da nova estrutura tarifária depende da entidade reguladora AGER.	Final de 2021

Desenvolvimento de capacidades

45. A assistência técnica prática contínua é essencial para o desenvolvimento das capacidades. Apreciamos os esforços contínuos e intensivos de desenvolvimento de capacidades do FMI, muito em particular durante a pandemia. Atendendo às limitações de pessoal, a formação prática tem-se revestido de uma particular importância. Também discutimos e atualizamos com o corpo técnico do FMI a nossa estratégia de desenvolvimento das capacidades a médio prazo, que inclui a melhoria da mobilização de receitas internas – nomeadamente a introdução do IVA –

melhorando a gestão financeira pública e o registo da dívida, o reforço dos regulamentos do setor financeiro e o quadro legal, e o reforço da exatidão das estatísticas da balança de pagamentos. Procederemos também à avaliação PIMA com vista a melhorar o planeamento e a eficiência da gestão do investimento público.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

46. A monitorização do programa será semestral, através de critérios de desempenho quantitativos e/ou contínuos e de metas indicativas (Tabela 1) e de indicadores de referência estruturais (Tabela 2). As metas quantitativas estão definidas para o final de dezembro de 2021 e final de junho de 2022, enquanto as metas para o final de setembro de 2021 e final de março de 2022 são indicativas. A quinta avaliação deve ser concluída em ou após 15 de abril de 2022 e a sexta avaliação em ou após 15 de outubro de 2022.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2021-22

	2021						2022										
	Junho			Setembro			Dezembro			Março			Junho				
	Critérios de desempenho			Meta indicativa			Critérios de desempenho			Meta indicativa			Critérios de desempenho				
	Terceira avaliação	Com ajustadores	Prel.	Estado	Terceira avaliação ajustadores	Com Prel.	Estado	Terceira avaliação	Com Prel.	Estado	Terceira avaliação	Com Prel.	Estado	Terceira avaliação	Com Prel.	Estado	
Critérios de desempenho:																	
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE)	-225	-250	-229	Cumprido	-300	-326	-278	Cumprido	-379	-80	-125	-160	-162				
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{1, 2, 4}	200	254	212	Cumprido	300	379	340	Cumprido	354	80	125	160	162				
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{1, 2}	25	23	20	Não cumprido	24	24	33	Cumprido	23	25	27	26	28				
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{4, 5, 6, 7}	0	0	0	Cumprido	0	0,3	0,3	Não cumprido	0	0	0	0	0				
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{4, 5, 6, 7, 8}	0	0	0	Cumprido	0	0	0	Cumprido	0	0	0	0	0				
Continuus: Cumprido																	
Não: i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII ou iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos																	
Metas indicativas:																	
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-20		-38,5	Cumprida	-30	-37,6		Cumprida	-60	0	0	-20	-20				
Piso das despesas pró-pobre	300		420	Cumprida	450	709		Cumprida	600	157	157	315	315				
Piso das receitas fiscais	700		622	Não cumprida	1050	986		Não cumprida	1400	344	310	751	679				
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{1, 5, 6, 7, 9}	4		0	Cumprida	7	0		Cumprida	9	3	0	6	0				
Por memória:																	
Teto da base monetária em dobras (stock)	1.454		1.949		1.520	1.828			1.586	1.619	1.960	1.612	1.925				
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3,2		3,1		3,0	3,1			3,2	2,7	2,6	2,7	2,6				
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹⁰	65		31		98	37			130	41	41	82	82				
Apoio externo oficial ao programa ¹⁰	105		58		105	114			148	148	156	148	262				
Desembolso do programa do FMI	56		58		56	56			112	56	59	56	59				
Doativos para apoio orçamental	49		0		49	0			149	92	97	92	203				
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	0		-39		-10	-38			-73				
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	15		7		20	10			30	6	15	14	34				
Teto das despesas com pessoal	599		488		770	734			1.070	260	264	519	528				

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e projeções do corpo técnico do FMI.
¹ O desempenho na data do teste de junho de 2020 é avaliado na segunda avaliação.
² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.
³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.
⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.
⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o §5 do MTE, que inclui as operações das empresas públicas.
⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.
⁷ Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão n.º 16919-(20/103) do Conselho de Administração (28/10/2020), mas também aos compromissos contratados ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais pormenores sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos §§16 e 17.
⁸ Só se aplica a dívida com um elemento de donativo inferior a 35%. Para mais pormenores ver os §§12 e 17 do MTE.
⁹ Só se aplica a dívida com um elemento de donativo de pelo menos 35%.
¹⁰ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais

Objetivos e medidas de política	Calendário	Estado	Fundamentação macro	AT envolvida
Ações prévias				
Validação pela Direção dos Impostos do primeiro módulo do sistema informático do IVA para o registo dos contribuintes (MPEF §16).			Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Celebração pelas Direções dos Impostos e das Alfândegas de memorandos técnicos sobre a aplicabilidade da Lei do IVA nas alfândegas emitidos no Despacho Ministerial (MPEF §16).			Aumentar as receitas	
Submissão da Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPEF §28).			Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Reforço das Finanças Públicas				
Realizar uma campanha pública de sensibilização e comunicação sobre o IVA (MPEF §18).	Final de junho de 2022		Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Introduzir o IVA a uma taxa de 15% de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPEF §16).	Final de outubro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 09/2022. Duas ações prévias acrescentadas	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Continuar a usar o mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis e manter os preços a retalho dos combustíveis alinhados com os mercados internacionais (IRE contínuo) a fim de impedir subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais (MPEF §16).	Contínuo	Final de junho: cumprida. Final de setembro: não cumprida.	Aumentar as receitas	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1, ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo as relacionadas com a Covid-19) e iii) a validação ex post da execução dos contratos – todos i) a iii) a publicar no prazo de duas semanas após os documentos serem fornecidos ao COSSIL – e iv) relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias.	Contínuo	Não cumprida. Implementado com atrasos.	Aumentar a transparência e responsabilização	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf) informações sobre a propriedade e qualquer informação disponível sobre o beneficiário efetivo das empresas que recebem contratos públicos (os mesmos contratos acima), no prazo de duas semanas (MEFP §23).	Contínuo	Não cumprida. Implementada com atrasos.	Aumentar a transparência e responsabilização	LEG
Reforço da política monetária e estabilidade financeira				
Realizar testes de stress bancário, com contributos do FMI, para identificar possíveis pressões de risco de crédito devido às consequências da pandemia de Covid-19.	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Cumprida no final de 02/2022.	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM
Enviar a Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPEF §28).	Final de setembro de 2021	Não cumprida. A implementar como uma ação prévia.	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Submeter ao Governo a lei revista das instituições financeiras, para reforçar o quadro jurídico de regulação e supervisão bancária, incluindo os poderes, responsabilidades e funções do BCSTP e os requisitos prudenciais para os bancos. O projeto será preparado em consulta com o corpo técnico do FMI.	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 06/2022.	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	LEG
Ativar o conjunto de ferramentas de gestão de liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021 abaixo dos níveis do final de 2020, inclusivamente renovando os CD existentes e emitindo CD conforme necessário.	Final de dezembro de 2021	Cumprido	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar a paridade cambial	MCM
Facilitar as atividades empresariais e a eficiência energética				
Desenvolver um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia (MPEF §39).	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 09/2022.	Para facilitar a recuperação do setor do turismo	Com o apoio do Banco Mundial
Retomar o programa LED, conforme previamente acordado com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, em conformidade com os parâmetros do programa LED (MPEF §40).	Final de dezembro de 2021	Não cumprida. Adiada para final de 06/2022.	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

1. **O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 1**, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–23. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.
2. **A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será aquela em vigor no final de 2018, nomeadamente 21,6925 novas dobras por USD, 24,5 novas dobras por euro, 29,17221 novas dobras por DSE e 30,1865 novas dobras por UC.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. **Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo** (parágrafo 27), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para os outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. **Para efeitos do presente MTE, externo e interno** serão definidos com base no princípio de residência.
5. **O governo central, para efeitos do presente MTE**, inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações do setor empresarial público.
6. **O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º**

¹ Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página do BCSTP na internet no último dia de 2018.

16919-(20/103) do Conselho de Administração do FMI (28 de outubro de 2020). “Por ‘dívida’ entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e/ou juros decorrentes da obrigação contratual.”

7. A receita interna do Governo (incluindo a sobretaxa sobre os produtos petrolíferos e excluindo as receitas petrolíferas) inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), exceto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Planeamento, Finanças e Economia Azul (Mdf).

8. A despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos para projetos, 2) o custo assumido pelo orçamento para o pagamento dos pequenos depositantes após a liquidação do Banco Equador e 3) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. Todas as despesas de capital financiadas por donativos de apoio orçamental (incluindo da União Europeia) são tratadas como parte da despesa primária interna, sem exceção.

São Tomé e Príncipe: Apoio externo oficial ao programa							
	2020	2020	2021	2021	2022	2022	Moeda
	<i>S1</i>		<i>S1</i>		<i>S1</i>		
Donativos projetados em apoio ao orçamento							
Banco Mundial	0,0	10,0	0,0	10,0	0,0	6,06	milhões de USD
União Europeia	3,0	5,2	0,0	4,3	4,1	4,10	milhões de euros
Banco Africano de Desenvolvimento	0,0	13,5	1,8	0,0	3,7	0,0	milhões de UC
FMI, programa ECF	0,0	3,4	1,9	3,8	1,9	3,81	milhões de DSE
FMI, RCF	9,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	milhões de DSE

Fontes: Autoridades de STP; BAfD, BM e estimativas do corpo técnico do FMI.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno. Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (incluindo a sobretaxa do imposto petrolífero e excluindo as receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. O

pagamento planeado da dívida à ENCO (diferencial de preço) (\$22) é deduzido da receita da sobretaxa do imposto petrolífero. Por forma a controlar os gastos, o MdF não aprovará a tomada de empréstimos por qualquer entidade pública do governo central a não ser o Tesouro. Por conseguinte, para fins de monitorização do programa, o endividamento contraído por qualquer entidade pública que não o Tesouro registado na síntese monetária como empréstimos ao governo central será acrescido ao défice primário interno como despesa adicional. A título de referência, o saldo primário interno no final de 2020 com base num **resultado hipotético** seria de -324 milhões de novas dobras, desagregado como segue:

São Tomé e Príncipe: Saldo primário interno				
(2020, milhões de novas dobras)				
		2.º aval.		
		ECF	Estim.	Dif.
I	Total de receitas (=1+2)	1526	1596	69
I.A	d/q: Receitas públicas internas (=I -2.1+3)	1525	1565	39
1	Receitas fiscais	1300	1346	46
2	Receitas não fiscais	226	250	24
2,1	d/q: receita do petróleo	23	31	8
3	Amortização da dívida à ENCO	22	0	-22
II	Despesa interna total (=4+5+6+7)	1997	1924	-73
II.A	d/q: Despesas primárias internas (=II-4.2)	1956	1889	-67
4	Despesas correntes	1774	1731	-43
4,1	Despesas com pessoal	980	956	-24
4,2	Juros devidos	42	35	-7
4,3	Bens e serviço	255	237	-18
4,4	Transferências	318	325	7
4,5	Outras despesas correntes	179	178	-1
5	Despesas de capital internas	27	20	-7
5,1	Financiadas pelo Tesouro	28	20	-8
5,2	Financiadas por receitas de privatização	-1	0	1
6	Despesas sociais relacionadas com a Iniciativa HIPC	18	13	-5
7	Desp. rel. com a Covid-19 financiadas pelo Tesouro 1/	178	160	-17
III	Saldo primário interno (= I.A-II.A)	-475	-324	150,5

Fontes: Autoridades de STP e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Não inclui 23,6 mil milhões de dobras em salários e ordenados ligados à Covid-19, os quais estão incluídos nas despesas com pessoal.

10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG). Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD, mais o aumento, se houver (com a aprovação do Ministério das Finanças) do crédito das OSD às entidades públicas. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projetos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2018 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 482 milhões de novas dobras, e a variação do crédito bancário líquido era de -251 milhões de novas dobras, como se segue:

São Tomé e Príncipe: Financiamento bancário líquido
(milhões de novas dobras)

		2019	2020
I	Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)	11	(132)
I.1	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	305	280
I.2	Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	294	412
	Contas do Tesouro em dobras	25	76
	Contas do Tesouro em divisas (excluindo CNP)	173	273
	Depósitos de contrapartida	96	63
II	Crédito líquido ao governo pelas OSD	722	615
II.1	Crédito das OSD ao governo	908	780
II.2	Depósitos do governo nas OSD	186	165
III	Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I+II)	733	482
IV	Variações em 2020 no financiamento bancário líq. ao governo central (CLG)	...	(251)

Fonte: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico.

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como ativos externos transacionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo todas as obrigações junto ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. Os saldos: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, são excluídos da definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2020 as RIL ascendiam a 813 milhões de novas dobras (ou 37 milhões de USD, à taxa de câmbio de 21,6925 novas dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

São Tomé e Príncipe: Reservas internacionais
(milhões de novas dobras)

		Dez 2020
Reservas internacionais brutas		1502
	Numerário	35
	Depósitos à ordem	851
	Depósitos a prazo (excl. Conta Nacional do Petróleo)	243
	Títulos exceto ações	346
	Juros decorridos de títulos	4
	Posição de reserva no FMI	0
	Haveres em DSE	23
Passivos cambiais		689
	Passivos bilaterais de curto prazo	20
	Passivos para com o FMI	537
	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	133
	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
Reservas internacionais líquidas (RIL) (=I - II)		813
Outros ativos externos líquidos		280
	Outros ativos externos	485
	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	205
Ativos externos líquidos (III+IV)		1093
<i>Por memória: Conta Nacional do Petróleo (CNP)</i>		329

Fonte: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico do FMI.

12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP. Esse critério de desempenho contínuo engloba a contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade (incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito de curto prazo ligado à importação e a fornecedores) pelo governo central e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal da dívida e o seu valor atual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional aplica-se ao valor atual de toda a nova dívida externa não concessional. O valor atual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Para os fins do programa, considera-se que a dívida é contraída na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que ela entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Neste caso, considera-se que a dívida é contraída na data da sua ratificação pelo Parlamento. Este critério de desempenho não se aplica aos recursos do FMI. A dívida em processo de reescalamento ou reestruturação está excluída deste teto, na medida em que essa dívida não concessional seja utilizada em operações de gestão da dívida que visem melhorar o perfil da dívida pública global. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida.

13. Critério de desempenho relativo ao teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central. Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os novos atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido firmado um quadro de regularização assinado pelo devedor e o credor antes do vencimento do pagamento pertinente ou para o qual o Governo tenha tentado obter um acordo de reescalamento ou reestruturação até março de 2019.

METAS INDICATIVAS

14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos em base de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pró-pobres diz respeito ao piso dos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pró-pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir.
- b. **Despesas de capital pró-pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes setores: educação, saúde, redes de proteção social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

São Tomé e Príncipe: Classificação económica das despesas

Código	Classificação económica das despesas correntes	Educação	Saúde	Segurança e Assistência Social	Habituação e Serviços Comunitários	Cultura e Desporto	Combustíveis e Energia	Agricultura e Pescas
310000	Despesas com Pessoal	X	X					
331210	Bens Duradouros de Especialidade	X	X					
331290	Outros Bens Duradouros	X	X					
331120	Combustíveis e Lubrificantes ¹	X	X					
331130	Viveres, Géneros Alimentícios ¹ e Alojamento	X	X					
331140	Material de Consumo Corrente Especializado (Específicos de Cada Sector)	X	X					
331190	Outros Bens de Consumo Não Duradouros	X	X					
332110	Serviços de Água e Energia	X	X					
332120	Serviços de Comunicação	X	X					
332130	Serviços de saúde	X	X					
332220	Serviços de Manutenção e Conservação	X	X					
353900	Outras Despesas Correntes Diversas	X	X	X				
352200	Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Particulares)		X	X				
352310	Pensão de Reforma e Antigos Combatentes		X	X				
352320	Abono de Família		X	X				
352330	Bolsas de Estudos	X						
352390	Outras Transferências Correntes para Famílias		X	X				
353100	Fundo de Desemprego		X	X				
Código	Classificação económica das despesas de capital							
411110	Estudo de Viabilidade e Assistência Técnica	X	X	X	X	X	X	X
411120	Aquisição e Construção de Imóveis	X	X	X	X	X	X	X
411200	Obras de Reabilitação e Instalações	X	X	X	X	X	X	X
411300	Meios e Equipamentos de Transportes	X	X	X	X	X	X	X
411400	Máquinas e equipamentos	X	X	X	X	X	X	X
411900	Outros Bens de Capital Fixo	X	X	X	X	X	X	X
412000	Saldos	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Diário da República de São Tomé e Príncipe nº 21 - 27 de Maio de 2008, páginas 12-13.

¹ Excluem os gastos com combustíveis e lubrificantes destinados a fins administrativos. Excluem igualmente os alimentos, vestuário e calçados fornecidos ao pessoal administrativo.

16. O piso relativo às receitas fiscais aplica-se às receitas fiscais incluindo impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP mede o valor atual dessa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%, e os limites a tal dívida são aplicados cumulativamente, a partir do início de cada ano civil. O teto da contratação ou garantia de nova dívida externa concessional aplica-se ao valor atual de toda a nova dívida externa concessional. O valor atual da dívida é calculado na data da sua contratação, descontando-se os fluxos de pagamentos futuros do serviço da dívida; a taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%.

POR MEMÓRIA

18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

19. O apoio externo oficial ao programa é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito dos acordos ECF e RCF e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. Os donativos de apoio orçamental incluem ajuda em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são usadas para financiar uma rubrica de despesa orçamental.

20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro são parte da despesa primária interna e abrangem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem por empréstimos concessionais para projetos. Incluem a comparticipação do Governo em projetos de investimento financiados sobretudo por donativos ou empréstimos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

21. O teto relativo à base monetária é definido como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e o numerário nos cofres-fortes – e das reservas bancárias expressas em novas dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em novas dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

22. O pagamento planeado da dívida à ENCO, conforme discutido no parágrafo 9, corresponde ao montante esperado que deve ser deduzido da sobretaxa do petróleo para o reembolso da dívida à ENCO no decorrer do ano. Os pagamentos em montantes superiores ao planeado não são excluídos da receita e serão incluídos no serviço da dívida interna. O pagamento anual planeado é de 1,2 milhões de USD e 1,3 milhões de USD em 2021 e 2022, respetivamente, e a metade desse montante será paga durante o primeiro semestre.

23. A regularização dos atrasados internos será medida como as variações no stock dos atrasados de pagamentos do Governo aos fornecedores internos, excluídos os pagamentos da dívida à ENCO, conforme definido no parágrafo 14.

24. O teto dos gastos com pessoal será o montante fixado como limite máximo para medir os custos com pessoal como parte das despesas correntes do governo central.

USO DOS FATORES DE AJUSTAMENTO

25. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado em alta se os donativos de apoio ao orçamento forem inferiores ao projetado, e em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento e receitas de privatização em 2021 e em 2022 superiores ao projetado; o ajustamento em baixa será limitado a 26 milhões de novas dobras (um pouco mais de 0,25% do PIB de 2020) no segundo semestre de 2021 e a 26 milhões de novas dobras no primeiro semestre de 2022². O ajustamento em alta será limitado a 51 milhões de novas dobras em 2021. Para fins do programa, projeta-se que os recursos de privatização sejam 0 em 2021 e 2022.

26. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do governo central e as reservas internacionais líquidas do banco central serão objeto dos seguintes

² Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado (Tabela 1 do MPEF, Anexo I):

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados do recebimento das transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado, até à data de teste. O teto será ajustado:
 - i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa (excl. HIPC);
 - ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP;
 - iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 26 e 26 milhões de novas dobras no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022, respetivamente; em alta pelo desvio em baixa dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 51 milhões de novas dobras;
 - iv) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) dos atrasados internos.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 5 milhões de USD à taxa de câmbio do programa.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, os donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em novas dobras, serão convertidas em USD à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado, até à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):
 - i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa do Governo central;
 - ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP;
 - iii) pelos desvios em alta (em baixa) dos donativos e empréstimos em apoio ao orçamento. Projeta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento serão 0 em 2020 e 2018.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 10 milhões de USD à taxa de câmbio do programa.

COMUNICAÇÃO DE DADOS

27. As informações a seguir listadas serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês ou trimestre, com exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
 - Dados mensais sobre as operações do governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP.
 - Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais.
 - Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de capital com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor.
 - Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis.
 - Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO.
 - Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos).
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e por fonte de financiamento.
 - Dados trimestrais sobre a execução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução.
 - Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC).
 - Dados trimestrais sobre o alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC.
 - Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).

- Dados trimestrais sobre as despesas pró-pobres.
- 2) **Dados monetários:** O BCSTP apresentará as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:
- Dados diários sobre as taxas de câmbio, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
 - Dados diários sobre as taxas de juro, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
 - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária (em novas dobras) e a moeda em circulação, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
 - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
 - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas).
 - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI).
 - Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI).
 - Agregados monetários mensais (no formulário 5SR do FMI).
 - Dados mensais das taxas de juro do BCSTP e do mercado (no formulário 6SR do FMI).
 - Dados mensais sobre os fluxos da CNP.
 - Orçamento cambial mensal do BCSTP.
 - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira.
 - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental etc.).
- 3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado, em atraso e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado.
 - Dados trimestrais sobre desembolsos para projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa.
 - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.

- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês.
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês.
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

14 de março de 2022

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2022 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUARTA AVALIAÇÃO DO ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSAS PELO NÃO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – ANEXO INFORMATIVO

Preparado por

Departamento de África (em consulta com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de janeiro de 2022)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	14,80	100,02
Posição na tranche de reserva	0,00	0,00

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	21,28	100,00
Haveres	0,79	3,72

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Empréstimos RCF	9,03	61,00
Acordos ECF	12,94	87,43

Compromissos financeiros mais recentes:

Acordos

Tipo	Data do acordo	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	02/10/2019	01/02/2023	14,80	9,09
ECF	13/07/2015	31/12/2018	4,44	3,81
ECF	20/07/2012	13/07/2015	2,59	1,11

Empréstimos de desembolso direto:

Tipo	Data do compromisso	Data do saque/ vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
RCF	21/04/2020	23/04/2020	9,03	9,03

1/ Os desembolsos diretos não sacados (RFI e RCF) vencem automaticamente 60 dias após a data de compromisso, ou seja, a data de aprovação pelo Conselho de Administração.

Obrigações vencidas e projeção dos pagamentos ao FMI¹**(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):**

	Próximos				
	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
Capital	0,50	0,75	0,76	2,04	3,62
Comissões/juros	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Total	0,52	0,76	0,78	2,06	3,64

^{1/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida	
por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>D/q</i> : assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

^{1/} A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{2/} No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ¹	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

^{1/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCR):

Data do desastre	Data da decisão do Conselho	Montante comprometido (Milhões de DSE)	Montante desembolsado (Milhões de DSE)
N/D	13/04/2020	0,11	0,11
N/D	02/10/2020	0,17	0,17
N/D	01/04/2021	0,17	0,17
N/D	06/10/2021	0,14	0,14
N/D	15/12/2021	0,10	0,10

Avaliações das salvaguardas:

Foram conduzidas avaliações das salvaguardas em 2009, 2013 e 2015. Graves constrangimentos em matéria de capacidades continuam a contribuir para a fragilidade do quadro de salvaguardas do BCSTP, e a pandemia de Covid-19 exacerbou os desafios para a aplicação das recomendações. Contudo, estão a ser feitos progressos graduais. O projeto da nova Lei Orgânica do BCSTP, que reforça a autonomia, as disposições sobre transparência e a supervisão independente do BCSTP, foi finalizada e enviada ao governo no final de janeiro de 2022, e deve ser submetida à Assembleia Nacional até ao final de fevereiro de 2022 (nova ação prévia). A implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) foi adiada durante a pandemia devido à suspensão da assistência técnica do Banco Central do Brasil. As autoridades solicitaram então AT ao FMI em dezembro de 2021, e tal assistência deverá começar a ser prestada no segundo trimestre de 2022. Uma auditoria externa das demonstrações financeiras de 2020 do BCSTP foi iniciada em janeiro de 2022 e deve ser concluída até ao final de abril de 2022. Além disso um memorando de entendimento sobre as dívidas antigas do governo foi enviado pelo BSCTP ao Ministério das Finanças em janeiro de 2022, e espera-se que as autoridades concluam-no até ao final de abril de 2022. As autoridades formularam também um plano para reforçar a capacidade de auditoria interna do BCSTP, e a implementação do plano deve começar em março de 2022. Um manual sobre a política de investimento para a gestão das reservas estrangeiras foi atualizado e partilhado com o

FMI no final de 2021; a retirada de circulação das notas bancárias danificadas, que foi adiada, está agora prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2022. São, porém, necessários novos esforços para fortalecer as salvaguardas no BCSTP.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro a partir de janeiro 2010, inicialmente à taxa de 24.500 dobras por euro; em janeiro de 2018, porém, o país procedeu à redenominação da moeda, com o corte de três zeros. A Lei Orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão máxima que os bancos podem cobrar sobre as vendas de divisas foi fixada em 2% para operações em euros e 4% para operações em outras moedas. As compras de euros pelos bancos devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial e somente após a verificação da documentação que comprova a boa fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito aos bancos que apresentem uma posição aberta líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição aberta líquida total em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os rácios de solvência e de liquidez fixados pelo banco central e com os requisitos de reservas mínimas de caixa. Os bancos terão acesso direto às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens em períodos de crise ou na importação de combustíveis. O banco central cobra uma comissão de 1,5% sobre as vendas de euros e de 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém restrições cambiais sujeitas à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII. Uma restrição cambial decorre dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos da alínea g) do Artigo 3.º e do Artigo 18.º do Código de Investimento (Lei n.º 19/2016). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis. A segunda restrição cambial decorre dos limites à disponibilidade de divisas através do racionamento de divisas pelo BCSTP. Esta restrição dá origem também a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, uma vez que, como consequência do racionamento, operações correntes de boa fé são realizadas no mercado paralelo, a uma taxa de câmbio que difere em mais de 2% daquela do mercado oficial.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

São Tomé e Príncipe está atualmente num ciclo de consultas de 24 meses. O Conselho de Administração concluiu a última consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de julho de 2018.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhuma.

Representante Residente:

Um Representante Residente para São Tomé e Príncipe foi nomeado e deve começar a trabalhar no país em março de 2022. Desde outubro de 2006 o FMI não tinha um representante residente em no país.

Assistência Técnica (2019–22):

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: AT prestada em 2019–2022	
Data	
Fevereiro 2022	Missão à distância do STA sobre estatísticas da dívida do setor público
Novembro 2021	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas (alargamento da cobertura)
Novembro 2021	Missão à distância do FAD sobre política fiscal e reforma da administração do IVA
Setembro 2021	Missão remota do STA sobre estatísticas do setor externo
Agosto 2021	Acompanhamento do FAD sobre o fluxo de tesouraria e a introdução da CUT
Julho 2021	Missão à distância do FAD sobre GFP (preparação do orçamento)
Julho 2021	Missão à distância do STA sobre as contas nacionais do setor real
Mai 2021	Missão à distância do LEG sobre a reforma da Lei das Instituições Financeiras
Abril 2021	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar a execução e contabilidade orçamental)
Abril 2021	Missão à distância do FAD sobre administração fiscal e aduaneira (gestão da dívida fiscal)
Abril 2021	Missão à distância do MCM sobre o projeto da Lei Cambial
Abril 2021	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Março 2021	Missão à distância do FAD sobre a introdução do IVA e soluções informáticas
Dezembro 2020	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar o manual metodológico sobre previsões macro-orçamentais)
Dezembro 2020	Missão à distância do FAD sobre política fiscal
Novembro 2020	Missão à distância do AFRITAC para rever e atualizar a supervisão direta/indireta
Outubro 2020	Missão à distância do FAD sobre o IVA
Setembro 2020	Missão à distância do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Junho 2020	Missão à distância do FAD sobre administração aduaneira
Junho 2020	Missão à distância do FAD sobre GFP (melhorar o manual metodológico sobre previsões macro-orçamentais)
Junho 2020	Missão à distância do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Junho 2020	Missão à distância do AFRITAC para redigir o manual de supervisão bancária
Mai 2020	Missão à distância do MCM sobre o modelo de notação bancária e regulamento prudencial
Fevereiro 2020	Missão do FAD sobre administração fiscal
Fevereiro 2020	Missão do FAD sobre GFP
Fevereiro 2020	Missão do LEG sobre a reforma da Lei das Instituições Financeiras
Janeiro 2020	Missão do FAD sobre GFP (planeamento macro-orçamental plurianual)
Dezembro 2019	Missão do LEG sobre a reforma da Lei do Banco Central
Novembro 2019	Missão do FAD sobre GFP (execução e controlos orçamentais, gestão de atrasados)
Novembro 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Novembro 2019	Missão do FAD sobre política fiscal (IVA e introdução de impostos especiais sobre o consumo)
Novembro 2019	Missão do MCM para elaborar um regulamento prudencial sobre gestão de risco

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: AT prestada em 2019–2022 (conclusão)

Novembro 2019	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro 2019	Missão do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Setembro 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Agosto 2019	Missão do MCM sobre operações monetárias e desenvolvimento do mercado da dívida
Agosto 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Julho 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Mai 2019	Missão do STA sobre estatísticas das finanças públicas
Mai 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal
Mai 2019	Missão do FAD sobre administração fiscal e aduaneira
Mai 2019	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais

RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

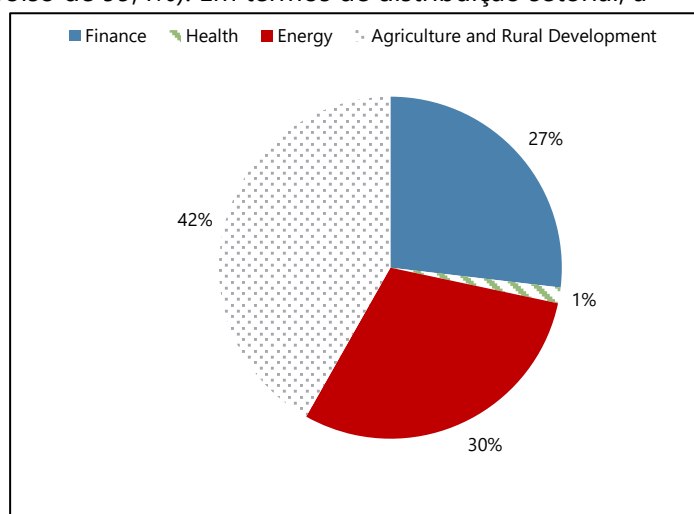
Banco Mundial: <https://www.worldbank.org/en/country/saotome>

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

(Em 28 de fevereiro de 2022)

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento iniciou as operações de concessão de crédito em São Tomé e Príncipe em 1978. Até à data, o Banco aprovou empréstimos e donativos num total acumulado superior a 200 milhões de USD.

Em fevereiro de 2022, a carteira ativa do Banco em São Tomé e Príncipe era constituída por seis operações, num montante aproximado de 33,51 milhões de UC (46,6 milhões de USD). As seis operações são representadas por cinco projetos, nomeadamente: o Projeto de Reabilitação das Infraestruturas para a Segurança Alimentar – segunda fase (PRIASA II); o Programa de Transição Energética e Apoio Institucional (ETISP); o Projeto de Infraestrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira; a Iniciativa Zuntamón do Pacto Lusófono; e o projeto multinacional de apoio na resposta à crise da pandemia de Covid-19 (Tabela 1). A carteira é relativamente recente, com idade média de 3,4 anos. A taxa de desembolso acumulada é de 40,1% após o encerramento de três operações em 2021 (programa de apoio orçamental em resposta à crise da Covid-19, com uma taxa de desembolso de 100%; programa de apoio à reforma económica e ao setor energético, com uma taxa de desembolso de 100%; e um estudo para a elaboração do plano de ordenamento do território de STP, com uma taxa de desembolso de 99,4%). Em termos de distribuição setorial, a agricultura e o desenvolvimento rural respondem por 42% dos projetos, seguidos pelo setor energético, com 30%; financeiro, com 27%; e setor social, com 1%. Não existem, atualmente, operações em curso com o setor privado. A carteira é financiada principalmente pelo Fundo Africano de Desenvolvimento (92%), e complementada pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) (8%). O Banco também realizou trabalho analítico centrado nas áreas da energia, agricultura, gestão das finanças públicas e estratégia de desenvolvimento do setor privado 2015–24.



O atual envolvimento do BAfD em São Tomé e Príncipe é regido pelo documento de estratégia nacional (CSP) de 2018-2022, aprovado em junho de 2018. A estratégia assenta em dois pilares: Pilar I – Apoio ao desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas; e Pilar II – Melhoria da qualidade de vida da população. O principal objetivo da estratégia nacional é acelerar o desenvolvimento e a transformação económica de São Tomé e Príncipe, com ênfase nos setores agrícola, energético e financeiro, para explorar todo o potencial para a adição de valor e a criação de empregos. O atual

documento de estratégia nacional foi objeto de uma avaliação intercalar em julho de 2021 para apurar a relevância da intervenção do Banco no país. O CSP está ancorado no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017-2021 de STP e na Estratégia de Longo Prazo do país (Visão 2030), bem como na Estratégia de 10 anos (TYS) do Banco para 2013-2022, que enfatiza cinco objetivos, designados “High 5” (Alimentar África, Energizar África, Industrializar África, Integrar África e Melhorar a qualidade de vida para o povo de África).

O apoio do Banco tem incidido sobre o estabelecimento de um ambiente propício ao desenvolvimento dos agronegócios e das cadeias de valor, através de investimentos em infraestruturas de apoio à agricultura e nos setores complementares chaves da infraestrutura energética e hídrica. Tem também prestado apoio para o desenvolvimento das capacidades em instituições públicas chaves para a formulação e implementação eficaz das reformas macroeconómicas e a gestão das finanças públicas, a fim de melhorar a priorização, a alocação e o uso dos recursos públicos.

Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD pretende também desenvolver o seguinte trabalho económico e setorial: i) estudo do setor privado, ii) avaliação da fragilidade e iii) estudo do perfil de género. Estes estudos servirão de base para a preparação dos futuros programas e apoiarão os esforços de reforma de políticas do governo.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Projetos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Descrição	Data de aprovação	Data de conclusão	Compromissos líquidos (milhões de UC)	Taxa de desembolso (%)	Facilidade
Projeto de Reabilitação das Infraestruturas para a Segurança Alimentar (PRIASA II)	06/10/2015	31/12/2022	11,50	86,66	Empréstimo do FAfD
			2,52	21,73	Donativo do GEF
Total do setor agrícola			14,02	52,2	
Programa de Transição Energética e Apoio Institucional (ETISP)	25/03/2020	24/12/2024	10,00	0,96	Donativo do FAfD
Total do setor energético			10,00	0,96	
Projeto de Infraestrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira (PISPIF)	02/03/2017	31/12/2022	1,50	31,23	Empréstimo do FAfD
Iniciativa Zuntamón do Pacto Lusófono	10/06/2021	28/05/2025	7,50	0,0	Donativo do FAfD
Total do setor financeiro			9,00	15,62	
Apoio na resposta à crise da pandemia de Covid-19	23/06/2020	31/03/2022	0,5	100,00	Donativo do FAfD
Total do setor social			0,5	100,00	
Total da carteira			33,52	40,1	

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 4 de março de 2022)

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão
<p>Geral. O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. Os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico. Alargar a capacidade de previsão macro-orçamental ainda é uma prioridade.</p>
<p>Contas nacionais. O Instituto Nacional de Estatística (INE) publica séries anuais do PIB compiladas segundo a ótica da produção, com base nas recomendações do <i>Sistema de Contas Nacionais 1993</i>, com o ano base de 2008. Com a assistência técnica do AFRITAC Central, foram compiladas estimativas aperfeiçoadas para 2008-20 utilizando o mesmo ano base (2008), com uma conciliação das óticas da produção e da despesa, e espera-se que tais estimativas sejam divulgadas no primeiro semestre de 2022. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB.</p>
<p>Estatísticas de preços no consumidor. Em janeiro de 2016, o INE iniciou a divulgação de um novo Índice de Preços no Consumidor (IPC) (base: 2014 = 100). Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o novo IPC abrange apenas a capital do país. Uma missão de assistência técnica no EF 2018 passou em revista o índice com o novo ano base, realizou o diagnóstico de toda a série, associou as séries anteriores e posteriores ao rebaseamento para produzir uma série analítica para a base de dados do FMI e para fins estatísticos e considerou os planos do INE de atualizações adicionais ao IPC após a conclusão do novo IOF que está em curso com o apoio do Banco Mundial.</p>
<p>Estatísticas das finanças públicas. Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos para projetos (financiados por doadores) estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida. São Tomé e Príncipe aderiu ao projeto do AFRITAC Central em 2017, com planos para o desenvolvimento das estatísticas das finanças públicas (EFP). Desde então, têm sido realizadas missões de AT a cada ano. O AFC prestou assistência ao Ministério das Finanças para a compilação de EFS sobre o governo central orçamental, tendo como resultado a compilação de uma série que abrange os exercícios de 2014 a 2020, segundo a metodologia do <i>GFSM 2014</i>. Uma avaliação das estatísticas da dívida do setor público foi conduzida no início de 2022 e está prevista uma missão de seguimento no EF 2023 para ajudar as autoridades a melhorar e ampliar a cobertura dos dados da dívida do setor público.</p>
<p>Estatísticas monetárias e financeiras. O STA prestou assistência técnica em matéria de estatísticas monetárias por meio de uma série de missões; a última delas, em agosto de 2019, abordou as</p>

operações monetárias. Em resultado, melhorou consideravelmente a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos. O BCSTP transmite regularmente dados mensais ao STA sobre o banco central e as outras sociedades de depósitos.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o MFSMCG (*Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras e Guia de Compilação*).

O BCSTP reporta dados sobre alguns dos principais indicadores do inquérito sobre o acesso a serviços financeiros, nomeadamente os dois indicadores (agências bancárias comerciais por 100 mil adultos e caixas automáticas (ATMs) por 100 mil adultos) adotados pelas Nações Unidas para monitorizar a Meta 8.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O BCSTP produz um quadro trimestral dos Indicadores de Solidez Financeira, mas o mesmo não é transmitido ao STA para validação ou divulgação. Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados.

Estatísticas do setor externo. O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional (PII) que são coerentes com as orientações da sexta edição do BPM6 (*Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional*). As séries da balança de pagamentos e PII foram convertidas à apresentação do BPM6 a partir do primeiro trimestre de 1997 e quarto trimestre de 2013, respetivamente. São transmitidos regularmente dados ao STA.

O BCSTP realiza inquéritos trimestrais para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto do setor privado não financeiro e do setor do petróleo e do gás. Contudo, o índice de respostas é baixo e os números relativos aos erros e omissões líquidos são ainda muito elevados. Nesse contexto, o BCSTP está a avaliar a recolha de dados através de diferentes métodos, até que o índice de respostas seja considerado apropriado.

A missão de AT à distância de setembro de 2021 fez as seguintes recomendações: i) reclassificar parte da Conta Nacional do Petróleo de “Ativos de reserva” para “Outros investimentos – depósitos do banco central”, ii) incluir todas as importações de produtos petrolíferos que transitam pelo entreposto aduaneiro na balança comercial de bens, iii) substituir os inquéritos bancários – devido à sua baixa taxa de resposta – por dados efetivos dos balanços para a compilação da conta financeira das estatísticas da balança de pagamentos e PII, e iv) compilar e divulgar dados das estatísticas da dívida externa para publicação nas estatísticas trimestrais da dívida externa geridas pelo Banco Mundial.

II. Normas e qualidade dos dados

São Tomé e Príncipe aderiu ao Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS) do FMI e desde dezembro de 2019 o país publica a sua [Página Nacional de Síntese de Dados](#).

São Tomé e Príncipe: Quadro de indicadores comumente exigidos para fins de supervisão

(Em 4 de março de 2022)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Jan 2022	Fev 2022	D	D	D
Ativos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Fev 2022	Fev 2022	D	D	D
Posição de investimento internacional	Junho 2021	Jan 2022	T	T	T
Reservas/base monetária	Dez 2021	Jan 2022	D	D	D
Massa monetária	Dez 2021	Jan 2022	M	M	M
Balanço do banco central	Dez 2021	Jan 2022	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Dez 2021	Jan 2022	M	M	M
Taxas de juro ²	Set 2021	Fev 2022	M	I	I
Índice de Preços no Consumidor	Jan 2021	Fev 2022	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Dez 2011	Fev 2022	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Dez 2021	Fev 2022	M	M	M
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez 2021	Fev 2022	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	3T 2021	Jan 2022	T	T	T
Exportações e importações de mercadorias	3T 2021	Jan 2022	T	T	T
PIB/PNB ⁶	2021	Fev 2022	A	A	A
Dívida externa bruta	Dez 2021	Fev 2022	T	T	T

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO RELATIVO À CONSULTA AO ABRIGO DO ARTIGO IV DE 2022, QUARTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSAS PELO NÃO CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO—ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por
Vivek Arora e Stefania Fabrizio
(FMI), e **Asad Alam and Marcello**
Estevão (AID)

Preparado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe: Análise de sustentabilidade da dívida conjunta do Banco Mundial-FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	<i>Em sobre-endividamento</i>
Risco global de sobre-endividamento	<i>Em sobre-endividamento</i>
Granularidade da notação do risco	<i>Sustentável</i>
Pedido de apreciação	<i>Não</i>

O país continua em situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos prolongados superiores a 2% do PIB. O corpo técnico avalia que o país tem capacidade para reembolsar os atrasados externos ao longo do tempo, tal como indicado pelos rácios moderados da dívida externa. Embora o valor atual (VA) do rácio da dívida pública externa e com garantia pública/exportações ultrapasse o seu limiar de 2021 a 2023 devido ao choque da COVID-19 e o rácio do serviço da dívida/exportações exceda marginalmente o seu limiar de 2022 a 2026, todos os outros indicadores da carga da dívida externa pública e com garantia pública permanecem abaixo dos seus limiares ao longo do horizonte de projeção no cenário de base. Projeta-se que o VA da dívida total pública e com garantia pública (depois de ter em conta os termos concessionais da EMAE (uma empresa pública de serviços de utilidade pública) e a dívida e os atrasados do governo central ao fornecedor de combustível do país, a ENCO) infrinja o valor de referência associado a uma fraca capacidade de endividamento (35% do PIB) até 2025. Uma vez que a trajetória em sentido

descendente da dívida pública permanece intacta com base no compromisso das autoridades de implementar as reformas planeadas para a EMAE e de contrair empréstimos externos apenas em termos concessionais a um ritmo comedido, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas está sujeita a grandes riscos. A probabilidade de materialização dos passivos contingentes, nomeadamente os atrasados da ENCO à sua empresa-mãe Sonangol (uma empresa pública de Angola), continua a ser baixa.

COBERTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

1. Para efeitos da ASD de São Tomé e Príncipe, a dívida pública e com garantia pública inclui a dívida do governo central e da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade, uma empresa pública de serviços de utilidade pública)^{1,2}, e a cobertura da dívida do setor público é abrangente não obstante ainda não esteja completa. A EMAE tem vindo a acumular atrasados ao longo dos anos ao seu fornecedor de combustíveis, a ENCO (Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos), que ascendia a um total a 26% do PIB no final de 2020. Três empresas públicas (EP) para além da EMAE – ENAPORT, ENASA e *Correios* – não estão incluídas na análise devido à ausência de dados fiáveis³. A ASD utiliza a assunção da dívida com base na residência. A utilização do critério da moeda desencadearia diferenças substanciais nos resultados, uma vez que os atrasados da EMAE denominados em USD são classificados como dívida interna⁴.

Quadro 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura da dívida pública no cenário de base¹

	Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1	Governo central	X
2	Governos estatal e local	
3	Outros elementos do governo geral	X
4	d/q: Fundo da segurança social	X
5	d/q: Fundos extraorçamentais	X
6	Garantias (a outras entidades do setor público e privado, incluindo empresas públicas)	X
7	Banco central (contraída em nome do governo)	X
8	Dívida não garantida de empresas públicas	

Fontes: Corpo técnico do FMI e do Banco Mundial.
¹ Inclui a empresa de serviços públicos EMAE com grandes prejuízos.

2. Os passivos contingentes são tidos em conta no teste de stress do passivo contingente (Quadro 2 do texto). Os potenciais passivos adicionais das outras EP são assumidos com um valor padrão de 2% do PIB. Os passivos contingentes dos mercados financeiros são também estabelecidos no seu valor padrão de 5% do PIB. Além disso, o teste de stress do passivo contingente inclui uma dívida contestada de USD 30 milhões devida à Nigéria. As autoridades defendem que o seu reembolso era condicional às receitas do petróleo que não têm perspetivas de materialização no curto prazo. O choque também inclui multas estimadas em USD 12,4 milhões (2,4% do PIB) impostas pelo Tribunal Permanente de Arbitragem após a sua decisão sobre a

¹ A ASD inclui os termos concessionais da reestruturação recente da dívida da EMAE ao fornecedor de combustível do país, a ENCO. A ENCO é uma empresa privada detida pela Sonangol (77,6% do capital), uma empresa pública angolana, na qual o governo de São Tomé e Príncipe detém cerca de 16% do capital social. Em 2019, a EMAE e a ENCO assinaram um acordo relativo à regularização dos atrasados da EMAE à ENCO no montante de USD 104,4 milhões.

² Em conformidade com a ASD anterior, estão excluídos os atrasados pré-HIPC relativos a Angola (USD 36 milhões) e a Itália (USD 24,3 milhões), uma vez que o país está a envidar todos os esforços para chegar a um acordo coerente com o acordo representativo do Clube de Paris. Exclui igualmente a dívida contestada à Nigéria (USD 30 milhões), uma vez que não existe nenhum contrato assinado com as condições de reembolso entre os dois países.

³ A ENAPORT e a ENASA continuam a melhorar os esforços de recolha de dados, prevendo-se que o âmbito da cobertura da dívida seja alargado nas ASD no futuro.

⁴ A ENCO, maioritariamente detida por uma empresa pública angolana, está registada no país.

apreensão de um navio maltês pelo país em 2013. Excluem-se os atrasados pré-HIPC. Por último, para a ASD externa, o choque do passivo contingente inclui também pressupostos sobre os atrasados da ENCO à Sonangol, estimados em USD 35,5 milhões (7,4% do PIB) para a ASD pública e USD 136 milhões (28,5% do PIB) para a ASD externa⁵.

Quadro 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura do teste de stress do passivo contingente

1	Cobertura da dívida pública do país	Governo central, banco central e dívida de garantia pública. Não existe qualquer dívida por parte da segurança social ou contração de empréstimos por entidades sem dotação orçamental.		
		Incumprimento	Utilizado para a análise	Razões para os desvios em relação às definições padrão
2	Outros elementos do governo geral não incluídos em 1.	0 % do PIB	16,3 para a ASD pública; 37,4 para a ASD externa	Inclui o empréstimo contestado da Nigéria (6,3% do PIB) e a multa do Tribunal Permanente de Arbitragem (2,6% do PIB) para que as ASD públicas e externas sejam prudentes. Inclui os pressupostos dos atrasados da ENCO à Sonangol na ASD externa (28,5% do PIB) e na ASD pública (7,4% do PIB).
3	Dívida das EP (com e sem garantia pública) 1/	2 % do PIB	2	O projeto das PPP é pré-HIPC e está excluído da ASD.
4	PPP	35 em percentagem do capital social das PPP	0	
5	Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5 % do PIB	5	
Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB)		23,3% do PIB para a ASD pública e 44,4% do PIB para a ASD externa.		

^{1/} O choque padrão de 2% do PIB será provocado no caso de países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente abrangida pela definição de dívida pública do país (1).

Fontes: Corpo técnico do FMI e do Banco Mundial.

⁵ Os atrasados externos da ENCO à Sonangol estão estimados em USD 205 milhões. Para o teste de stress da ASD pública, o choque de USD 35,5 milhões baseia-se na propriedade direta do governo de cerca de 16% na ENCO. Para a ASD externa, o choque de USD 136 milhões é a soma dos USD 35,5 milhões (acima descritos) e a parte da dívida e dos atrasados da EMAE à ENCO que seria reclassificada como dívida externa no cenário extremo em que o governo adquire a ENCO à Sonangol.

ENQUADRAMENTO

A. Dívida

Quadro 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor, 2020-22^{1,2}

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	2020			2020	2021	2022			
	(em USD milhões)	(percentagem da dívida total)	(em percentagem do PIB)	(em USD milhões)					
						(em percentagem do PIB)			
			2020	2021	2022	2020	2021	2022	
Externa	415.7	100.0	87.1	5.1	7.8	12.3	1.1	1.5	2.2
Total	205.6	49.5	43.1	2.6	4.6	7.6	0.5	0.9	1.4
Credores multilaterais ⁴	76.9	18.5	16.1	1.7	2.8	2.8	0.4	0.5	0.5
FMI	25.5	6.1	5.3						
Banco Mundial	11.5	2.8	2.4						
BAD/BAfD/BID	18.7	4.5	3.9						
Outros credores multilaterais	21.3	5.1	4.5						
d/q: Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África	12.4	3.0	2.6						
d/q: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	5.2	1.3	1.1						
lista de grandes credores adicionais ⁵		0.0	0.0						
Credores bilaterais	118.7	28.6	24.9	0.8	1.8	4.8	0.2	0.3	0.9
Membros do Clube de Paris	0.8	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
d/q: Bélgica	0.8	0.2	0.2						
d/q: lista dos dois maiores credores		0.0	0.0				0.0	0.0	0.0
lista de grandes credores adicionais ⁵		0.0	0.0				0.0	0.0	0.0
Não membros do Clube de Paris	117.9	28.4	24.7	0.8	1.8	4.8	0.2	0.3	0.9
d/q: Angola	52.7	12.7	11.0						
d/q: Portugal	61.2	14.7	12.8						
d/q: Nigéria ³	0.0	0.0	0.0						
Obrigações	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Credores comerciais	10.0	2.4	2.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
d/q: China	10.0	2.4	2.1						
d/q: Itália ⁷	0.0	0.0	0.0						
lista de grandes credores adicionais ⁵		0.0	0.0						
Outros credores internacionais		0.0	0.0						
d/q: lista dos dois maiores credores		0.0	0.0						
lista de grandes credores adicionais ⁵		0.0	0.0						
Interna	210.1	50.5	44.0	2.5	3.2	4.7	0.5	0.7	1.0
Detida por residentes, total	N. apl.	N. apl.	N. apl.						
Detida por não residentes, total	N. apl.	N. apl.	N. apl.						
Obrigações do Tesouro	27.6	6.6	5.8						
Obrigações	0.0	0.0	0.0						
Empréstimos	182.5	43.9	38.2						
Por memória:									
Dívida garantida ⁵	0.0	0.0	0.0						
d/q: Relacionada	0.0	0.0	0.0						
d/q: Não relacionada	0.0	0.0	0.0						
Passivos contingentes ⁸	61.6	14.8	12.9						
d/q: Garantias públicas	0.0	0.0	0.0						
d/q: Outros passivos contingentes explícitos ⁶	0.0	0.0	0.0						
PIB nominal	477.3			477.3	524.0	556.7			

1/ Conforme comunicado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação de credores, incluindo por oficial e comercial. A cobertura da dívida é a mesma da ASD.

2/ Alguma dívida pública não é apresentada no quadro devido a (cláusulas de confidencialidade/limitações de capacidade). (Incluir para todos os grupos de credores, quando aplicável).

3/ Credores individuais que representam mais de 5% da dívida total. A dívida para com a Nigéria está a ser contestada, pelo que não está incluída na ASD.

4/ "Credores multilaterais" são simplesmente instituições com mais de um acionista oficial e podem não estar necessariamente alinhados com a classificação de credores ao abrigo de outras políticas do FMI (por exemplo, empréstimos a países com atrasados).

5/ A dívida é garantida quando o credor tem direitos sobre um ativo ou fluxo de receitas que lhe permitirão, em caso de incumprimento pelo mutuário das suas obrigações de pagamento, confiar no ativo ou no fluxo de receitas para garantir o reembolso da

6/ Inclui outras garantias pontuais não incluídas na dívida com garantia pública (por exemplo, linhas de crédito) e outros passivos contingentes explícitos não classificados noutra rubrica (por exemplo, potenciais créditos legais, pagamentos resultantes de

7/ Os empréstimos comerciais a Itália são classificados como atrasados técnicos externos e excluídos da ASD.

8/ Conforme definido no teste de stress dos passivos contingentes, os passivos contingentes são estimados em 12,9% do PIB para a ASD pública e em 55,7% para a ASD externa.

3. A dívida total pública e com garantia pública atingiu 87% do PIB em 2020, incluindo uma dívida externa de 43% do PIB (Quadro 3)⁶. Projeta-se que a dívida total pública e com garantia pública ascenda a cerca de 96% do PIB em 2021, com uma dívida externa de 46% do PIB. A dívida pública e com garantia pública inclui os atrasados da empresa pública de serviços de utilidade pública, EMAE, ao seu fornecedor de combustível ENCO, que aumentou para cerca de USD 123 milhões em 2020 (26% do PIB ou quase 30% da dívida total pública e com garantia pública), face a USD 43 milhões em 2015. A expansão da rede de distribuição de eletricidade e as grandes perdas associadas são fatores determinantes para o aumento da dívida pública e com

⁶ Devido ao alargamento da cobertura da dívida acima referido, a "dívida direta e garantida do governo central" tem, nesta ASD, a mesma cobertura da "dívida total pública e com garantia pública" na ASD anterior. Em consonância com o novo quadro de ASD, o termo "dívida total pública e com garantia pública" refere-se à cobertura que inclui o governo central e a EMAE (os atrasados do governo em relação à EMAE são excluídos na consolidação).

garantia pública. A existência de atrasados significativos da EMAE ao seu fornecedor reflete também graves limitações de liquidez no setor público. O corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para reembolsar estes atrasados ao longo do tempo, desde que o país implemente reformas na empresa pública que gera prejuízos, a EMAE, e continue a recorrer a empréstimos externos em termos concessionais.

4. O país continua a negociar ativamente com credores bilaterais para regularizar os atrasados pós-HIPC, permanecendo o montante inalterado. No total, esses atrasados ascenderam a 2,2% do PIB de 2020 (USD 10,7 milhões), ou seja, a Angola (USD 4,8 milhões), ao Brasil (USD 4,3 milhões) e à Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões). Um acordo com o governo brasileiro foi alcançado, estando pendente a ratificação pelo Senado brasileiro. O governo procurou também ativamente alcançar acordos de rescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial através de correspondência e de reuniões de alto nível e obteve progressos satisfatórios, tendo sido concluídas as medidas técnicas enquanto se aguarda a assinatura dos acordos finais. Estes atrasados pós-HIPC refletem-se no stock da dívida. O Quadro 4 do texto fornece pormenores sobre a situação dos atrasados.

Quadro 4 do texto. São Tomé e Príncipe: Atrasados e dívida contestada (No final 2020)		
Tipo	Descrição	Tratamento da ASD
Atrasados antigos pré-HIPC (12,6% do PIB)	São Tomé e Príncipe tem atrasados antigos pré-HIPC com Angola (USD 36 milhões ^{1/}) e a Itália (USD 24,3 milhões), num total de USD 60,3 milhões. São Tomé e Príncipe está a envidar todos os esforços para chegar a um acordo coerente com o acordo representativo do Clube de Paris. Em 2017, São Tomé e Príncipe conseguiu obter uma redução de USD 18,4 milhões de atrasados antigos pré-HIPC da China.	Não incluídos na ASD no pressuposto do perdão esperado.
Atrasados bilaterais pós-HIPC (2,2% do PIB)	São Tomé e Príncipe tem atrasados pós-HIPC com Angola (USD 4,8 milhões), Brasil (USD 4,3 milhões) e Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões), num total de USD 10,7 milhões. As negociações com Angola e a Guiné Equatorial estão a registar bons progressos, tendo sido concluídas as medidas técnicas, enquanto se aguarda a assinatura dos acordos finais. Um acordo com o governo brasileiro foi alcançado, estando pendente a ratificação pelo Senado brasileiro. Estes atrasados resultam de uma gestão deficiente da dívida e o corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para os reembolsar ao longo do tempo.	Incluídos no cenário de base no final de 2020.
Atrasados internos ^{2/} (15,8% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados internos com a empresa de telecomunicações CST (USD 6,1 milhões), com a EMPRESAS (USD 7 milhões), relativos a diferenciais de preços dos combustíveis (USD 31,8 milhões) e com outros fornecedores privados (USD 30,5 milhões, sobretudo empresas de construção). No total, os atrasados internos ascendem a USD 75,4 milhões.	Incluídos no cenário de base.

Dívida contestada (6,3% do PIB)	Um empréstimo da Nigéria no montante de USD 30 milhões foi excluído do stock da dívida uma vez que não existe um contrato assinado com as condições de reembolso entre os dois países. No entanto, as autoridades acusaram a receção dos fundos, que foram gastos conforme comprovado pelos documentos orçamentais. Este empréstimo foi concedido sob a forma de adiantamentos sobre as receitas do petróleo no contexto da zona de exploração conjunta entre estes dois países, mas o projeto foi interrompido. Segundo as autoridades de São Tomé e Príncipe, este empréstimo está a ser contestado, uma vez que só deve ser reembolsado se as receitas provenientes do petróleo se materializarem.	Incluída nos testes de stress do passivo contingente na ASD pública e na ASD externa.
<p>¹O montante aumentou de USD 30,6 milhões para USD 36 milhões em 2019, o que reflete a inclusão dos atrasados da dívida comercial a Angola no montante de atrasados a Angola a partir do mês de outubro de 2019, após a reunião de reconciliação realizada em maio de 2019.</p> <p>²Os atrasados internos no Quadro 4 do texto da ASD refletem as últimas compilações de dados atuais pelas autoridades relativas a 2019 e 2020, atualizando as anteriores projeções do corpo técnico. Com base nas últimas compilações das autoridades, o stock de atrasados internos era de USD 88,3 milhões em 2019 e diminuiu para USD 75,4 milhões em 2020, o que também contribuiu para a redução dos níveis da dívida em 2020.</p>		

B. Previsões macroeconómicas

5. Os pressupostos macroeconómicos são atualizados em relação à ASD de setembro de 2021.

- Crescimento e inflação:** A taxa de crescimento do PIB de 3% em 2020 foi apoiada por despesas públicas de financiamento externo, não obstante os impactos negativos da pandemia. As transferências para famílias e empresas vulneráveis contribuíram para o alívio do setor dos serviços, o que deu um contributo surpreendentemente positivo para o crescimento. Do mesmo modo, a expansão da despesa pública de financiamento externo, incluindo na educação e na saúde, impulsionou o crescimento do setor da construção. A melhoria da conta corrente em 2020 deveu-se principalmente à diminuição das importações e ao aumento das transferências oficiais. Os principais projetos de financiamento externo em 2020 incluem o Projeto de Abastecimento de Água Potável, o Projeto de Apoio à Infração à Indústria Alimentar, o Projeto de Estudo do Plano Nacional de Utilização dos Solos, o Projeto de Financiamento da Infraestrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão e o Projeto de Apoio à Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição. As projeções pressupõem que as necessidades residuais de financiamento serão satisfeitas por dívida de curto prazo emitida localmente, ao passo que as necessidades efetivas de financiamento interno são significativamente inferiores graças aos termos concessionais da dívida da EMAE e dos atrasados à ENCO. Os níveis da dívida pública e externa melhoraram em 2020 por comparação com 2019, sobretudo devido a um crescimento mais elevado. O crescimento real do PIB deverá diminuir para 1,8% em 2021, em resultado da escassez de energia, da pandemia e da diminuição do financiamento externo, o que contribuirá para o ligeiro aumento dos níveis da dívida em 2021. O crescimento real médio permanece em 3,7% ao longo do horizonte de projeção de 2021-41 (Quadro 5 do texto). A inflação (deflator do PIB) foi de 5,6% em 2020 e projeta-se que diminua para 3,1% em 2021. Prevê-se que as taxas de inflação diminuam para uma média de 2,8% ao longo do horizonte de projeção de 2021-41.

- Do lado externo:** As exportações deverão acelerar no médio prazo, à medida que a estratégia para o turismo é implementada com o apoio do Banco Mundial, tendo o setor recebido um impulso gradual com a melhoria das infraestruturas, um novo sistema de pagamentos internacionais (atualmente espera-se que esteja concluído em cerca de três anos) e uma nova escola de turismo. Prevê-se que as exportações de cacau e de óleo de palma contribuam também para o crescimento das exportações, tendo em conta a elevada qualidade destes produtos em São Tomé e Príncipe e os efeitos positivos da recuperação das exportações diretas para a Europa.
- Do lado orçamental:** O défice orçamental primário interno melhorou para 0,6% do PIB ao longo do horizonte de projeção, um valor inferior à média de 1,3% do PIB na ASD anterior. As autoridades pretendem alcançar um excedente primário interno até 2025. A consolidação orçamental no médio prazo será apoiada pela introdução, em 2022, do IVA a uma taxa de 15% com isenções mínimas, pelo reforço da administração das receitas, pela gestão do impacto do rápido aumento dos preços mundiais nas receitas e subsídios implícitos, pela implementação de reformas de GFP e pelo reforço da transparência orçamental e da governação. Em conformidade com a facilidade de crédito alargado (ECF) do FMI, pressupõe-se que o défice orçamental será financiado principalmente por donativos e empréstimos concessionais. Ademais, a conta corrente será também financiada por IDE. Espera-se que a economia recupere com a implementação de projetos de construção há muito adiados e com uma recuperação do turismo e da procura mundial de matérias-primas.

Quadro 5 do texto. São Tomé e Príncipe: Pressupostos macroeconómicos				
	Previsões		históricas	
	ASD de set. 2021	Últimos 4 anos	ASD de set. de 2021 ¹	ASD atual
	2017-20	2017-20	2021-41	2021-41
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3.0	3.0	3.8	3.7
Inflação (em percentagem média)	4.3	4.3	2.6	2.8
Saldo primário interno (em percentagem do PIB)	-4.7	-4.6	-1.3	-0.6
Donativos (em percentagem do PIB)	8.7	8.9	4.6	7.2
IDE (em percentagem do PIB)	6.2	6.6	4.9	5.4
Crescimento das exportações em USD (em percentagem)	-11.3	-11.9	9.0	8.5
Crescimento das importações em USD (em percentagem)	-1.5	-1.7	5.2	5.7
Saldo da conta corrente, incluindo donativos (em percentagem do PIB)	-12.9	-12.0	-4.3	-5.9
Saldo da conta corrente, excluindo donativos (em percentagem do PIB)	-21.9	-21.1	-9.6	-13.2

¹ Relatório do FMI n.º 2021/202

6. Os resultados do instrumento de realismo compararam as projeções com as experiências transnacionais e com a experiência histórica de São Tomé e Príncipe (Figuras 3 e 4). Os fatores impulsionadores da dinâmica da dívida sugerem algumas alterações na decomposição dos fluxos geradores de dívida. A decomposição dos fluxos geradores de dívida indica que o contributo projetado do défice da conta corrente terá um menor impacto na acumulação de dívida externa em resultado das melhorias projetadas dos défices da conta corrente

no médio prazo, decorrentes da recuperação do setor do turismo. O menor crescimento e o menor impacto dos preços e das taxas de câmbio contribuirão para uma redução mais lenta da dívida por comparação com os fatores impulsionadores históricos. No tocante à dívida pública total, os défices primários mais baixos do que no passado serão os principais fatores impulsionadores da dinâmica da dívida pública. O agravamento do saldo primário nos próximos 3 anos situa-se no quartil inferior da distribuição, o que reflete a supressão do apoio externo temporário que apoiou o excedente orçamental em 2020. A expansão projetada do investimento público deverá gerar dividendos de crescimento em linha com fatores históricos. Tal será apoiado pelas intenções das autoridades de melhorar a gestão do investimento público e de adotar reformas que permitam um financiamento interno adicional.

C. Classificação por país e determinação de cenários de testes de stress

7. Considera-se que a capacidade de endividamento do país continua a ser fraca segundo o índice composto, tal como na ASD de setembro de 2021 no âmbito da terceira avaliação da ECF. O novo índice composto da capacidade de endividamento reflete variáveis macroeconómicas, como o crescimento do PIB real, as remessas, as reservas e o crescimento mundial, para além da CPIA. O índice composto é de 2,673, em resultado de uma fraca capacidade de endividamento, e é estimado com base no WEO de outubro de 2021 e na CPIA de 2020 do Banco Mundial (Quadro 6 do texto). Esta situação, em conjunto com outras revisões do quadro, confirma que São Tomé e Príncipe é um país com uma capacidade de endividamento fraca. Os limiares aplicáveis aos rácios do VA/dívida externa pública e com garantia pública em relação ao PIB e às exportações são de 30% e 140%. O valor de referência do VA da dívida total pública e com garantia pública é de 35% do PIB. Os limiares para o serviço da dívida externa pública e com garantia pública são de 10% das exportações e de 14% das receitas.

Quadro 6 do texto. São Tomé e Príncipe: Classificação da capacidade de endividamento

Final	Classificação com base no ano atual	Classificação com base no ano anterior	Classificação com base nos dois anos anteriores
Fraca	Fraca 2,673	Fraca 2,663	Fraca 2,678

8. A ASD integra os custos e os riscos de catástrofes naturais no teste de stress adaptado às catástrofes naturais. São Tomé e Príncipe é vulnerável a catástrofes naturais influenciadas por fatores climáticos. As inundações afetam frequentemente este país insular com chuvas fortes e tempestades, que podem provocar a erosão dos solos, desabamentos de terras, o aumento do risco de doenças transmitidas pela água e a diminuição da produção de colheitas. O teste de stress adaptado pressupõe um choque pontual de catástrofes naturais de 10% do PIB em relação ao rácio da dívida externa pública e com garantia pública/PIB no segundo ano do período de projeção, com o choque associado ao crescimento do PIB real de 1,5% do PIB e o choque associado ao crescimento das exportações de 3,5% do PIB. Os resultados da análise do corpo técnico indicam que, até ao final de 2026, um choque de catástrofes naturais pode aumentar o VA do rácio da dívida pública/PIB de 57% do PIB no cenário de base para 65% do PIB no cenário de teste de stress, e o VA

do rácio da dívida externa/PIB aumentará de 21% do PIB no cenário de base para 26% do PIB no cenário de stress.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

A. Sustentabilidade da dívida externa

9. Apesar da notação de sobre-endividamento, a ASD indica que a dívida externa total pública e com garantia pública é sustentável no cenário de base do programa. No cenário de base⁷, os rácios de stock da dívida externa pública e com garantia pública/serviço da dívida permanecem abaixo dos valores de limiar da ASD ao longo do horizonte de projeção, à exceção de alguns incumprimentos temporários (Figura 1). O VA do rácio da dívida externa pública e com garantia pública/PIB situa-se abaixo do limiar de 30% ao longo do período e o VA do rácio da dívida externa pública e com garantia pública/exportações mantém-se abaixo do limiar de 140% do PIB a partir de 2024. A melhoria dos indicadores de solvência no médio prazo reflete a consolidação orçamental, um endividamento externo prudente, o crescimento económico e um saldo da conta corrente melhorado. Os indicadores de liquidez permanecem abaixo dos seus limiares de 10% e 14% para os rácios do serviço da dívida/exportações e do serviço da dívida/receitas, respetivamente, exceto alguns incumprimentos temporários do rácio do serviço da dívida/exportações relacionados com os reembolsos projetados pelo FMI e os reembolsos diferidos ao abrigo da DSSI de 2022 para 2026. À semelhança dos indicadores de solvência, os rácios de liquidez também melhoram ao longo do tempo, o que reflete exportações e receitas superiores. Estes resultados sugerem que a dívida externa pública e com garantia pública é sustentável. Embora os riscos da dívida externa sejam consideráveis, uma vez que o cenário de base para a dívida externa está perigosamente próximo dos limiares dos indicadores do rácio da dívida externa/exportações e do rácio do serviço da dívida externa/exportações, os cenários de base divergem consideravelmente dos cenários históricos, dado que os cenários históricos apontam para uma tendência ascendente da trajetória da dívida sem consolidação orçamental e reformas no setor da energia.

10. Embora o cenário de base seja sustentável, os testes de stress sugerem a vulnerabilidade da dívida externa na presença de choques extremos. Os indicadores de solvência ultrapassam os respetivos limiares no cenário de choque mais extremo. Um dos cenários de choque mais extremo é o choque combinado dos passivos contingentes (para o rácio da dívida externa/PIB). Este cenário de choque inclui o potencial reembolso do empréstimo da Nigéria (USD 30 milhões), o pagamento da multa do Tribunal Permanente de Arbitragem (USD 12,4 milhões), os atrasados da ENCO à Sonangol (USD 136 milhões), que podem, em última análise, recair sobre o governo, bem como o pressuposto de um resgate do mercado financeiro. Conforme indicado no Quadro 2 do texto, os atrasados externos da ENCO à Sonangol representam

⁷ As projeções da dívida refletem o pressuposto atualizado de que parte dos futuros desembolsos das alocações anuais da AID se verifica em termos de crédito (a uma taxa de juro de 0,75% para a pequena economia) em vez de em termos concessionais.

o passivo contingente primário neste cenário de choque extremo⁸. Estes resultados sublinham a importância de desenvolver planos para os passivos contingentes e os atrasados. O choque mais extremo para o rácio do serviço da dívida/receitas é um choque de depreciação pontual. O choque mais extremo para o rácio da dívida/exportações e para o rácio do serviço da dívida/exportações é um choque das exportações, o que também sugere a importância de promover um crescimento forte das exportações. O VA do rácio da dívida/exportações e o rácio do serviço da dívida/exportações ultrapassam os respetivos limiares ao longo de todo o horizonte de projeção, mas diminuem com o tempo no cenário de choque das exportações.

B. Sustentabilidade da dívida pública

11. A dívida externa total pública e com garantia pública pode ser considerada sustentável no cenário de base. Neste cenário, projeta-se que o VA da dívida pública e com garantia pública apresente uma trajetória em sentido descendente, ao passo que os níveis ultrapassam o valor de referência da ASD de 35% ao longo do período. Depois de ter em conta os termos concessionais da dívida da EMAE e do governo central à ENCO, regida por um acordo de reembolso de 2019⁹ (com pagamentos anuais fixos, sem juros e um elemento concessional superior a 80%), prevê-se que o VA da dívida pública e com garantia pública ultrapasse o limiar da ASD de 35% até 2025, antes de diminuir gradualmente para cerca de 19% do PIB até 2031 (Figura 2). Uma vez que a sua trajetória em sentido descendente permanece intacta com base no compromisso das autoridades de prosseguirem a sua consolidação orçamental, de implementar as reformas planeadas para a EMAE¹⁰ e de contrair empréstimos externos apenas em termos concessionais a um ritmo comedido, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas sujeita a grandes riscos. A este respeito, seria importante desenvolver um plano ativo para reforçar gradualmente a capacidade de endividamento de São Tomé e Príncipe num contexto económico mundial muito incerto e preservar a sustentabilidade da dívida. Se os riscos em sentido descendente se materializarem e conduzirem a uma nova deterioração da situação da dívida (por comparação com o cenário de base do corpo técnico), serão necessários esforços orçamentais adicionais e uma melhor combinação de financiamento (orientada para mais donativos e empréstimos em termos altamente concessionais) para salvaguardar a sustentabilidade da dívida.

12. Dois rácios da dívida total pública e com garantia pública (VA da dívida/PIB, VA da dívida/receitas) e o rácio do serviço da dívida/receitas são sensíveis a um choque combinado

⁸ A dimensão do choque da Sonangol (USD 136 milhões) é calibrada para capturar a quantidade máxima de passivos que seriam assumidos pelo governo caso a contingência se materializasse. Presume-se que os termos de pagamento tenham um elemento concessional de cerca de 37%, globalmente consistente com o nível de concessionalidade da dívida externa pública e com garantia pública.

⁹ Apresentada como linha tracejada preta na Figura 2.

¹⁰ Tal como referido no relatório do corpo técnico, a resolução das ineficiências no setor da energia exige uma abordagem de reforma multifacetada. As principais medidas incluem: i) implementar medidas de curto prazo para conter as perdas da EMAE, tais como a instalação de novos contadores, melhorar a disciplina de pagamento, lançar o programa de lâmpadas LED (indicador de referência estrutural) e promover uma transição para fontes de energia renováveis, ii) basear-se no mecanismo automático de ajuste de preços dos combustíveis e manter os preços dos combustíveis no retalho alinhados com os mercados internacionais (indicador de referência estrutural contínuo) para evitar subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais, e iii) reforçar programas específicos de transferências sociais destinados aos mais vulneráveis, apoiados pelos parceiros de desenvolvimento.

de passivos contingentes. No contexto desses choques, os três rácios aumentariam no curto prazo antes de diminuírem gradualmente no médio a longo prazo. A linha tracejada púrpura na Figura 2 mostra o cenário de choque aplicado à trajetória da dívida depois de ter em conta os termos concessionais da dívida da EMAE e do governo central à ENCO, cujo nível da dívida aumentará também para um nível superior ao valor de referência no cenário de choque mais extremo, ou seja, o choque dos fluxos não geradores de dívida. Além disso, uma vez que os atrasados da EMAE à ENCO são denominados em moeda estrangeira, a dívida do país está sujeita ao risco cambial, embora esses atrasados sejam tratados como dívida interna ao abrigo da definição baseada na residência.

QUALIFICAÇÃO DE SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

13. São Tomé e Príncipe continua em situação de sobre-endividamento, tal como na ASD anterior. Isto deve-se ao facto de ainda estar em curso a regularização dos atrasados da dívida soberana pós-HIPC de São Tomé e Príncipe (a Angola, ao Brasil e à Guiné Equatorial num total de cerca de 2,2% do PIB). Os atrasados significativos da EMAE ao seu fornecedor refletem também as graves limitações de liquidez no setor público. O corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para reembolsar esses atrasados ao longo do tempo. São Tomé e Príncipe continua a procurar ativamente acordos de reescalonamento com os credores.

14. Apesar da fraca capacidade de endividamento e da notação de em situação de sobre-endividamento, a dívida externa pública e com garantia pública e a dívida total continuam a ser sustentáveis. A fraca capacidade de endividamento implica a observância de limiares mais baixos do indicador do ónus da dívida e alguns incumprimentos temporários da dívida externa e da dívida total pública com garantia pública e total. O VA do rácio da dívida externa/PIB permanece abaixo dos seus limiares a partir de 2021 e ao longo do horizonte de projeção, e o VA do rácio da dívida pública e com garantia pública com desconto/PIB diminui para um nível inferior ao seu limiar a partir de 2025 e ao longo do horizonte de projeção.

15. Os riscos em torno do cenário de base são substanciais. Em especial, os testes de stress indicam que a dívida do país é particularmente vulnerável a choques das exportações e a passivos contingentes combinados. Um teste de stress específico baseado num cenário extremo em que o governo necessita de adquirir a ENCO e assumir os consideráveis atrasados da ENCO à Sonangol revela que os riscos associados podem ser elevados caso o cenário extremo se materialize. No entanto, os principais rácios da dívida externa deverão recuperar para níveis inferiores aos seus limiares no médio prazo e a probabilidade de materialização do cenário extremo continua a ser baixa devido aos fortes laços diplomáticos entre São Tomé e Príncipe e Angola.

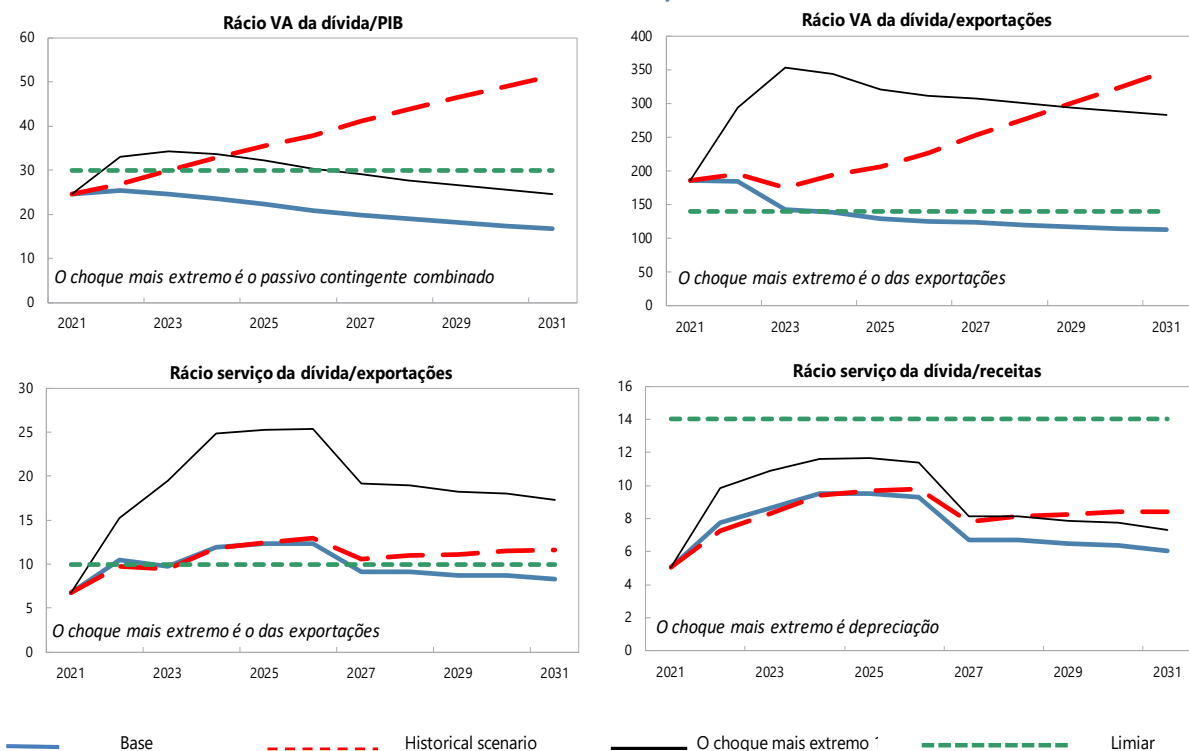
16. De um modo geral, a ASD salienta a importância de prosseguir as reformas orçamentais e de manter políticas sólidas para reduzir os riscos relacionados com a dívida e assegurar a sustentabilidade da dívida. Para mitigar os riscos orçamentais, o país tem de dar seguimento a essas políticas, incluindo para aprofundar e priorizar as reformas da EMAE (tais como o planeamento sistematizado da eletricidade ao menor custo, que apoia a transição limpa através

do aumento das fontes de energia renováveis, e uma reforma apoiada pela operação orçamental do Banco Mundial), prosseguir a consolidação orçamental e a mobilização de receitas, evitar empréstimos não concessionais, melhorar o ambiente de negócios para atrair fluxos não geradores de dívida, reforçar as políticas macroeconómicas conforme previsto no programa de apoio à paridade cambial e promover o turismo e o crescimento liderado pelo setor privado. É igualmente importante dar continuidade às reformas destinadas a reforçar os sistemas de gestão das finanças públicas e a evitar a acumulação de novos atrasados internos, incluindo medidas como a melhoria das projeções do quadro macro-orçamental, o reforço do mecanismo de coordenação da gestão de tesouraria e de controlo das despesas, a prevenção da acumulação de atrasados e a atualização do plano de liquidação de atrasados para cobrir todos os atrasados internos. Além disso, a contração de novos empréstimos concessionais e os desembolsos da dívida externa devem ser cuidadosamente planeados para equilibrar as preocupações em matéria de sustentabilidade da dívida, dando simultaneamente resposta às grandes necessidades de investimento do país. A contração de novos empréstimos concessionais deve ser limitada a 3% do PIB e os desembolsos da dívida externa não devem ultrapassar 2% do PIB por ano. Estes parâmetros podem ser ajustados de acordo com a evolução da dívida e aliviados quando a vulnerabilidade da dívida diminuir. Neste contexto, o país deve procurar financiar grandes projetos com meios não geradores de dívida, nomeadamente através de donativos.

Opinião das Autoridades

17. As autoridades concordaram, globalmente, com a avaliação. Estão empenhadas em prosseguir os esforços para regularizar os atrasados externos de longa data. Reconheceram igualmente o risco considerável para a sustentabilidade da dívida decorrente das perdas significativas e persistentes da EMAE, que se traduziram em grandes atrasados com a ENCO, e estão empenhadas em implementar reformas na EMAE para alcançar a sustentabilidade da dívida. Comprometem-se igualmente a contrair empréstimos apenas em termos concessionais e a um ritmo comedido para reduzir a vulnerabilidade da dívida ao longo do tempo.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2021– 2031



Personalizações das configurações padrão		
	Tamanho	Interações
Testes adaptados		
PC combinados	Sim	
Catastrofes naturais	No	No
Preços das mat. -primas 2/	n.a.	n.a.
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão para os testes de stress. "n.a" indica que o teste de stress não se aplica.

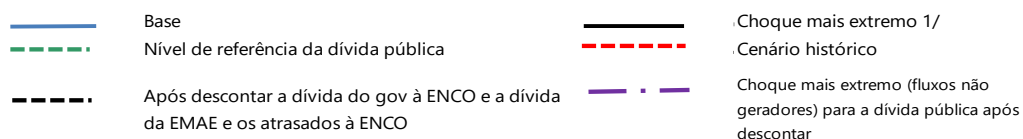
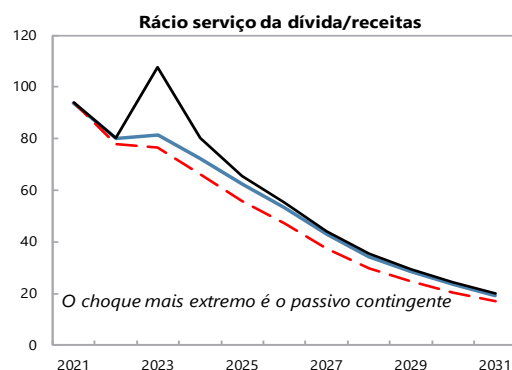
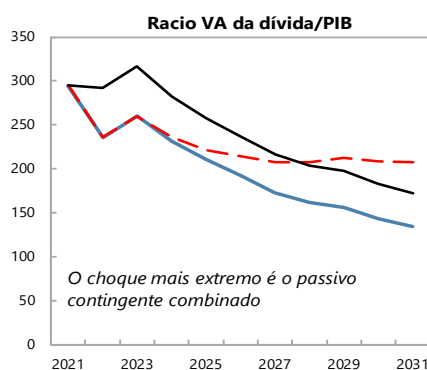
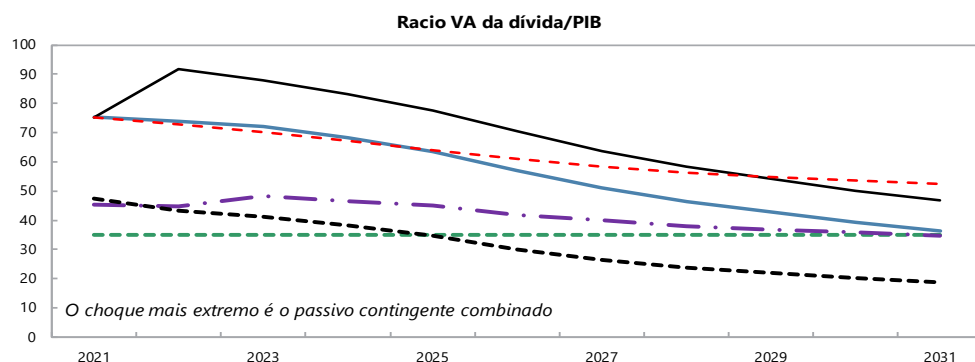
Pressupostos de endividamento para os testes de stress*		
	Padrão	Usuário definido
Quotas da dívida marginal		
External PPG MLT debt	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.3%	1.3%
USD Discount rate	5.0%	5.0%
Maturidade de média (incl. período de graça)	30	30
Período de graça médio	9	9

* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de médio e longo prazo na ASD externa. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projecções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2031. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora tal quebra seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo mesmo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas este teste de stress (com o choque pontual).

2/ A magnitude dos choques usados para o teste de stress de choque nos matérias-primas baseia-se nas perspetivas para os preços das matérias-primas elaboradas Departamento de Estudos do FMI.

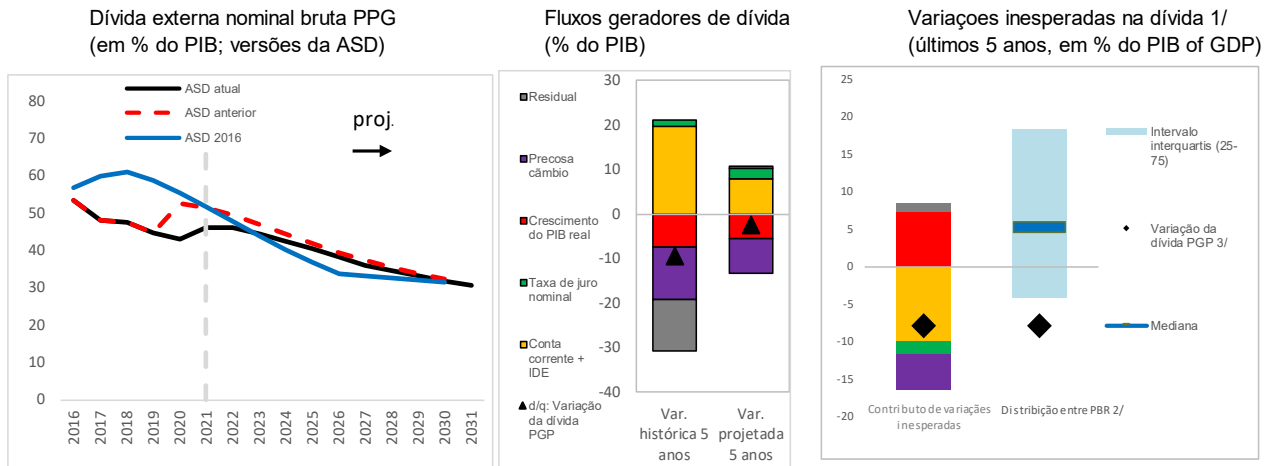
Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de dívida pública em cenários alternativos, 2021– 2031


Pressupostos de endividamento para os testes de stress [*]	Padrão	Usuário definido
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo	24%	60%
Dívida interna de médio e longo prazo	9%	9%
Dívida interna de curto prazo	109%	31%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.3%	1.3%
Maturidade de média (incl. período de graça)	30	30
Período de graça medio	9	9
Dívida interna de médio e longo prazo		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	-3.3%	-3.3%
Maturidade de média (incl. período de graça)	100	100
Período de graça medio	99	99
Dívida interna de curto prazo		
Taxa de juro real	-1.0%	-1.0%

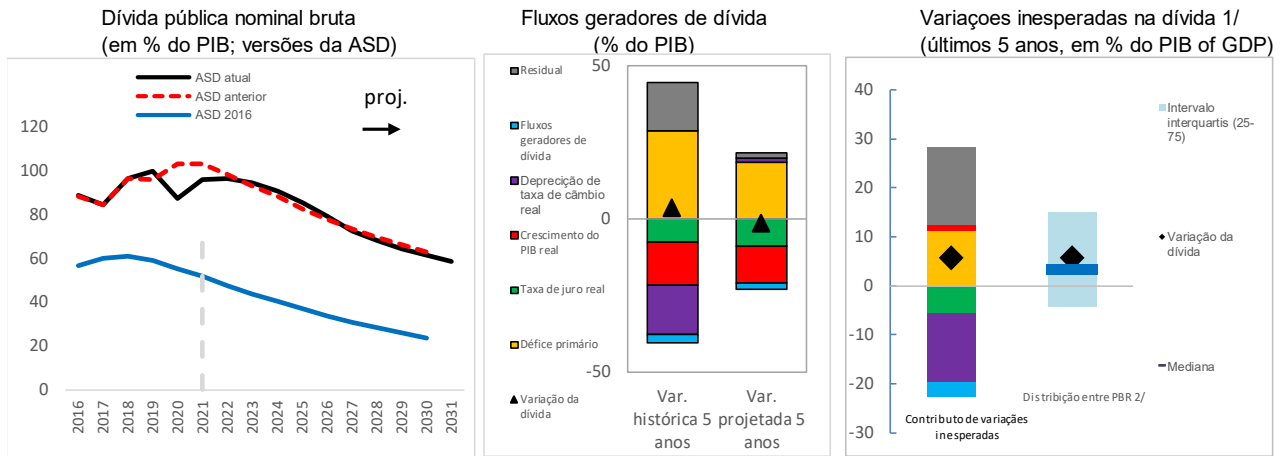
* Nota: NA ASD pública, as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress podem ser cobertas pelo financiamento interno. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos. Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2031. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora tal quebra seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo mesmo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas este teste de stress (com o choque pontual).

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Fatores impulsionadores da dinâmica da dívida – cenário de base – dívida externa



Dívida pública



1/ A diferença entre os contributos previsto e efetivo para os rácios da dívida.

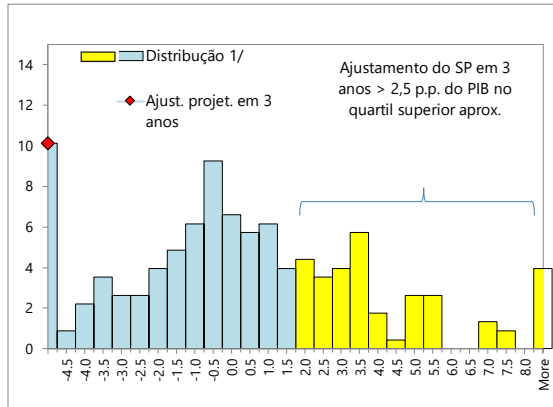
2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidos ASD PBR..

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PPG deve ser largamente explicada pelos determinantes da equação da dinâmica da dívida externa.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

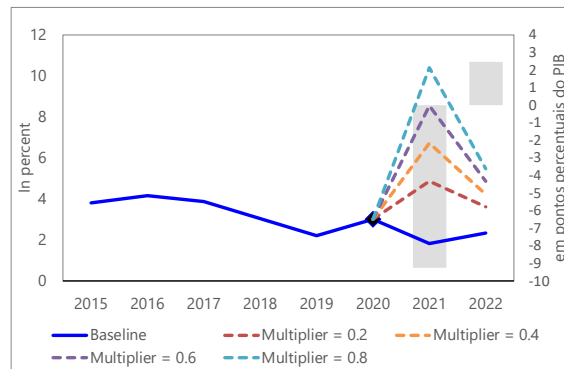
Figura 4. São Tomé e Príncipe: Instrumentos de realismo

Ajustamento do saldo primário em três anos (pontos percentuais do PIB)



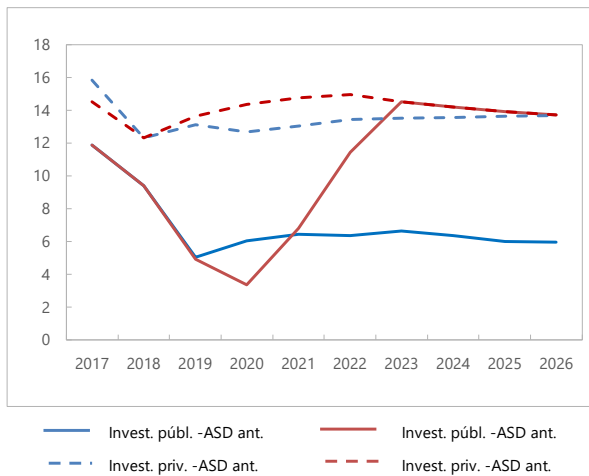
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. O dimensão do ajustamento de 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra é encontra-se no eixo vertical.

Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/

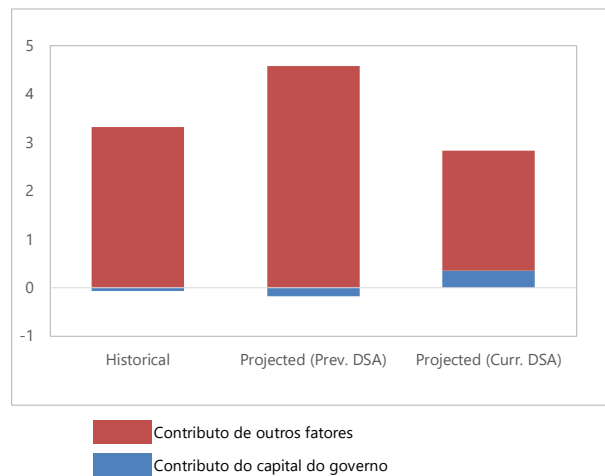


1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à lado direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento real do PIB sob diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda)

Taxas de investimento público e privado (% of PIB)



Contributo para o crescimento do PIB real (% média de 5 anos)



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

Quadro 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida externa, cenário de base, 2019-2041
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual		Projeções										Média 8/ 0	Residency-based Definição de dívida externa/interna Existe alguma diferença material entre os dois critérios? Yes
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2031	2041	2041			
Dívida externa (nominal) 1/	44.7	43.1	46.0	45.2	43.4	41.6	39.7	37.4	37.4	30.3	29.0	37.9		
d/q pública e com garantia pública (PGP)	44.7	43.1	46.0	45.2	43.4	41.6	39.7	37.4	37.4	30.3	29.0	37.9		
Variação da dívida externa	-2.9	-1.7	2.9	-0.8	-1.7	-1.8	-2.0	-2.2	-1.1	0.2				
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	3.5	-1.0	1.7	1.6	-0.3	-1.0	-1.1	-1.0	-1.1	-1.0				
Défice da conta corrente, excl. juros	11.6	10.0	9.4	9.5	7.0	6.1	5.8	5.6	4.6	4.9				
Défice da balança de bens e serviços	22.0	-10.3	21.2	26.6	19.8	19.3	18.4	17.7	15.4	14.6				
Exportações	22.3	10.3	13.7	17.2	16.9	17.2	16.7	16.7	14.8	13.2				
Importações	44.3	...	34.4	40.3	36.9	36.2	35.6	34.3	30.2	27.7				
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-10.2	-13.8	-10.5	-15.7	-11.3	-11.5	-11.2	-10.9	-9.9	-9.1				
d/q: oficiais	-6.4	-10.5	-7.8	-12.9	-8.2	-8.2	-7.9	-7.6	-6.7	-6.0				
Outros fluxos de transações correntes (negativo = ingresso)	-0.2	34.2	-1.3	-1.4	-1.5	-1.6	-1.4	-1.2	-0.9	-0.6				
IDE líquido (negativo = ingresso)	-1.1	-4.2	-0.5	-0.7	-0.6	-0.9	-1.0	-0.8	-0.7	-0.7				
Dinâmica endógena da dívida 2/	0.6	0.2	0.2	0.4	0.5	0.5	0.5	0.4	0.4	0.4				
Contributo da taxa de juro nominal	-1.0	-1.2	-0.7	-1.0	-1.2	-1.4	-1.4	-1.4	-1.1	-1.1				
Contributo do crescimento do PIB real	-0.6	-3.2				
Contributo das variações cambiais e de preços	-6.4	-0.7	1.2	-2.5	-1.4	-0.8	-0.9	-1.3	0.5	0.0				
Resíduo 3/	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0				
d/q: financiamento excepcional				
Indicadores de sustentabilidade														
VA da dívida externa PGP/PIB	...	25.7	24.5	25.3	24.5	23.5	22.3	20.8	16.7	16.3				
VA da dívida externa PGP/exportações	...	248.5	185.5	184.4	143.0	138.8	129.5	125.1	112.8	123.7				
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	4.5	5.2	6.8	10.4	9.8	12.0	12.3	12.3	8.3	6.7				
Rácio serviço da dívida PGP/recostas	5.6	2.9	5.0	7.8	8.6	9.5	9.5	9.3	6.0	4.8				
Total da necessidade bruta de financiamento (Billions de USD)	24.2	17.9	16.1	19.9	11.4	11.8	13.3	15.5	5.3	3.6				
Principais pressupostos macroeconómicos														
Crescimento do PIB real (em percentagem)	2.2	3.0	1.8	2.3	2.8	3.5	3.7	4.0	3.9	4.1				
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	1.4	7.6	6.9	-0.2	5.6	4.2	4.2	5.0	3.7	1.9				
Taxa de juro efectiva (em percentagem) 4/	1.2	0.5	0.6	0.8	1.3	1.3	1.4	1.1	1.1	1.3				
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-1.9	-48.7	39.3	6.0	35.6	6.5	10.0	5.4	5.5	0.0				
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-5.3	-11.4	5.9	19.7	-0.6	5.7	6.3	5.2	5.8	0.0				
Elemento de donativo do novo endividamento do sector público (%)	18.0	18.3	17.8	18.5	19.5	21.3	22.2	22.1	20.4	18.3				
Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)	33.8	88.1	50.6	76.8	50.9	54.8	57.4	65.5	82.7	115.3				
Fluxos de ajuda financeira (em Billions de USD) 5/	8.6	14.0	9.4	9.3	9.0	8.9	7.6	6.6				
Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 6/	92.9	90.2	84.5	84.9	84.8	86.4	86.0	84.3				
Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 6/	431	477	520	531	576	621	733	1078				
PIB nominal (Billions de USD)	3.6	10.8	8.9	2.2	8.5	7.8	8.1	9.1	7.8	6.1				
Crescimento do PIB nominal em USD				
Por memórias:														
VA da dívida externa 7/	...	25.7	28.7	33.3	34.7	34.8	33.8	31.4	23.9	20.3				
Em percentagem das exportações	...	248.5	217.2	242.9	202.5	205.5	196.2	188.4	161.3	154.1				
Rácio serviço da dívida/exportações	4.5	5.2	6.8	12.3	12.5	15.5	16.1	16.3	11.4	8.6				
VA da dívida externa PGP (em Billions de USD)	122.6	149.3	177.0	200.1	216.3	227.3	230.0	257.3	391.6	391.6				
(VAI-VAE-1)/PIB-1 (em percentagem)	5.6	5.3	4.3	2.8	1.8	0.4	0.7	1.2	1.2	1.2				
Défice da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	14.5	11.7	6.5	10.1	8.2	7.4	7.1	7.2	5.2	4.4				

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivado como $(r - g - \rho(1 + p)/(1 + p + \rho))$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de crescimento do PIB real e p = a taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projeções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

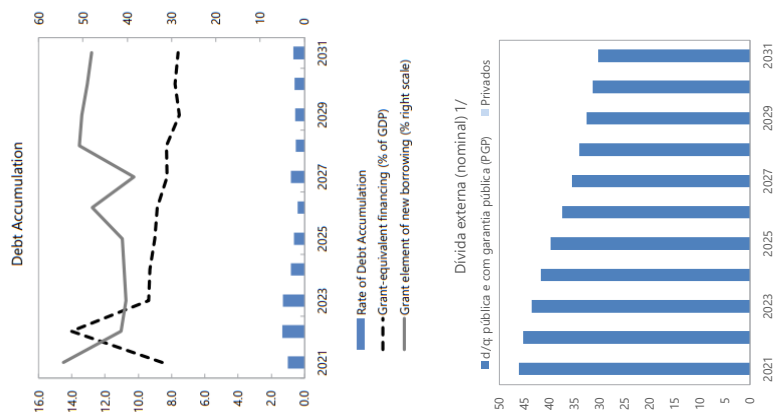
4/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

5/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

6/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

7/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

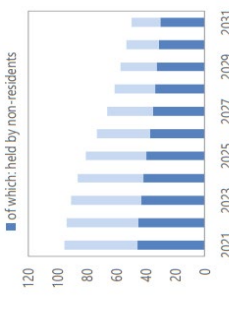
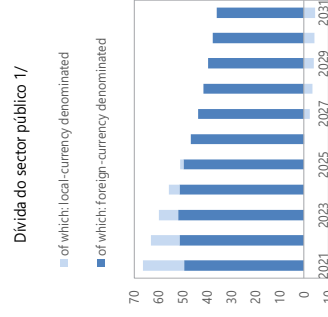
8/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.



Quadro 2. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida do setor público, cenário de base, 2019-2041
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual		Projeções								Média 6/	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2031	2041	0 Projeções	
Dívida do setor público 1/	99.9	87.1	95.6	94.0	91.3	86.6	80.8	73.7	50.0	32.1	76.3	73.7
<i>d/q; expressa em moeda estrangeira</i>	44.7	43.1	46.0	45.2	43.4	41.6	39.7	37.4	30.3	29.0	43.7	37.9
Fluxos geradores de dívida identificados	3.8	-12.8	8.5	-11.5	-2.8	-4.6	-5.8	-7.1	-3.4	-2.2	-0.1	-3.5
<i>d/q; contributo da taxa de juro real média</i>	0.3	-16.9	7.3	-2.3	-2.5	-4.4	-5.6	-7.0	-3.4	-2.5	-0.1	-3.5
<i>d/q; contributo do crescimento do PIB real</i>	6.9	-3.0	6.3	3.8	1.3	0.1	-0.9	0.2	0.2	-1.0	6.5	1.1
Receita e donativos	24.4	28.7	25.6	31.4	27.7	29.5	30.1	29.7	27.1	24.3	29.3	28.5
<i>d/q; donativos</i>	6.4	10.5	7.8	12.9	8.2	8.2	7.9	7.6	6.7	6.0	29.3	28.5
Despesas primárias (excl. juros)	31.4	25.8	31.8	35.2	31.5	30.8	30.2	28.8	27.2	23.3	35.8	29.7
Dinâmica automática da dívida	-5.8	-13.6	1.2	-5.6	-5.8	-5.3	-5.3	-5.7	-3.3	-1.4	-0.1	-3.5
<i>Contributo do diferencial taxa de juro (crescimento)</i>	-4.1	-4.7	-4.0	-3.9	-3.8	-4.0	-4.0	-4.1	-2.6	-1.5	-0.1	-3.5
<i>d/q; contributo da taxa de juro real média</i>	-2.0	-1.8	-2.4	-1.7	-1.2	-1.0	-0.9	-1.0	-0.6	-0.1	-0.1	-3.5
<i>d/q; contributo do crescimento do PIB real</i>	-2.1	-2.9	-1.6	-2.2	-2.5	-3.1	-3.1	-3.1	-2.0	-1.3	6.5	1.1
<i>Contributo da depreciação da taxa de câmbio real</i>	-1.7	-8.8	29.3	28.5
<i>Denominador = 1+g</i>	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	35.8	29.7
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0.8	-0.4	-0.2	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.4	-0.2	-0.1	-0.7	-0.4
<i>Receita de privatizações (negativa)</i>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.4
<i>Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos</i>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.4
<i>Alívio da dívida (HIPC e outros)</i>	-0.8	-0.4	-0.2	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.4	-0.2	-0.1	-0.7	-0.4
<i>Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)</i>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.4
Resíduo	3.4	4.1	6.5	-1.0	-2.2	-1.4	-1.5	-1.8	-0.8	0.3	4.9	-0.6
Indicadores de sustentabilidade												
VA da dívida do setor público 2/	68.1	75.3	74.0	72.2	68.4	63.4	57.0	36.4	19.3	19.3	76.3	73.7
Rácio VA da dívida do setor público-receitas e donativos (em %)	236.9	294.5	235.5	260.5	232.1	210.6	192.0	134.6	79.5	79.5	43.7	37.9
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 3/	93.8	80.2	81.5	72.3	62.5	53.4	19.3	-13.6	43.7	37.9
<i>Necessidade bruta de financiamento 4/</i>	7.4	-2.4	30.0	28.5	25.8	22.1	18.4	14.5	5.2	-4.4	43.7	37.9
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais												
<i>Crescimento do PIB real (em percentagem)</i>	2.2	3.0	1.8	2.3	2.8	3.5	3.7	4.0	3.9	4.1	3.9	3.5
<i>Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)</i>	1.3	0.5	0.6	0.8	1.3	1.3	1.3	1.1	1.1	1.3	0.9	1.1
<i>Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)</i>	-6.5	-5.3	-2.5	-1.7	-2.5	-1.7	-2.0	-3.0	-3.0	-4.2	-6.1	-2.6
<i>Depreciação da taxa de câmbio real (em % + indica depreciação)</i>	-2.5	-12.4	-3.7	...
<i>Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)</i>	7.0	5.6	3.1	3.2	3.9	3.0	3.2	4.1	3.7	1.9	6.8	3.6
<i>Cresc. da dep. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)</i>	-3.4	-15.4	25.8	13.3	-8.1	1.2	1.7	-0.7	3.1	-1.9	-1.5	4.3
<i>Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/</i>	3.2	9.9	-2.2	5.3	6.5	6.0	5.9	6.3	3.6	1.2	3.1	4.5
<i>VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do setor público)</i>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4.9	-0.6
Memorandum Item												
<i>Primary deficit with HIPC grants and without EMAE loss</i>	2.4	-9.6	6.0	-0.7	-0.4	-1.8	-2.1	-2.3	-0.1	-1.1	3.4	-0.4
<i>EMAE loss</i>	3.7	6.3	0.0	4.0	3.7	2.6	1.7	1.0	0.0	0.0	1.7	1.2

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Indica a cobertura do setor público, ex. governo geral ou setor público não financeiro. Indica também se a dívida utilizada é líquida ou bruta.
 2/ O rácio VA da dívida/PIB subjacentes ao DSA público difere do DSA externo com o tamanho das diferenças dependendo das projeções das taxas de câmbio.
 3/ sob o DSA público difere do DSA externo com o tamanho das diferenças dependendo das projeções das taxas de câmbio.
 4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior, and other debt creating/reducing flows.
 5/ Definido como o déficit primário menos uma variação no rácio dívida pública/PIB (*: um excedente primário) que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.
 6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.



Quadro 3. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade para indicadores-chave da dívida externa pública e com garantia pública, 2021-2031

	Projeções 1/										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	25	25	25	24	22	21	20	19	18	17	17
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	25	27	30	33	35	38	41	44	46	49	51
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	25	26	25	24	23	22	21	20	19	18	17
B2. Saldo primário	25	28	30	30	29	27	26	25	24	23	23
B3. Exportações	25	28	32	31	29	28	26	25	24	23	
B4. Outros fluxos 3/	25	30	33	32	30	29	27	26	25	24	23
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	25	32	27	25	24	22	21	20	19	19	18
B6. Combinação de B1-B5	25	31	31	30	29	27	26	24	23	22	22
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	25	40	43	43	41	39	38	36	35	34	33
C2. Desastre natural	25	29	29	29	27	26	25	24	23	22	22
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Rácio VA da dívida/exportações											
Base	185	184	143	139	129	125	123	120	117	115	113
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	185	195	175	194	206	226	254	277	300	324	347
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	185	184	143	139	129	125	123	120	117	115	113
B2. Saldo primário	185	203	177	178	169	165	163	160	157	154	152
B3. Exportações	185	294	353	343	321	312	307	300	294	288	283
B4. Outros fluxos 3/	185	218	194	188	176	171	169	165	162	158	156
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	185	184	122	119	110	106	105	102	99	97	95
B6. Combinação de B1-B5	185	254	172	226	212	205	202	198	193	189	186
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	185	292	251	252	240	235	233	229	225	222	220
C2. Desastre natural	185	216	174	172	162	159	158	155	153	151	150
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Rácio serviço da dívida/exportações											
Base	7	10	10	12	12	12	9	9	9	9	8
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	7	10	9	12	12	13	11	11	11	11	12
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	7	10	10	12	12	12	9	9	9	9	8
B2. Saldo primário	7	10	10	13	13	13	10	10	10	9	9
B3. Exportações	7	15	20	25	25	25	19	19	18	18	17
B4. Outros fluxos 3/	7	10	10	13	13	13	10	10	10	10	9
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	7	10	10	12	12	12	9	9	8	8	8
B6. Combinação de B1-B5	7	12	14	17	17	17	13	13	12	12	12
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	7	10	12	14	15	15	11	11	11	11	10
C2. Desastre natural	7	11	11	13	13	13	10	10	10	10	9
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	5	8	9	10	10	9	7	7	6	6	6
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	5	7	8	9	10	10	8	8	8	8	8
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	5	8	9	10	10	10	7	7	7	7	6
B2. Saldo primário	5	8	9	10	10	10	7	7	7	7	7
B3. Exportações	5	8	9	11	10	10	7	7	7	7	7
B4. Outros fluxos 3/	5	8	9	10	10	10	7	7	7	7	7
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	5	10	11	12	12	11	8	8	8	8	7
B6. Combinação de B1-B5	5	8	10	11	11	10	8	8	7	7	7
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	5	8	10	11	11	11	8	8	8	8	7
C2. Desastre natural	5	8	9	10	10	10	7	7	7	7	6
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Um valor em negrito indica uma violação do benchmark

2/ As variáveis incluem crescimento real do PIB, deflator do PIB e déficit primário em percentagem do PIB

3/ Inclui transfers oficiais e privados e IDE.

Quadro 4. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade para indicadores-chave da dívida pública, 2021-2031

	Projeções 1/										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	75	74	72	68	63	57	51	46	43	39	36
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	75	73	70	67	64	61	58	56	55	54	53
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	75	76	77	74	69	63	57	52	49	45	43
B2. Saldo primário	75	80	84	79	74	67	60	55	51	44	44
B3. Exportações	75	76	79	75	70	63	57	52	48	45	41
B4. Outros fluxos 3/	75	79	81	77	71	65	58	54	50	46	43
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	75	78	74	70	63	56	49	43	38	34	30
B6. Combinação de B1-B5	75	77	76	69	63	56	50	46	42	39	36
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	75	92	88	83	77	70	64	58	54	50	47
C2. Desastre natural	75	83	81	77	72	65	59	54	50	47	43
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Public debt benchmark	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Rácio VA da dívida/receitas											
Base	295	235	260	232	211	192	173	162	156	144	135
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	295	236	260	236	222	214	208	208	212	208	208
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	295	241	274	247	227	210	191	181	177	164	156
B2. Saldo primário	295	256	303	268	244	225	204	192	186	172	162
B3. Exportações	295	243	285	254	232	212	193	182	176	162	153
B4. Outros fluxos 3/	295	250	292	261	237	218	198	187	181	168	158
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	295	256	275	241	215	192	169	154	144	127	114
B6. Combinação de B1-B5	295	250	278	236	211	191	172	161	155	142	132
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	295	292	317	282	257	237	216	204	198	183	173
C2. Desastre natural	295	264	291	260	238	219	199	188	183	169	160
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	94	80	81	72	62	53	43	34	29	23	19
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2021-2031 2/	94	78	77	66	56	47	38	30	25	20	17
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	94	81	84	75	65	56	46	37	31	26	21
B2. Saldo primário	94	80	90	83	66	55	44	35	29	24	20
B3. Exportações	94	80	82	73	63	54	43	35	29	24	20
B4. Outros fluxos 3/	94	80	82	73	63	54	43	35	29	24	20
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	94	77	79	70	62	53	42	34	28	24	20
B6. Combinação de B1-B5	94	78	80	76	62	52	42	33	28	23	19
C. Testes Adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	94	80	108	80	66	55	44	35	30	24	20
C2. Desastre natural	94	81	94	77	65	55	44	36	30	25	21
C3. Preços de mercadorias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fuentes: Autoridades nacionales; y estimaciones y proyecciones del personal técnico del FMI.

1/ Um valor em negrito indica uma violação do benchmark

2/ As variáveis incluem crescimento real do PIB, deflator do PIB e déficit primário em percentagem do PIB

3/ Inclui transfers oficiais e privados e IDE.

Declaração de Aivo Andrianarivelo, Administrador para a República Democrática de São Tomé e Príncipe, Regis N'Sonde, Administrador Suplente, e Kelvio Carvalho da Silveira, Conselheiro do Administrador para a República Democrática de São Tomé e Príncipe
30 de março de 2022

Introdução

1. Em nome das autoridades de São Tomé e Príncipe (STP), agradecemos ao Conselho de Administração, à direção e ao corpo técnico do FMI pelo seu empenho e apoio constantes ao programa económico do país. As autoridades manifestam o apreço pelas discussões de qualidade realizadas no contexto da consulta ao abrigo do Artigo IV de 2022 e da quarta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e concordam com o teor geral da avaliação e o aconselhamento de políticas do corpo técnico. Gostariam igualmente de felicitar o FMI pela nomeação do primeiro representante residente para o país em mais de 18 anos. A presença de uma representação residente ajudará a reforçar a relação com o FMI e a aprofundar a implementação do programa, em especial em momentos tão incertos e difíceis para este pequeno Estado que enfrenta restrições significativas em termos de capacidade.

2. Neste contexto exacerbado pela pandemia e pelos choques relacionados com o clima, as autoridades continuaram a implementar o seu programa apoiado pelo acordo ECF de forma satisfatória. No entanto, as autoridades estão conscientes da necessidade de se manterem firmes, tendo em conta as vulnerabilidades macroeconómicas que subsistem e os desafios persistentes em matéria de desenvolvimento, que exigem um apoio contínuo da comunidade internacional.

Desenvolvimentos recentes

3. A pandemia de Covid-19, a escassez de eletricidade e as catástrofes naturais continuam a afetar a economia. Após um aumento recorde de casos de infeção em quatro semanas no início de 2022, a quarta vaga de Covid-19 em São Tomé e Príncipe, impulsionada sobretudo pela variante ómicron, foi superada, o que levou à flexibilização de algumas restrições. São Tomé e Príncipe realizou alguns progressos relativos ao seu objetivo de alcançar a imunidade de grupo, registando uma taxa de vacinação de 70% até meados de 2022. Os dados de março de 2022 indicam que 51,4% da população já recebeu a primeira dose e 39,1% está totalmente imunizada.

4. Em 28 e 29 de dezembro de 2021, São Tomé e Príncipe foi assolada por chuvas torrenciais e inundações, o evento climático mais extremo das últimas três décadas. Esta situação causou um sofrimento significativo, desde a perda de vidas humanas a danos patrimoniais. As inundações tornaram toda a área da capital intransitável. Além disso, as

inundações repentinas destruíram várias casas e o centro de tratamento de águas na cidade de Neves e provocaram danos consideráveis noutros setores, nomeadamente na agricultura. De acordo com um relatório elaborado pelo governo, os custos estimados para recuperar as infraestruturas danificadas, apoiar as empresas e mitigar os efeitos na saúde das pessoas e nos serviços de saúde ascendem a cerca de 37,5 milhões de USD, ou cerca de 7% do PIB.

5. O crescimento económico de São Tomé e Príncipe abrandou para 1,8% em 2021 face a 3,0% em 2020, o que reflete uma diminuição dos investimentos públicos, a escassez de eletricidade e o enfraquecimento do setor privado, nomeadamente no setor do turismo. Tal contribuiu para uma redução das receitas fiscais. Embora a assistência relacionada com a Covid-19 às famílias e empresas vulneráveis tenha aumentado, as autoridades envidaram esforços para conter e até reduzir as despesas não essenciais de modo a cumprir os objetivos do programa. Consequentemente, o défice orçamental diminuiu mais do que o previsto, passando de 3,8% do PIB em 2020 para cerca de 3,3% no final de 2021. A inflação aumentou moderadamente para cerca de 9,5% em 2021, à medida que as tendências mundiais dos preços do petróleo e dos produtos alimentares continuam a exercer pressão. O défice da balança corrente estreitou-se de 10,3% em 2020 para 9,6% em 2021, em resultado da recuperação das viagens e das exportações, ao passo que as reservas internacionais brutas permaneceram num nível confortável de cerca de 3,5 meses de importações projetadas. O crescimento do crédito ao setor privado abrandou durante o período.

6. As autoridades de São Tomé e Príncipe acolhem com agrado a assistência recebida ao abrigo da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G-20, aprovada pelo Clube de Paris e no âmbito do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) do FMI, que continuou a prestar um alívio útil do serviço da dívida. Importa igualmente salientar que São Tomé e Príncipe utilizou metade da sua dotação de DSE, recebida em agosto de 2021, para i) satisfazer as necessidades de despesa relacionadas com a pandemia e ii) abordar os défices em matéria de saúde, educação, transportes e infraestruturas de energia, nomeadamente através da renovação de hospitais, escolas e estradas, e da reparação da rede elétrica.

Desempenho ao abrigo do acordo ECF

7. A implementação do programa em São Tomé e Príncipe tem sido globalmente positiva, não obstante os desafios impostos pela pandemia e pelos cortes de eletricidade. Embora as receitas fiscais não tenham registado um desempenho satisfatório, as autoridades prosseguiram os seus esforços para conter as despesas não prioritárias, a fim de assegurar que o programa continua no bom caminho. Por conseguinte, foram cumpridos quatro dos cinco critérios de desempenho quantitativos estabelecidos para o final de junho de 2021. O critério de desempenho relativo à meta das reservas internacionais líquidas não foi inteiramente cumprido devido a desembolsos inferiores ao esperado.

8. No que diz respeito aos indicadores de referência estruturais, a pandemia e as limitações de capacidade continuam a afetar a implementação de reformas, incluindo a apresentação da Lei das Instituições Financeiras, os esforços para obter a retirada da lista negra da UE em matéria de segurança aérea, as reformas da EMAE e a introdução do IVA a uma taxa de 15%. Quanto a este último aspeto, o atraso deveu-se fundamentalmente a demoras no desenvolvimento do sistema informático do IVA financiado pelo Banco Mundial. Até à data, o contrato aguarda assinatura com a empresa que ganhou o concurso para o desenvolvimento da aplicação informática. O indicador de referência estrutural relativo à apresentação da Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) à Assembleia Nacional foi cumprido a título de ação prévia. As autoridades apresentaram igualmente à Presidência da República um decreto que atualiza a estrutura de preços dos produtos petrolíferos, com vista a evitar subsídios aos combustíveis e a conter os riscos fiscais. Além disso, registaram-se progressos na manutenção da transparência das despesas relacionadas com a Covid-19 e da adjudicação de contratos públicos, embora com pequenos atrasos. As medidas a este respeito incluem a apresentação de um novo projeto de legislação em matéria de contratos públicos que exige a recolha e a publicação de informação sobre os beneficiários efetivos e a continuação da publicação dos relatórios referentes às despesas relacionadas com a Covid-19 e os contratos públicos. A auditoria *ex post* realizada pelo Auditor Geral das despesas relacionadas com a Covid-19 de 2020 deve estar concluída em abril de 2022.

Perspetivas e riscos

9. Apesar do impacto das inundações na agricultura e no comércio, as autoridades esperam que o crescimento do PIB real acelere para 2,3% em 2022 e se mantenha em cerca de 4,0% no médio prazo, à medida da retoma do crescimento do turismo e das infraestruturas e com a estabilização do abastecimento de eletricidade. Estão, todavia, conscientes dos riscos em sentido descendente decorrentes de novas variantes da Covid-19, do aumento dos preços dos combustíveis a nível mundial, das perturbações na cadeia de abastecimento e das catástrofes naturais. Neste contexto, compreendem plenamente a importância de evitar reveses no ajustamento orçamental e na implementação de reformas estruturais fundamentais no setor da energia. Contudo, importa salientar que as autoridades estão muito preocupadas com o impacto da futura subida dos preços dos combustíveis no ambiente social, que poderá complicar-se mais devido à exigência de um aumento significativo dos salários no setor público. As autoridades reiteram os seus compromissos relativamente às reformas no âmbito do programa e a tomar medidas adicionais, após consultar o corpo técnico do FMI, caso os riscos se materializem.

Prioridades de política para 2022 e anos seguintes

Política orçamental

10. As autoridades continuam a tomar as medidas necessárias para manter o dinamismo de consolidação orçamental. Para alcançar os objetivos em matéria de receitas para 2022 e dispor de espaço para dar resposta às inundações e à reconstrução no âmbito do orçamento aprovado para 2022, estão a ser tomadas medidas para implementar uma nova taxa aeroportuária e um imposto adicional sobre as bebidas alcoólicas. Estão também a ser envidados esforços para reforçar o controlo e a recuperação dos atrasados fiscais dos grandes contribuintes, através da cobrança de obrigações fiscais suspensas durante a pandemia e da aplicação firme dos procedimentos legais existentes para assegurar o cumprimento. A introdução do IVA a uma taxa de 15% deverá verificar-se até setembro de 2022. Para apoiar este esforço, a Direção de Finanças validou o primeiro módulo do sistema informático do IVA para o registo dos contribuintes, tendo sido alcançado um acordo técnico entre as Direções Aduaneira e Fiscal sobre a aplicabilidade da legislação em matéria de IVA nos pontos de cobrança aduaneira. Os regulamentos relativos ao reembolso do IVA, recentemente promulgados pelo Presidente, foram harmonizados com o decreto relativo aos impostos especiais de consumo e estão em curso trabalhos para assegurar o seu alinhamento com o decreto relativo ao imposto de selo.

11. Os esforços de racionalização prosseguirão no que diz respeito às despesas. Em fevereiro de 2022, foi emitido um novo despacho ministerial para congelar a contratação de novos funcionários públicos para conter os custos com pessoal, e estão em vigor medidas de contingência para reduzir os custos administrativos em 20% caso as receitas não registem um desempenho satisfatório. As despesas relacionadas com a Covid-19 serão reduzidas quando as condições o permitirem. No tocante à transparência, o governo reitera o seu compromisso de continuar a publicar informação sobre a adjudicação de contratos públicos e as despesas mensais relacionadas com a Covid-19, incluindo informação sobre os beneficiários efetivos. Reconhece que a ausência de um sistema integrado e outras limitações jurídicas e operacionais em matéria de recolha e tratamento de informação continuam a provocar atrasos na publicação de alguns dados. A este respeito e com a assistência do Banco Mundial e do FMI, foi finalizado um projeto revisto da nova Lei dos Contratos Públicos, que inclui requisitos de recolha e publicação de informação sobre os beneficiários efetivos. Tal, em conjunto com o sítio Web atualmente em desenvolvimento para a agência de adjudicação de contratos públicos, COSSIL, acelerará a publicação de documentos e facilitará a gestão e a transparência relativa aos contratos públicos.

12. No médio prazo, as autoridades continuam empenhadas em tomar medidas para:

- i) reduzir gradualmente a massa salarial para cerca de 10% do PIB até 2023-24, limitando as novas contratações e suspendendo os ajustamentos baseados na inflação, ii) manter as transferências e outras despesas correntes constantes em termos nominais e iii) reforçar a gestão das finanças públicas (GFP) e a administração fiscal, em conformidade com as

recomendações do FMI. Quanto a este último ponto, registaram-se progressos significativos em várias frentes, incluindo a incorporação de projeções do cenário orçamental de médio prazo para um período de 3 anos nos documentos orçamentais de 2022 e a publicação do calendário dos leilões de bilhetes do Tesouro. As autoridades planeiam igualmente realizar uma avaliação de diagnóstico exaustiva da administração fiscal até ao final de 2022.

Política e gestão da dívida

13. As autoridades concordam com os resultados da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) mais recente, que indica que a dívida externa é sustentável, apesar da notação de sobre-endividamento devido a atrasados externos prolongados por liquidar. Reiteram o seu compromisso de prosseguir os esforços de consolidação orçamental, tal como previsto no programa, e de avançar com as reformas do setor da energia para manter a dívida numa trajetória descendente e preservar a sua sustentabilidade. Continuarão igualmente a seguir uma gestão prudente da dívida e a colaborar com os credores de forma aberta e transparente para regularizar os atrasados e reestruturar toda a dívida pendente.

Políticas monetária e cambial

14. O BCSTP continuará a acompanhar de perto a liquidez ao nível de todo o sistema para evitar tensões de liquidez e estará preparado para ajustar a política monetária para salvaguardar a paridade cambial ao euro. Sublinha ainda que a paridade cambial tem sido fundamental para o objetivo primordial do banco central de manter a estabilidade dos preços e concorda que é essencial criar margens de reservas internacionais fortes, dada a persistência dos choques que o país enfrenta. Por conseguinte, a manutenção dos esforços de consolidação orçamental e o avanço das reformas estruturais destinadas a reforçar a competitividade e a eficiência energética serão importantes para ajudar a criar maiores margens de reservas.

15. A implementação das recomendações pendentes da avaliação das salvaguardas de 2019 para melhorar a independência e a transparência do banco central está no bom caminho. O projeto da Lei Orgânica foi aprovado pelo conselho de administração do BCSTP e apresentado à Assembleia Nacional a título de ação prévia. Acresce que estão em curso esforços para reforçar a capacidade de auditoria interna, finalizar o memorando de entendimento relativo à dívida pública antiga, concluir a auditoria das demonstrações financeiras e implementar as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Quanto a este último aspeto, as autoridades aguardam com expectativa a assistência técnica do FMI para fazer progressos na sua implementação. Além disso, o BCSTP espera finalizar muito em breve o projeto revisto da Lei das Instituições Financeiras e apresentá-lo ao governo até final de junho de 2022, após consultar o corpo técnico do FMI. As autoridades consideram igualmente essencial preservar a sua participação no Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) para proteger a integridade do sistema financeiro do país.

Políticas do setor financeiro

16. O BCSTP espera finalizar muito em breve o projeto revisto da Lei das Instituições Financeiras e apresentá-lo ao governo até ao final de junho de 2022, após análise e aconselhamento do corpo técnico do FMI, com vista a reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e a superintendência. O banco central tomou medidas para reforçar a capacidade de supervisão, concluindo os seus testes de stress em fevereiro de 2022.

17. As autoridades compreendem plenamente que a manutenção da estabilidade do setor financeiro é fundamental para apoiar a recuperação económica. Salientam que o setor demonstrou resiliência durante a crise e é, de um modo geral, sólido. Embora o rácio de créditos malparados em todo o sistema tenha diminuído em 2021, foram introduzidas medidas adicionais para melhorar este indicador. Neste contexto, foram aprovados dois novos regulamentos relativos à classificação de ativos e à constituição de provisões e à adequação dos fundos próprios, que exigem, sobretudo, que os bancos i) atualizem a classificação dos instrumentos financeiros e abatam os “créditos malparados elegíveis” no prazo de 12 meses e ii) mantenham níveis adequados de fundos próprios, em linha com as normas internacionais, respetivamente. No que se refere aos bancos em dificuldades, não obstante os melhores esforços das autoridades, o processo de liquidação de três bancos ainda está em curso, mas espera-se que sejam alcançados progressos significativos em 2022.

Reformas estruturais

18. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024, em conjunto com o Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face à Covid-19, continua a orientar a visão para a transformação estrutural do país destinada a tirar partido do potencial de crescimento, fomentar a competitividade, promover a inclusão de género, fortalecer as capacidades e as infraestruturas e reforçar a resiliência a choques. A este respeito, as autoridades congratulam-se com a avaliação do corpo técnico no Documento sobre Temas Seleccionados. Concordam, globalmente, que a resolução do grande défice de capital humano e de financiamento de infraestruturas é essencial para cumprir os ODS até 2030. Para o efeito, consideram que a implementação do IVA em 2022 com vista a melhorar a mobilização das receitas, complementada por esforços para aumentar a eficiência das despesas e fomentar o investimento privado, será fundamental para ajudar a colmatar o défice de financiamento. Tendo em conta a dimensão deste último, o apoio externo é igualmente primordial. Estão em curso trabalhos para alargar o acesso a cartões de pagamento internacionais com vista a reforçar as infraestruturas tecnológicas do setor financeiro e melhorar os serviços financeiros ao público. Além disso, uma fintech recebeu a primeira licença para exercer uma atividade de processamento de pagamentos e emissão de moeda eletrónica, o que contribuirá para reduzir a utilização de papel moeda e promoverá a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira em curso.

19. As autoridades partilham a opinião do corpo técnico sobre o carácter crítico da aceleração das reformas da empresa de serviços públicos EMAE e do setor da energia para ajudar a aumentar a eficiência, facilitar a transição para fontes renováveis e assegurar a sustentabilidade da dívida pública. Embora a morosidade dos procedimentos de aprovação de alguns parceiros de desenvolvimento possa ter impedido progressos adicionais na agenda de reforma do setor da energia, as autoridades permanecem plenamente empenhadas em continuar a implementar o plano de produção ao menor custo e o plano de melhoria da gestão para alcançar a recuperação de custos. Neste domínio, os fatores de economia política devem ser cuidadosamente considerados. Embora estejam empenhadas no mecanismo de ajuste dos preços dos combustíveis, nas atuais circunstâncias de tensões sociais crescentes e num contexto de aumento da inflação, inundações, escassez de eletricidade e procura de salários mais elevados, as autoridades consideram prudente, nesta fase, implementar apenas um aumento parcial dos preços dos combustíveis. No futuro, serão considerados ajustes adicionais dos preços, tendo simultaneamente em conta o ambiente sociopolítico. As transferências sociais específicas continuarão a desempenhar um papel importante na atenuação do impacto nos grupos vulneráveis.

Conclusão

20. As autoridades de São Tomé e Príncipe reafirmam o seu empenho na agenda de políticas e de reformas no âmbito do programa apoiado pelo acordo ECF. Estão confiantes de que a implementação firme do seu programa económico, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, continuará a reforçar a estabilidade macroeconómica, apoiando simultaneamente a recuperação e promovendo o crescimento inclusivo. Aguardam com expectativa a conclusão, por parte do Conselho de Administração, da consulta ao abrigo do Artigo IV de 2022 e da quarta avaliação do acordo no âmbito da ECF. Além disso, contam com a aprovação pelo Conselho de Administração das dispensas pelo não cumprimento de critérios de desempenho e da modificação de critérios de desempenho, bem como da avaliação das garantias de financiamento.